

CASA DE OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

SILVIO CEZAR DE SOUZA LIMA

DETERMINISMO BIOLÓGICO E IMIGRAÇÃO CHINESA EM  
NICOLAU MOREIRA  
(1870 – 1890)

Rio de Janeiro  
2005

SILVIO CEZAR DE SOUZA LIMA

Determinismo Biológico e Imigração Chinesa em  
Nicolau Moreira  
(1870 – 1890)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> LORELAI BRILHANTE KURY

Rio de Janeiro  
2005

SILVIO CEZAR DE SOUZA LIMA

DETERMINISMO BIOLÓGICO E IMIGRAÇÃO CHINESA EM  
NICOLAU MOREIRA  
(1870 – 1890)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das ciências da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lorelai Brilhante Kury – FIOCRUZ (Orientador)

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Marcos Chor Maio – FIOCRUZ (Membro)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lilia Katri Moritz Schwarcz – FFLCH/USP (Membro)

---

Prof<sup>o</sup> Luís Otávio Ferreira – FIOCRUZ (Suplente)

Rio de Janeiro  
2005

Para Elaine Christina, minha esposa, encarnação do Amor.

Para Matheus Pacheco Lima, meu filho, a melhor obra de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não seria possível sem o apoio que tive de muitas pessoas e instituições. Gostaria de deixar registrado meu reconhecimento e gratidão.

Em primeiro lugar, preciso agradecer a minha orientadora Lorelai Kury, pelo apoio e incentivo em toda a minha trajetória acadêmica, pelas conversas sempre esclarecedoras, pela orientação zelosa, porém sempre respeitando minha liberdade intelectual. Agradeço acima de tudo pela confiança, “ilustração” e amizade.

Aos professores Luiz Otávio Ferreira e Marcos Chor Maio, componentes de minha banca de qualificação, pelas sugestões que clarearam meus caminhos e ajudaram a definir minhas escolhas para a escrita.

Todos os professores do Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz, pelo diálogo franco, pela troca de conhecimentos, pelos excelentes cursos que nos propiciaram e pela bibliografia atualizada a que tivemos acesso nas aulas.

Aos funcionários da secretaria e biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz, pelo auxílio solícito em todos os momentos.

À Aline Xavier, que cuidou da revisão deste trabalho, além de ser um ombro amigo nos momentos críticos.

À Cristina Cruz, amiga bibliotecária que me ajudou com as referências bibliográficas, auxílio precioso na reta final.

A todos os amigos funcionários da biblioteca CEH/B, lugar onde trabalho, pela ajuda na flexibilização dos meus horários, vital para que eu pudesse frequentar os melhores cursos a que tive acesso.

Aos amigos Fernando e Miguel pela ajuda com o computador e com a impressão de toda produção textual deste trabalho.

Aos amigos da COC, Maria Rosa, André, Malú, Fábria e principalmente Vívian Cunha e Márcio Magalhães, pela solidariedade nos momentos difíceis e pela alegria e júbilo nos (muito) bons momentos compartilhados.

A todos os amigos da faculdade de história, pelo apoio e torcida.

A minha “comadre” Elissandra, por ser minha primeira leitora, pelas sugestões sempre oportunas, pela amizade e carinho incondicionais.

A todos os meus amigos principalmente Gabriel, Glauco e Ricardo. Obrigado por existirem.

A toda a minha família, pelo carinho, apoio e incentivo, principalmente meu tio Ivan, pela poesia e filosofia dionisíaca.

A minha esposa Elaine e meu filho Matheus, que tão generosamente abriram mão de minha presença nos momentos críticos de pesquisa e elaboração do trabalho.

Ao meu irmão Renato, por estar sempre presente nos momentos cruciais. Amigo e fiel escudeiro.

Ao Luís Antônio por semear minha curiosidade intelectual.

Ao meu pai Zeca, por me ensinar que o conhecimento é o bem mais precioso do mundo.

A minha mãe Ivete, cultivadora dos meus sonhos, por acreditar sempre.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
RESUMO	08
RÉSUMÉ	09
INTRODUÇÃO.	10
1 A NATUREZA E A DIFERENÇA: RAÇA, AMBIENTE E CIÊNCIA NO BRASIL DO SÉCULO XIX.	20
2 SOBRE RAÇA, NAÇÃO E LIBERDADE: TRAJETÓRIA E IDÉIAS DE NICOLAU MOREIRA.	42
3 OS FILHOS DO IMPÉRIO CELESTE: DEBATES SOBRE IMIGRAÇÃO DE CHINESES E SUA INCORPORAÇÃO À NACIONALIDADE BRASILEIRA	76
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
5 BIBLIOGRAFIA	117

## RESUMO

No início da década de 1870, a imigração torna-se preocupação central das elites brasileiras. Com a visível falência do regime escravocrata, os agricultores são levados a pensar em novas formas de trabalho e como conseguir novos braços para a lavoura.

Assim, a discussão sobre possíveis formas de imigração e sobre o tipo racial do imigrante torna-se um dos grandes desafios do Brasil das últimas décadas do século XIX. Em meio a este contexto, debates sobre a conveniência da contratação de trabalhadores chineses mobilizaram as elites. Destes debates, participou o Dr. Nicolau Joaquim Moreira, que considerava fundamental a participação dos médicos, tanto na escolha de um tipo de imigrante ideal, quanto na preocupação em manter os imigrantes saudáveis e produtivos.

Em sua classificação do tipo ideal de imigrante, era influenciado pelas teorias raciais que circulavam pela Europa e Estados Unidos defendidas por naturalistas e médicos como Paul Broca, Josiah Nott e Louis Agassiz. Nicolau Moreira condenava a miscigenação entre as “raças”, pois considerava o mestiço de “raças diferentes” biologicamente inferior aos homens representantes das “raças puras”, idéias que ocupavam lugar fundamental em seu discurso sobre imigração. Em seus escritos e discursos, mostra-se absolutamente contra a vinda de imigrantes chineses para o trabalho agrícola, alegando que a miscigenação com os asiáticos concorreria ainda mais para a degeneração do brasileiro.

Através dos debates sobre a imigração chinesa é possível perceber que, muito além de ser mão-de-obra para a lavoura cafeeira, o imigrante ideal teria a função de europeizar e civilizar o país. Assim, era construído, com o auxílio das teorias raciais, o perfil do imigrante desejável, que excluía principalmente asiáticos e africanos.

## RÉSUMÉ

Au début des années 1870, l'immigration devient l'un des principaux soucis des élites brésiliennes. Vu la faillite de l'esclavage, les agriculteurs sont menés à chercher des moyens pour remplacer la main-d'œuvre esclave par d'autres types de travailleurs.

Dès lors, le débat autour de l'immigration et du type racial de l'immigrant occupe le devant de la scène, pendant les dernières décennies du XIX<sup>e</sup>. siècle. Dans ce contexte émergent les considérations sur l'immigration chinoise. Le docteur Nicolau Joaquim Moreira était un personnage important dans ces débats et il soutenait que les médecins devraient aider à choisir le type idéal de l'immigrant, ainsi qu'à maintenir les travailleurs productifs et en bonne santé.

En ce qui concerne sa classification à propos des immigrants, il a été influencé par des théories racialistes qui circulaient en Europe et aux États-Unis, surtout celles des naturalistes et médecins comme Paul Boca, Josiah Nott et Louis Agassiz. Nicolau Moreira s'opposait à la miscigénération entre des différentes "races", puisqu'il réputait les métisses inférieures aux individus des "races pures". Dans ces écrits et discours, il combat l'immigration des chinois parce que, selon lui, le mélange avec les asiatiques menerait vers une dégénération des brésiliens.

Ce débat autour de l'immigration chinoise permet de voir que, bien au-delà de la culture du café, l'immigrant idéal devrait procéder à une vraie civilisation du pays, par moyen de l'apport de sang européen. Ainsi, avec le concours des théories racialistes, les élites ont réussi à tracer le profil idéal du travailleur immigrant, bien opposé à celui des asiatiques et des africains.

## INTRODUÇÃO

Ao escolher trabalhar com Nicolau Joaquim Moreira, um tema que ligado à raça, ciência e imigração, satisfaço a determinadas inquietações que desenvolvemos no decorrer de minha vida acadêmica. Em primeiro lugar, a questão da interação entre as práticas científicas, discurso científico e a sociedade. Em segundo, o problema da utilização do discurso científico para justificar ações políticas.

Para entender, por exemplo, como teorias opostas poderiam dar suporte a uma mesma política, é necessário entender a ciência enquanto prática cultural: “a ciência sendo um dispositivo que produz e inventa uma ordem e não um dispositivo que “desvela” a ordem escondida da natureza” Pestre, 1996:13).

A abordagem utilizada neste estudo sobre o pensamento racial de Nicolau Moreira busca inserir-se nos estudos de História social das ciências entendendo a ciência como:

uma atividade exercida por seres humanos agindo e interagindo; portanto uma atividade social. Seu conhecimento, suas afirmações, suas técnicas foram criadas por seres humanos e desenvolvidos, implementados e compartilhados por grupos de seres humanos. Conhecimento científico é, fundamentalmente, portanto, conhecimento social. Como atividade social, a ciência é claramente um produto da História e dos processos que ocorreram no tempo e no espaço envolvendo seres humanos.

Esses atores tiveram vidas não somente na ciência, mas nas sociedades mais amplas das quais eles eram membros.” (Mendelsohn, *apud* Figuerôa 2001:242)

Assim, na análise das idéias raciais de Nicolau Moreira – tema desta dissertação – as questões científicas e os conceitos empregados na época serão tratados como construções sociais. Outro problema metodológico a ser enfrentado é a clássica questão quanto ao “lugar” das idéias. Efetivamente, uma das grandes questões da historiografia que trata das idéias no Brasil e também das teorias raciais é a recepção das idéias estrangeiras.

A historiografia tradicional tratou a questão da recepção das idéias sobre raça como se fosse simplesmente uma imitação das teorias dos grandes centros; os intelectuais brasileiros importariam idéias sem muito senso crítico, “pressionados” ideologicamente pelo imperialismo europeu (Sodré, 1938; Leite, 1954). Cruz Costa em *Contribuição à história das idéias no Brasil*, em suas conclusões, fala sobre a importação de idéias:

Resumindo o que se disse, o que me impressionou quando tentei estudar a evolução e a filosofia no Brasil foi a longa e variada importação de idéias e doutrinas contraditórias que viemos fazendo no decorrer de nossa história. (Cruz Costa, 1967: 413)

Este tipo de interpretação teve alcance até estudos mais recentes, como o de Thomas Skidmore. Em passagem do livro *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* o autor afirma:

Os europeus não hesitavam em expressar-se em termos pouco lisonjeiros à América Latina e ao Brasil, em particular, por causa da sua vasta influência africana. Os brasileiros liam tais autores, de regra sem nenhum espírito crítico. E ficavam profundamente apreensivos. Caudatários, na cultura, imitativos no pensamento – e cômicos disso – os brasileiros do meado do séc.XIX, como tantos outros latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas sociais da Europa. (Skidmore, 1976: 13)

Estudos recentes tentam dar outras explicações à recepção de idéias pelos brasileiros, entre eles os estudos de Lilia Schwarcz, Renato Ortiz e Angela Alonso.

Lilia Schwarcz em *O espetáculo das raças* questiona a visão historiográfica que trata os intelectuais como meros imitadores, propondo a contextualização dos próprios intelectuais e de suas idéias:

O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país. (Schwarcz, 1993:19)

Além disso, a autora situa os intelectuais no âmbito das instituições onde os autores produziam suas idéias (Schwarcz, 1993:65). Ao escolher ligar a produção das idéias aos seus locais de pesquisa, a autora possibilita a compreensão da dinâmica de uso das teorias raciais pelas elites da época.

Renato Ortiz trabalha também a questão da incorporação de teorias de fundo racista por intelectuais de um país considerado um “cadinho” ou um “grande laboratório” onde as raças se misturam (Ortiz, 1985).

Ao procurar compreender o processo de absorção das teorias raciais e o fato de como estas teorias, pouco plausíveis para o contexto brasileiro, podem ter preocupado tanto a nossa intelectualidade, o autor analisa as obras de Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha e propõe a questão: Por que o interesse brasileiro por teorias raciais que “profetizavam” o fracasso do Brasil como nação?

Segundo Ortiz, a resposta está em uma tentativa de entendimento da identidade brasileira: “Essas teorias são demandadas das necessidades internas brasileiras[...] O dilema dos intelectuais do final do século é o de construir uma identidade nacional.” Então: “a questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um estado nacional que ainda não se consolidou” (Ortiz, 1985:30). O uso das idéias

raciais européias e americanas teria como finalidade explicar o “atraso” brasileiro com relação à civilização e à técnica de outros países, como os Estados Unidos ou os países europeus. As teorias raciais teriam então a função de legitimar e compreender a realidade, naturalizando estruturas e hierarquias sociais. Estudando o encadeamento de idéias de nossos intelectuais, o autor percebe o que chama de “sincretismo científico”, que seria o aproveitamento de elementos “pertinentes” de determinadas teorias (no caso, as raciais) e unindo-as com outras teorias.

Esta estrutura explicativa traz obrigatoriamente uma reflexão sobre o futuro: se a formação brasileira fez surgir um tipo mestiço inferior, como o Brasil poderia entrar para o rol das nações civilizadas? O controle do tipo de imigrante aparece como resposta para muitos intelectuais que discutiam o tema, estimulando a vinda de colonos europeus e norte-americanos brancos, e dificultando (ou impedindo) a vinda de trabalhadores considerados “inferiores” (sendo esta categoria elástica, mas tendo quase como consenso os africanos e asiáticos de uma maneira geral).

As teorias raciais seriam então uma escolha de grande parte das elites do fim do século XIX para o debate sobre identidade nacional e sobre os projetos imaginados para a nação (Anderson, 1989). O que estava no centro das preocupações das elites letradas e políticas era escolher (ou construir) o tipo de projeto civilizacional que o Brasil seguiria. Embranquecer significava, antes de tudo, criar a grande civilização européia nos trópicos, onde o legado africano e asiático, vistos como a barbárie, o atraso e o impedimento ao progresso precisariam ser eliminados através da construção de uma hegemonia branca.

Acredito que o uso de diversas idéias, muitas delas contraditórias, tiveram como finalidade fortalecer as reivindicações políticas das elites, com o objetivo de reformar a sociedade<sup>1</sup>. Esta é a tese central de Angela Alonso em sua obra *Idéias em movimento*. Alonso, por não concordar que os brasileiros do século XIX fossem imitativos, pauta sua tese na prática política dos grupos intelectuais. Os intelectuais utilizavam-se das idéias estrangeiras não para se filiar a escolas teóricas ou criar conhecimento relativo a estas “escolas”, mas sim para formular

---

<sup>1</sup> Sobre a utilização das teorias filosóficas, políticas e científicas pelos intelectuais do final do século XIX, ver Angela Alonso: (Alonso, 2002).

discursos políticos para a contestação do Império, criticando e propondo reformas, atacando principalmente os temas cruciais da época: monarquia e escravidão. Alonso não busca proximidades entre os autores brasileiros e as idéias estrangeiras, nem paradoxos na aplicação das teorias. As idéias não estão “fora do lugar”, nem tampouco podem ser levadas em conta separadas dos atores sociais:

Usualmente os analistas tomaram por ponto de partida os sistemas de idéias, como se eles tivessem vida própria. Assim, ocultaram o fundamental: são os agentes sociais que fazem uso das idéias, que as selecionam, que as tomam como orientação de sua ação. (Alonso, 2002:35)

Mas a posição de Alonso nos coloca diante de outro problema metodológico: se as teorias são utilizadas para explicar a sociedade ou reivindicar reformas de cunho político e social, o cientista, então, aceitaria essas teorias como “verdadeiras”, ou teriam somente um uso ideológico, no qual a ciência é apenas um discurso que concede credibilidade aos pressupostos dos atores?

Pierre Bourdieu, em seu artigo *A retórica da cientificidade* (Bourdieu, 1996), utiliza a teoria dos climas de Montesquieu para dizer que as elites letradas usam a linguagem científica (teorias, métodos) para produzir um “efeito de verdade” e assim dar credibilidade a suas argumentações. Assim, deixa subentendida uma separação entre “mito” e “ciência” ao criticar a teoria dos climas de Montesquieu classificando-a como “mitologia científica”: tem “forma” de ciência, mas não é “verdadeira” ciência (Bourdieu, 1996:178).

A intenção de Bourdieu é mostrar que a ciência está na “forma” do texto e não em seu conteúdo. Para o autor, Montesquieu usa o “aparelho científico” – argumentos de teorias médicas, experimentos e linguagem técnica – para atribuir cientificidade ao seu discurso (o “aparelho científico” tem eficácia devido ao seu grande poder simbólico). Mas o texto trata de “mitos” (a superioridade dos homens do Norte sobre os homens do Sul). Sendo assim, para Bourdieu, a teoria dos climas teria forma de ciência mas seu conteúdo seria “mítico”.

A separação entre ciência e sociedade ou ciência e mito também está presente de certa forma em Renato Ortiz (o autor afirma que a ciência de Sívio Romero é “próxima” da ideologia), ou de Angela Alonso (que coloca o uso das teorias somente como meio de reivindicação de projetos políticos). Estes textos criam uma desconfortável sensação de que os autores separam a “ciência verdadeira” de uma “ciência falsa”, “contaminada” por concepções políticas ou por pressupostos atribuídos à religião ou preconceitos.

Acredito ser inútil separar conhecimento e práticas científicas da visão de mundo do cientista. O cientista vive em sociedade, mergulhado nela, sendo impossível separar ciência do preconceito; ciência e concepções políticas; ciência e concepções de mundo.

Não existe a “neutralidade científica” ou a objetividade pura em nenhuma área do conhecimento humano, pois é impossível separar o homem daquilo que ele produz. Mas, por outro lado, a ciência não pode ser reduzida à “ideologia” ou ao discurso, porque o conhecimento científico também é fruto de um “campo que possui regras próprias, que dizem respeito à formação dos cientistas, à existência de instituições científicas e de monopólios de saber” (Kury, 2001a:08).

O cientista não separa as suas concepções e “pressupostos” do “fazer ciência”. O cientista utiliza a ciência como discurso para reformas, antes de tudo porque realmente acredita que através do conhecimento científico ele é capaz de modificar o mundo, seja controlando a natureza ou criando regras para controle da sociedade.

Para Bourdieu, esta busca de aprovação “científica” é fruto do valor que a ciência adquiriu na sociedade: “na era da ciência, a pulsão inconsciente que leva a dar a um problema socialmente importante uma resposta unitária e total, ao estilo do mito ou da religião, só se satisfaz tomando de empréstimo maneiras científicas de pensamento e de expressão.” Acredito que o conhecimento científico é o argumento mais forte de veracidade desde o Iluminismo. E acredito ainda que ele alcança seu apogeu no século XIX, com o cientificismo, onde a ciência é vista como o conhecimento universal.

No contexto do século XIX, a ciência, imbuída do estatuto da neutralidade e da objetividade, é utilizada como o discurso privilegiado no julgamento da

igualdade (ou desigualdade) dos homens e na proposição de ações políticas em conformidade com o pensamento científico daquela sociedade (Shapin, 1999: 169).

A visão de que o cientista interpreta, identifica e classifica as leis da natureza não só torna possível a criação de teorias que hierarquizam as raças, como também serve de apoio quando um médico reclama para sua classe a autoridade para estabelecer políticas sociais (como a imigração ou a higiene pública). Se as leis da natureza comandam a totalidade do mundo, se regem os movimentos dos planetas, os ciclos da vida e a vontade dos homens, ninguém melhor do que o cientista, que descobre, conhece e interpreta essas leis.

O Brasil, no final do século XIX, vivia a euforia de um novo tempo. A abolição da escravatura e, para muitos, a proclamação da República, aliviaria o peso da barbárie que pairava sobre a nação. O Brasil finalmente trilharia o caminho da civilização e do progresso.

A vinda em massa de europeus afastou o fantasma da falta de mão-de-obra, que se anunciava com o fim da escravidão. Este ponto da história da imigração no século XIX fez-me atentar para o fato de que o Brasil possuía um grande contingente populacional livre e ocioso. Então, surge a pergunta: por que não aproveitar a população local como mão-de-obra? E, além disso, constata-se que, enquanto grandes contingentes de europeus, principalmente italianos, chegavam no Brasil no fim do século XIX, a entrada de outras nacionalidades e grupos étnicos foi bastante restrita.

Um dos atos do primeiro ano do governo republicano provisório foi justamente um decreto que incentivava a imigração europeia e impunha limites à imigração asiática e africana, demonstrando uma clara intenção de orientar as políticas imigratórias. Por que o Brasil, um país visivelmente mestiço, parecia tentar excluir etnias não europeias? A partir destas indagações, surgiu a vontade de estudar o tema.

A curiosidade sobre os motivos que levaram à formação de um projeto de nação europeizada levaram-me ao estudo da presença das teorias raciais no Brasil, quando emergiam novos projetos para o futuro do País. Durante meus estudos iniciais percebi uma relação entre a apropriação das teorias raciais por

parte das elites brasileiras e ainda o uso destas teorias como centro das argumentações que justificavam as políticas de imigração. A linguagem cientificista do determinismo biológico, que classificava e hierarquizava a humanidade, foi utilizada para estabelecer em um determinado momento categorias de imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”, em que estes últimos teriam a marca da inferioridade racial. Esse discurso ficou muito claro nos debates sobre a imigração chinesa, em que os “filhos do celeste império” eram colocados como imorais, degenerados e racialmente inferiores. Em seus discursos, médicos, juristas, escritores e fazendeiros, se opunham à entrada dos chineses no país por medo do estigma da barbárie oriental, de uma possível “mongolização” do Brasil e do conseqüente aumento do caos social. Nestes debates emergiam uma visão racializada do Brasil, em que a miscigenação era considerada muitas vezes um erro social, cultural e, principalmente, biológico. As discussões sobre a possibilidade de entrada de chineses no país revela mais as ansiedades, desejos e projetos de identidade nacional de nossas elites de fins do Império do que os próprios chineses. E, dentre estes debates, destaquei um ator que teve papel fundamental na mobilização dos argumentos científicos contra os chineses, o médico Nicolau Joaquim Moreira.

O doutor Nicolau Moreira era membro das mais importantes instituições imperiais e, em muitas delas, alcançou papel de destaque, como o Jardim Botânico, o Museu Nacional e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Seus discursos contra a imigração chinesa mobilizavam argumentos extraídos das teorias raciais, orientados no sentido de evitar a vinda de asiáticos e africanos, e estabelecer um fluxo imigratório de europeus. Seu discurso imigratório estava afinado com seu pensamento racial, sistematizado em um relatório para a audiência da Academia Imperial de Medicina e publicado sob o título: *Questão étnica-antropológica: o cruzamento das raças acarreta degradação intelectual do híbrido resultante?* Neste texto, o autor condenava a mestiçagem entre tipos raciais diferentes. As opiniões de Moreira a respeito da inferioridade racial e cultural de negros e chineses foram discutidas nos debates sobre imigração chinesa, os quais mobilizaram as elites na busca de soluções para uma possível crise de mão-de-obra devido à proximidade do fim da escravidão. Em meio aos

debates sobre a mão-de-obra chinesa, argumentos negativos e positivos se enfrentaram na defesa e condenação do imigrante chinês. Aos poucos, a influência geral da idéia de inferioridade dos chineses, herdeira das teorias raciais em geral e da influência de Nicolau Moreira em particular, ganha espaço, culminando na promulgação do decreto 528 de 1890<sup>2</sup>.

Assim, acredito que o uso da argumentação racializada dos que eram contra a vinda dos chineses, além de restringir a imigração deste grupo étnico, propiciou a preparação de terreno para a sistematização das “ideologias” de branqueamento através da imigração europeia do fim do século XIX. Creio ainda que o discurso racial de Nicolau Moreira foi utilizado como justificativa em defesa de uma política imigratória de branqueamento da população através do aumento da população branca<sup>3</sup>, em que o branco europeu traria a “civilização” ao País.

Embora Moreira utilizasse enfaticamente argumentos raciais em seus discursos e artigos, é possível perceber que as fronteiras entre o conceito de raça, civilização e progresso são pouco definidas. O biológico e o cultural se misturam, modificando em muitos aspectos o sentido das teorias de “base”, o que leva a crer que o uso destas teorias tem como finalidade endossar um projeto de “nação civilizada” nos moldes europeus, porém, levando em conta as peculiaridades locais. Apesar disso, seu discurso permanece racializado por conta da defesa da idéia de inferioridade do mestiço entre espécies diferentes, idéia basilar das teorias poligenistas de meados do século XIX. Este argumento serviu de base para defesa de uma política imigratória voltada ao estímulo da vinda de europeus para o Brasil.

A dissertação foi dividida em três capítulos para melhor compreensão do uso das idéias raciais nas políticas imigratórias. O primeiro capítulo analisa as origens do determinismo climático e do determinismo biológico. Procura relacionar o surgimento de tais idéias ao crescimento de uma percepção de diferenças entre os povos europeus e o resto do mundo. Relaciona, ainda, a especificidade do uso

---

<sup>2</sup> O decreto tinha por objetivo regularizar o serviço da introdução e localização de imigrantes no Brasil.

<sup>3</sup> Diferente das idéias de branqueamento do fim do século onde se pressupunha a miscigenação da população local com os imigrantes europeus

destas teorias no Brasil, indicando que a apropriação das teorias deterministas são acompanhadas de debates nos quais estas teorias são remoldadas, numa busca de compreender e solucionar questões referentes ao contexto nacional. Continuando, procuramos estabelecer relações entre estes discursos deterministas e o contexto histórico de fim da escravidão, e o clamor por parte das elites de políticas imigratórias eficientes.

O segundo capítulo resgata o pensamento racial de Nicolau Joaquim Moreira, procurando suas influências teóricas, estabelecendo assim a ligação entre suas idéias e o pensamento científico do século XIX, e ainda relaciona estas idéias ao contexto social de sua época, inserindo sua produção intelectual em sua participação nas principais instituições do final do Império brasileiro.

O terceiro capítulo analisa a visão que foi construída sobre os chineses no Brasil no século XIX, bem como as influências e divergências com relação às imagens acerca dos chineses presentes na Europa e Estados Unidos. Ainda detalha as discussões em torno da imigração chinesa para o Brasil no período de 1870 até 1890, identificando o papel das teorias raciais nos discursos anti-chineses e verificando as interações entre a política imigratória, determinismos e identidade nacional, demonstrando a relação entre a representação social dos chineses e os discursos contrários a sua imigração, baseados em argumentos raciais e sócio culturais.

Desse modo, a dissertação busca compreender a postura de Nicolau Moreira com relação à imigração chinesa, tendo em vista tanto o ambiente científico do período quanto as questões políticas e culturais que formaram as opiniões do médico.

## **1 A NATUREZA E A DIFERENÇA: RAÇA, AMBIENTE E CIÊNCIA NO BRASIL DO SÉCULO XIX.**

### **A invenção das diferenças**

As teorias raciais que tiveram seu apogeu no século XIX foram, em última análise, fruto da radicalização do etnocentrismo dos europeus e de seus “descendentes”<sup>4</sup>. A racialização do mundo aconteceu após séculos de reflexões a respeito da identidade e da diferença entre os homens (Todorov, 1993), nascida do aprofundamento da percepção das diferenças entre os habitantes do velho mundo e o resto da humanidade. Segundo Michael Banton, diversos fatores contribuíram para a construção de teorias sobre os tipos raciais, fontes deste estariam:

No complexo de idéias sobre a pré-história do mundo e a origem das espécies, ainda assim, influenciada pelo estado conjuntural do conhecimento muito deficiente dos modos de vida dos povos não europeus, pelo sentimento quase intoxicante do tempo sobre o ritmo de progresso material na Europa e pelo contexto dos contatos raciais no ultramar, em que a maior parte das “autoridades” fizeram as observações dos povos não europeus. (Banton, 1977:67)

---

<sup>4</sup> Estamos considerando para efeito desta análise os norte-americanos como descendentes dos europeus.

Os “contatos raciais no ultramar”, após a descoberta da América, reaqueceram os debates sobre a unicidade da humanidade e a origem da diversidade humana. Por muito tempo a crença na origem comum de todos os homens foi quase uma unanimidade, principalmente por conta da influência das concepções cristãs sobre a criação do homem. Embora alguns naturalistas, como Buffon, baseados em dados observados na natureza, defendessem a unidade da humanidade (Gerbi,1996), era a interpretação bíblica a mais evocada para provar que todos têm uma origem comum.

As descobertas de fósseis e outras provas materiais que colocavam em conflito a idade dos homens e a idade da terra proposta pela cristandade criaram um espaço para a crítica da exegese bíblica, proporcionando, assim, um fértil terreno para o surgimento de outras interpretações sobre a criação, principalmente as que propunham a multiplicidade da origem dos homens. Estas teorias dividiam a humanidade em tipos distintos, surgidos em diferentes regiões, tratando a diversidade humana como espécies separadas.

O interesse em responder a questão da origem da diversidade humana veio da constatação de profundas diferenças entre os europeus e os povos “exóticos”. O juízo de valor sobre a cultura dos ditos “exóticos” baseava-se na comparação entre os homens, de acordo com categorias consideradas importantes para os ilustrados europeus, tais como progresso técnico, “racionalidade” e polidez, sendo a própria Europa o ápice desta escala comparativa. Este conjunto de pensamentos foi responsável pela detração dos povos não europeus. O julgamento a partir do grau de “civilização” e de progresso técnico levou a um esquema de inferiorização do “Outro”.

A partir desta aferição de hierarquia, os europeus mobilizaram a natureza numa tentativa de explicar as diferenças entre europeus e os demais povos, construindo teorias que atribuíam um poder determinante ao clima e ao ambiente, nas quais não só a forma física, mas também a moral e a cultura eram determinadas pela ação do clima. Assim, fortaleceu-se a idéia de inter-relação entre o físico e o cultural, em que a cultura é extensão do físico, determinada em último grau pelo clima.

A descoberta da América mudou em muitos aspectos a visão de mundo dos europeus. A diferença dos animais e da vegetação do novo mundo atraiu a curiosidade de filósofos e naturalistas, que buscavam compreender a existência de coisas nunca antes vistas.

Estas questões circundavam também as reflexões acerca do homem das Américas. Concepções positivas e negativas sobre o comportamento da vida no continente americano geraram uma verdadeira polêmica em torno da “disputa do novo mundo”, conforme ficou conhecido este debate a partir dos estudos do historiador Antonello Gerbi (Gerbi, 1996).

As ponderações a respeito das diferenças culturais entre os povos, com relação à diferença dos climas, são muito antigas, mas foi Montesquieu que sistematizou toda uma teoria política baseada na diferença dos climas. Em seu livro, *Do espírito das leis* (1748), estabeleceu a diferença de natureza entre os homens de climas quentes e de climas frios. Esta diversidade de comportamento se desdobraria em diferenças nas estruturas sociais e culturais dos povos. O autor afirmava que os homens que viviam na Ásia seriam afeiçoados ao despotismo e à escravidão, enquanto os homens do clima temperado seriam livres. Assim, os mecanismos das sociedades seriam determinados pela natureza. Os escritos de Montesquieu influenciariam muitos pensadores, inclusive o naturalista Georges Buffon.

Buffon (1707-1788), ao estudar a natureza exuberante da América, percebeu diferenças surpreendentes entre a fauna e a flora dos dois mundos. Os animais do Novo Mundo seriam menores e mais fracos que os do Velho Mundo. A imagem exemplar seria a do leão, pois o puma, equivalente do leão na América, era pequeno, fraco e poltrão, além de não ter a majestosa juba do “rei das selvas”. O elefante teria como similar a anta brasileira, cuja dimensão também era bem inferior ao “original”: menor que um novilho e com uma tromba mirrada.

Se os animais grandiosos eram escassos e diminutos, na América abundariam insetos, répteis e toda gama de animais “inferiores”. Buffon atribuiu tais peculiaridades da fauna ao clima quente e úmido dos trópicos, onde os animais grandiosos teriam problemas em desenvolverem-se, e seriam fecundas as criaturas de sangue frio. A frieza dos corpos num clima quente seria o caminho

explicativo para a “barbárie” dos nativos. Os homens americanos, para o naturalista, eram frios e imaturos (Gerbi, 1996:21). A baixa fertilidade e a falta de interesse amoroso pelas suas parceiras faziam com que o continente fosse pouco habitado, e esse pequeno número de homens impedia o desenvolvimento da civilização e a vitória contra a natureza hostil. Assim, homem e natureza seriam degenerados principalmente devido à umidade e ao calor, característicos do clima tropical. Apesar disso, o homem poderia ser civilizado e o clima vencido pela intervenção da racionalidade do homem europeu.

As idéias de Buffon sobre a degeneração da fauna americana foram levadas ao extremo pelo Abade Corneille de Pauw<sup>5</sup>, que estendeu a degeneração aos homens da América, condenando-os implacavelmente. Debilitados, impotentes e abatidos, os homens americanos seriam degenerados devido a “um vício de constituição e aos efeitos do clima”, degeneração que abateria também aos europeus que habitassem o Novo Mundo, tornando-os tão depravados quanto os nativos (Ventura, 1991:26).

Após a radicalização de De Pauw, Buffon reconsiderou suas concepções sobre a natureza do continente americano e sobre os homens que nele habitavam. Se antes Buffon oscilava entre a imaturidade do continente e a degeneração como explicação da peculiaridade tropical, após o extremismo degeneracionista de De Pauw, ele passou a defender com firmeza a juventude do continente e dos indígenas da América (Gerbi, 1996: 130; Ventura, 1991:26).

Outro iluminista que participou da polêmica, disseminando uma imagem negativa do Novo Mundo, foi o Abade Raynal, que insistiu na degeneração do novo continente. O abade poupava o europeu transmigrado. Este não estaria sujeito à degeneração, por ter mais moral que os animais.

Quanto ao nativo americano, enquadrava-se nos argumentos iniciais de Buffon: os indígenas seriam indiferentes ao sexo, menos fortes e menos corajosos. A ausência de barba e pêlos, sinais de virilidade, apontava para uma espécie de infantilidade dos povos da América (Gerbi, 1996:53). Raynal alternava entre as idéias de degeneração da América e de juventude do continente,

---

<sup>5</sup> O título do livro de De Pauw era: *Recherches philosophiques sur les Américains, ou mémoires intéressants pour servir à l'histoire de l'espèce humaine* (1768).

salvando-se da contradição ao concluir que o continente seria “renascido”, ou seja, um continente velho, vítima de catástrofes naturais, mas novamente em formação. Ao mesmo tempo novo, velho e morto (Gerbi, 1996:54).

Mesmo formulando idéias negativas sobre o continente, Raynal teve forte influência sobre os letrados latino-americanos, em críticas ao despotismo, à escravidão e ao colonialismo (Ventura, 1991: 27).

A construção da imagem de inferioridade do continente americano e dos homens que nele viviam criou um terreno fértil para a hierarquização da humanidade e para a estruturação das teorias sobre as diferenças raciais humanas. A experiência dos debates sobre a natureza americana tornou possível o fortalecimento do determinismo científico focalizado, em um primeiro momento, no império do clima sobre o homem.

No Brasil, o determinismo climático seria evocado para explicar a realidade brasileira, principalmente na primeira metade do século XIX. As teorias dos climas seriam utilizadas ao mesmo tempo para entender o “atraso” da sociedade e projetar a nação, a partir da possibilidade de superação das determinações climáticas pelas propostas dos médicos ambientalistas da primeira metade do século XIX (Kury, 1990).

### **Debates sobre clima e ambiente no Brasil**

Desde o início do século XIX, as explicações sobre a moralidade, saúde e costumes nos trópicos tinham como principais argumentos as influências ambientais. As obras científicas e literárias sobre o Brasil e os brasileiros eram tributárias das idéias difundidas pelas teorias do determinismo climático. Os intelectuais liam autores como Montesquieu, Buffon, Buckle (Edler, 1999:20-22; Ventura, 1991), que atribuíam a peculiaridade da fisiologia e da moralidade dos brasileiros ao ambiente, ao clima, à vegetação e à topografia.

A transposição de europeus para países de clima quente gerou uma preocupação com relação à saúde das populações européias na América, Ásia e África. Além disso, a experiência fora da Europa aproximou europeus a doenças

novas e a diferentes reações à doenças conhecidas, o que ampliou os debates tanto sobre a diversidade humana, quanto das diferenças ambientais. Mapear doenças específicas dos climas quentes e verificar a possibilidade de vida saudável da população deslocada, a fim de tornar possível a exploração colonial, tornou-se prática necessária para o sucesso dos Impérios.

Se mapear as condições de salubridade e controle das doenças nas colônias britânicas era providencial para o sucesso da administração colonial (Harrison, 1996), no Brasil, a identificação e controle de doenças e mapeamento da salubridade era necessária para o sucesso do projeto de nação civilizada. O Brasil era um império recém-criado, com fortes ligações com seu passado colonial nos atos, memória, tradições, costumes e estrutura econômica. Segundo Lorelai Kury:

Mesmo depois de nossa independência política, a experiência dos europeus com suas colônias tropicais se fez sentir nos estudos científicos sobre o Brasil, feitos por brasileiros ou por estrangeiros. É como se houvesse uma identificação entre colonial e tropical mais profunda que a situação política de fato. A elite brasileira construiu as bases de suas instituições científicas tendo por base o modelo europeu, mas as análises concretas dos fenômenos muitas vezes tinham por padrão de comparação as análises que naturalistas, médicos ou agricultores europeus faziam de suas colônias tropicais. (Kury 2001:02)

Éramos ao mesmo tempo Império e colônia, exploradores e explorados. Um povo transplantado desde o início. Apenas uma parcela de nossa população era autóctone, os outros chegaram aqui para povoar, administrar, para trabalhar em busca de oportunidades, ou forçados como escravos. As antigas relações de colônia portuguesa reproduziam-se na lógica do Império brasileiro, tornando-nos colonizadores de nós mesmos, com a necessidade vencer as doenças e o calor dos trópicos. Assim, os médicos brasileiros se preocuparam em pensar uma nosologia do Império tropical e o seu quadro específico de salubridade, sem, no entanto, afastarem-se do propósito de inserção do País no âmbito das nações civilizadas.

Analisar a dimensão da influência do clima era preponderante para os médicos da primeira metade do século XIX. As teorias climáticas tendiam para o

determinismo ambiental, que condenava os habitantes dos países quentes à preguiça, lascívia e degeneração, restando-lhes apenas a selvageria e submissão. Entretanto, os médicos brasileiros desenvolveram respostas positivas com relação à aclimação dos europeus e refutaram a idéia de impossibilidade de civilização nos trópicos.

A influência dos climas que tradicionalmente era inspirada pela teoria hipocrática recebeu uma nova leitura. A definição de clima utilizada pelos médicos no século XIX era tributária de uma nova visão sobre as teorias neo-hipocráticas reformuladas, ao se aliar ao empirismo e à filosofia sensualista, sob a influência da obra do filósofo iluminista francês Condillac (Kury, 2005:18). Assim, tornou-se um fator de extrema importância a mensuração dos fenômenos meteorológicos. Houve um esforço de decodificar (e recodificar) os elementos da natureza, criando a idéia de universalização do entendimento dos fenômenos naturais. Tornou-se possível coletar, analisar e compartilhar informações sobre a temperatura, velocidade dos ventos, quantidade de chuva, umidade do ar de uma determinada região. O clima foi gradativamente estendido para um conceito maior, o conceito de meio, que incluía clima, ambiente, hábitos alimentares, vestuário e cultura. Desta forma, a climatologia médica ampliou o conceito de clima, agindo como mediadora das relações entre Homem, Natureza e Cultura, atenuando o determinismo climático.

Um dos mais importantes médicos que se deteve no assunto foi Xavier Sigaud. José Francisco Xavier Sigaud, médico higienista francês radicado no Brasil, editou na França o livro *Du climat et des maladies du Brésil*. Esta obra fundamental do pensamento higienista brasileiro era um tratado sobre medicina tropical. A abordagem mesológica feita por Sigaud atribui ao clima e à alimentação a principal responsabilidade pelas doenças no País. Sigaud rejeitava a idéia de que a mistura racial causasse o agravamento das doenças (Edler, 1999:134; Ferreira, 2001:218; Kury, 1990:133).

Embora Sigaud considerasse a umidade como o principal fator determinante das doenças tropicais e, ainda, um fator impossível de ser contornado, aparentando uma aceitação de vitória do clima sobre o homem, julgava, ao contrário disso, que os maiores entraves para a saúde dos imigrados

eram os hábitos de alimentação e o “abuso do ato venéreo”. Assim, a cultura teria um papel mais importante que a natureza na saúde dos habitantes do sul do Equador. A aclimatação dos europeus seria possível se os imigrantes seguissem suas indicações de sangria, banhos generosos, dieta vegetal e ainda o emprego de purgativos no início de cada estação. Neste sentido, o médico fez uma revisão teórica diminuindo o papel dos agentes meteorológicos e dos temperamentos, priorizando os hábitos como fator decisivo na aclimatação aos trópicos. Desta forma, dissolvia o determinismo, possibilitando a salubridade dos imigrantes e da população dos trópicos.

Flávio Edler aponta outras três teses defendidas perante à Faculdade de Medicina da Bahia na década de 1850, que demonstravam o mesmo otimismo dos médicos antes mencionados, quanto à aclimatação do europeu (Edler, 1999:134)<sup>6</sup>. A defesa da aclimatação do imigrante era majoritária entre os médicos mesmo com a emergência da racialização do pensamento brasileiro, após a década de 1870. Sidney Chalhoub no seu livro *Cidade febril* aponta três casos exemplares de médicos defensores da aclimatação dos europeus: Thomaz Gomes dos Santos, Pereira Rego e Torres Homem. De acordo com o historiador, os debates sobre a aclimatação dos imigrantes continuaram até o fim do século XIX, nas discussões sobre a febre amarela (Chalhoub,1999:35).

Acreditamos que as questões de higiene estavam atreladas à questão do fim da escravidão e o desejo de imigração em massa de europeus para o Brasil (Chalhoub,1999). Também na década de 1870 alguns médicos escreveram favoravelmente sobre a aclimatação do imigrante. Na Academia Imperial de Medicina, os médicos travaram uma discussão sobre imigração, proposta pelo Dr. Parigot<sup>7</sup>, que também estava envolvido em uma discussão sobre imigração chinesa na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Como é possível

---

<sup>6</sup> As teses são: Cunha, José Ferreira da. *Da Atmosfera*. Bahia, 1852; José Caetano da Costa. *Aclimatamento*, Bahia, 1858 e Joaquim Antônio de Oliveira Botelho. *O Aclimatamento dos europeus nos países quentes e o seu emprego na agricultura como colonos será compatível com a conservação da vida e da saúde?* Bahia, 1857.

<sup>7</sup> Segundo o periódico da Academia Imperial de Medicina, foi proposta para debate no dia 25 de Julho de 1870 a seguinte questão: como poderá realizar-se no Brasil a imigração espontânea (Parigot, 1871). Embora existam menções desta discussão, ela não foi publicada nos Anais de medicina Brasiliense, o periódico da instituição, e o Arquivo da Academia Nacional de Medicina não dispõe do livro de atas deste ano.

observar, a questão da imigração era uma das preocupações dos médicos neste período.

No início da década de 1870, algumas teses apresentadas à faculdade de medicina tinham como temática a aclimatação de imigrantes, quatro delas na seção de proposições<sup>8</sup>. A escolha deste tema relacionado à cadeira de higiene demonstra o quanto a aclimatação ainda era objeto de interesse dos médicos. Os formandos, em linhas gerais, seguiam as idéias dos higienistas predecessores quanto à profilaxia da aclimatação de imigrantes em países com o clima diferente dos seu lugares de nascimento. Ainda assim, apresentam algumas características interessantes de serem mencionadas. Francisco Alves Cabral, por exemplo, acreditava que havia diferenças entre a aclimatação de grupos e a aclimatação de indivíduos. Para ele, “aclimar e estabelecer colônias de habitantes de climas frios é coisa que, conquanto não seja impossível, todavia é tão difícil que acreditamos ser irrealizável”, por outro lado, “não resta a menor dúvida que nos países quentes e no Brasil os indivíduos isolados de qualquer País se aclimam facilmente”(Cabral, 1872:66). Desta forma, parece que o futuro médico duvida da capacidade de um grupo coeso mudar seus hábitos, condição essencial para o aclimatamento.

Joaquim Bernardo Dias, por sua vez, também infligiu restrições à possibilidade de imigração. As províncias do Norte, tais como o Ceará e o Pará, não poderiam ser habitadas pelos europeus. Eles deveriam, então, conduzir-se para o sul do Brasil (Dias, 1872:43).

Já as concepções de Joaquim Pereira dos Santos Júnior tiveram grande influência do pensamento racial que surgia no Brasil naquela época, tendo, inclusive, escrito tese a esse respeito em 1872. Santos Júnior defendia a colonização como o único meio viável para o Brasil aumentar a sua população. Além disso, essa colonização deve ser feita por “raças que por suas qualidades físicas e morais possam concorrer para o progresso moral e material do País.” Para o autor, “as raças africanas e asiáticas” deveriam ser excluídas dos planos de colonização, devendo-se promover a imigração das raças “neo-latinas e anglo-saxonica” (Santos Júnior, 1871).

---

<sup>8</sup> Além da tese principal os formandos deviam escolher temas para tratar. O tema escolhido era tratado de forma tópica, como aforismos.

Assim como Joaquim Pereira dos Santos, o médico Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho incorporou idéias das teorias raciais em seus estudos sobre os climas<sup>9</sup>.

Médico, Político, filho de Senador do Império e proprietário de terras em São Paulo, Jaguaribe Filho escreveu sua tese, intitulada *Do aclimatação das raças sob o ponto de vista da colonização em relação ao Brasil*, em 1874, para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O médico fora influenciado pelos higienistas brasileiros que defendiam a possibilidade de aclimação – como Xavier Sigaud e Torres Homem – e pela Geografia médica de J. Boudin. Suas idéias sobre a climatização seriam apenas uma compilação de velhas teorias em defesa da imigração, não fosse um novo componente: a miscigenação. Este componente aparece possivelmente influenciado por Armand de Quatrefages, decano da escola francesa de antropologia física, e pelo evolucionismo, provavelmente por leituras da obra de Charles Darwin. Tal conjunto incomum de influências proporcionara alguns elementos novos com relação à climatização e ao papel dos imigrantes, no que diz respeito à colonização do País. Para Jaguaribe, inspirado em Bertillon, o grande fator que garantiria a aclimação das gerações posteriores seria a miscigenação. O mestiço seria aclimatado e preparado para a civilização nos trópicos. Para defender seu ponto de vista, descreveu a história antiga como uma sucessão de miscigenações, concluindo o seu fator benéfico para os povos:

Se continuássemos a acompanhar a emigração e colonização dos antigos, veríamos por toda parte a mesma metamorfose em outras raças mestiças, fortificando e atestando que o aclimatação é possível (Filho, 1874: 95).

Aparentemente, a defesa da mestiçagem e da inteligência do mulato (Jaguaribe Filho, 1874: 86) seriam fatores extremamente positivos em um contexto

---

<sup>9</sup> Nos círculos médicos da corte iniciavam-se debates sobre teorias raciais, debates sobre imigração chinesa envolvendo o médico Nicolau Joaquim Moreira bem como um artigo sobre raça publicado no periódico da Academia Imperial de Medicina, provavelmente influenciaram os estudantes de medicina, estes temas serão tratados oportunamente adiante.

onde a hierarquização racial ganhava força. Mas, por outro lado, ao analisarmos a classificação dos imigrantes entre desejáveis e indesejáveis, e somarmos à visão do autor sobre a “raça africana”, percebemos que seu objetivo seria a mestiçagem com intenção de aumentar a população com “feições brancas” e, gradualmente, “diluir” o “sangue negro” e das populações não brancas, através dos “cruzamentos” constantes (Jaguaribe Filho, 1874:85)<sup>10</sup>. As teses da Faculdade de Medicina apontavam para uma mudança de perspectiva, em que as teorias raciais tornavam-se conceitos importantes nas ciências, e também para o entendimento e proposta de solução a questões sociais. Assim como Mark Harrison aponta um endurecimento das concepções sobre as diferenças raciais a partir do crescimento dos movimentos abolicionistas nas Antilhas (Harrison, 1996:83), podemos dizer que no Brasil as teorias raciais começam a interessar as elites letradas a partir da percepção do ocaso da escravidão no Brasil (Schwarcz, 1993:18).

Mas, ao contrário do caso das colônias britânicas, o otimismo quanto à aclimatação dos imigrantes continuou, muitas vezes, unido a teorias raciais. Estas diferenças ocorreram pela particularidade das relações entre os médicos britânicos e a vida nas colônias inglesas, bem como pelas concepções dos médicos brasileiros (e outros intelectuais) sobre a nação brasileira. Para entender a relação entre as teorias raciais e o pensamento das elites sobre o Brasil, é necessário o entendimento das concepções raciais que influenciaram a ciência do século XIX.

### **A racialização do mundo**

Os debates acerca da natureza americana iniciaram um processo de mudança na percepção da diferença entre os povos. A partir disto, algumas pesquisas sobre a natureza possibilitaram a continuidade de construção de uma visão de mundo dividido em tipos raciais. A idéia de fixidez das espécies proporcionou as bases para muitas teorias raciais.

---

<sup>10</sup> A mesma discussão sobre as intenções do Dr. Jaguaribe foi feita por Célia Maria Marinho de Azevedo, utilizando outras fontes, em seu livro: *Onda negra, medo branco* (Azevedo, 1987:72-75).

A fixidez das espécies é legado de Georges Cuvier, uma das figuras dominantes da ciência francesa no período napoleônico e durante a Restauração. Protestante, foi defensor do criacionismo. Para o anatomista francês, todas as espécies seriam fixas, ao contrário do que defendiam os evolucionistas. Cuvier inseriu nas discussões científicas o termo “raça”, apresentando a idéia de “tipo” com características físicas permanentes.

Cuvier era contrário à escravidão, mas ainda assim considerava o negro como racialmente inferior. Segundo ele, os nativos africanos seriam “a mais degenerada das raças humanas, cuja forma se aproxima da do animal e cuja inteligência nunca é suficientemente grande para chegar a estabelecer um governo regular” (Cuvier *apud* Gould, 1999:24).

Merece especial atenção, no sistema classificatório de Cuvier, a representação das raças de forma hierarquizada, com os brancos no topo e os negros na base, e a idéia de que as diferenças culturais e mentais seriam produzidas pelas diferenças físicas. Ainda que considerasse os tipos raciais fixos, Cuvier acreditava que toda a humanidade constituía uma única espécie. Sendo assim, suas teorias conduziam a idéia de que as raças humanas seriam interférteis (Banton, 1977:44-45).

Embora Georges Cuvier acreditasse na unicidade da espécie humana, algumas de suas idéias criaram base para a sistematização de teorias poligenistas. Estas idéias eram a fixidez das espécies, hierarquia das raças e a ligação das características físicas às características culturais e morais em uma relação de determinação.

Um dos mais importantes defensores da poligenia foi o naturalista suíço, que imigrou para os Estados Unidos em 1840, Louis Agassiz, discípulo de Cuvier. Embora existissem elementos suficientes em suas teorias, e práticas científicas para estar predisposto teoricamente pela poligenia, até sua mudança para a América, Agassiz acreditava que todos os homens eram seres de uma mesma espécie, cosmopolita e variável. Segundo Stephen Jay Gould, sua “conversão” à poligenia aconteceu após o contato com os negros americanos, e sob pressões de colegas poligenistas (Gould, 1999:29-39).

A conversão de Agassiz em poligenista não foi para Gould um ato político consciente, mas sim uma junção de elementos de seu pensamento como naturalista, suas práticas como taxonomista, preconceito racial e da influência de seu novo meio científico.

Mesmo após sua inflexão para a poligenia, Agassiz permanecera contrário à escravidão. Por outro lado, defendia uma rígida separação social entre brancos e negros, garantindo direitos jurídicos, porém, limitando direitos sociais:

(...)nenhum homem tem direito àquilo que não é capaz de usar.  
Se cometermos a imprudência de conceder, de início, demasiadas regalias aos negros, logo teremos de lhes tirar violentamente alguns dos privilégios que podem utilizar tanto em detrimento de nós quanto em prejuízo de si mesmos. (Agassiz, *Apud* Gould, 1999: 36)

Agassiz, na América, uniu-se a outros defensores das idéias poligenistas, dentre os quais os médicos Samuel G. Morton e Josiah Nott. Ambos publicaram livros em que defendiam a idéia de hierarquização das raças e separação da humanidade em espécies fixas e irredutíveis.

Morton ficou famoso por seus estudos de capacidade craniana. Durante sua vida reuniu uma coleção com mais de mil crânios humanos, com o objetivo provar a possibilidade de estabelecer uma hierarquia racial através das características físicas do cérebro, particularmente o seu tamanho (Gould, 1999:40).

Em 1839, Morton escreveu o livro *Crania Americana*, baseado em estudos sobre o tamanho dos cérebros dos indígenas americanos. O autor, que foi pouco influenciado por Cuvier, utilizava-se da classificação racial de Blumenbach, dividindo as raças humanas em cinco. Morton, em seus estudos iniciais, não fez uso do conceito de tipos humanos, embora posteriormente criticasse a posição ortodoxa criacionista em seus artigos publicados, contestando o pouco tempo da pretensa criação da “raça negra” a partir dos “caucasóides” (Banton, 1977:61). Cinco anos mais tarde, ao escrever o livro *Crania Aegyptica* (1844), a partir de uma coleção de crânios recebidos do Vice Cônsul do Cairo, George Gliddon, Morton aprofunda suas concepções poligenistas. Se no primeiro livro “comprovou cientificamente” que os brancos seriam intelectualmente mais capazes que os

índios, no segundo, “prova” que os negros seriam ainda mais inferiores; além disso, existiria uma predisposição natural dos negros para a submissão e servidão (Banton, 1977:62).

Outros importantes divulgadores da poligenia norte americana foram Josiah Nott e Georges Gliddon, que juntos escreveram o livro *Types of Mankind* (1854). Josiah Nott era médico do Alabama e colaborador de jornais especializados em medicina. Um dos seus artigos sobre hibridação lhe rendeu os cumprimentos de Morton (Banton, 1977:70), conhecido de Gliddon, que inclusive já havia lhe enviado crânios, quando trabalhava no Consulado Americano no Egito. Segundo Banton, Gliddon era um “conferencista e homem de espetáculo”, que preparava “amostras da cultura egípcia para audiências americanas” (Banton, *Idem*).

No entanto, a peculiar dupla escreveu uma das mais contundentes defesas das teorias de diferenças raciais do século XIX. A obra conta com a introdução de Louis Agassiz, que os influenciou fortemente, principalmente na questão dos centros de criação. Os autores apresentam uma série de proposições que sistematizavam as diferenças humanas, ficando implícita no texto a idéia de hierarquização das diferentes raças.

Josiah Nott e Georges Gliddon publicaram ainda outro livro, *Indigenous Races of the Earth* (1857), no qual foi acrescentada a idéia de dificuldade de aclimatação dos imigrantes, partindo do argumento de que cada raça tem a sua província, e quem emigrasse encontraria dificuldades para viver em outras províncias as quais não estariam adaptados.

As relações entre as teorias raciais e o seu uso para justificar a escravidão no sul dos Estados Unidos são mais complexas do que preliminarmente aparentam. Muitos dos defensores das hierarquias raciais e do abismo de diferenças entre negros e brancos eram contra a escravidão. Além disso, a maioria dos escravocratas sulistas preferia acreditar na explicação bíblica para a escravidão, “a maldição de Cam”, a aceitar uma explicação científica que ia de encontro à “palavra de Deus” (Gould, 1999:60).

As teorias poligenistas não foram as únicas a hierarquizar tipos humanos. Muitos monogenistas acreditavam na diferença de potenciais humanos, fosse através de teorias degeneracionistas, ou ainda por uma hierarquização através do

progresso técnico, material ou intelectual. Mesmo após a disseminação da teoria Darwinista, persistiu a hierarquização das potencialidades e culturas humanas pelo viés racial. Vide o sucesso das concepções do Social Darwinismo no fim do século XIX.

Ainda assim, a ascensão da poligenia americana ocorre num momento em que se discute a questão da escravidão nos Estados Unidos. Este processo possivelmente aponta para uma tentativa de discussão sobre a inserção do negro numa sociedade pós-escravidão, uma interessante aproximação com a idéia de Mark Harrison a respeito da mudança de juízo sobre o aclimatação dos ingleses em suas colônias, que verteu, de uma postura otimista até o início do século XIX, para o pessimismo, influenciados pelos debates abolicionistas e de luta contra o tráfico de escravos.

A mudança nas concepções sobre a adaptação dos europeus foi responsável pelo crescimento das discussões sobre as diferenças raciais (Harrison, 1996). Somado aos exemplos americano e britânico, no Brasil, as explicações raciais também ganharam espaço nas reflexões, à medida que aumentaram as possibilidades do fim da escravidão e os debates sobre a inserção dos negros na sociedade.

### **O contexto das idéias raciais no Brasil**

Em meados do século XIX, com o fim do tráfico intercontinental de escravos (1850), ocorreram profundas transformações na sociedade brasileira, que culminaram, no fim do século, na abolição da escravidão, proclamação da República e no processo de imigração em massa de europeus para o Brasil.

A historiografia tradicional, além de ressaltar as mudanças sócio-políticas da década de 1870, considera o período como um dos principais momentos de ebulição intelectual do País. Segundo Cruz Costa: “ em 1870, novos matizes de idéias começam a se fazer sentir na vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, todas as modalidades do pensamento europeu do século XIX.”(Cruz Costa, 1967:115) Para Roque Spencer, esta

geração teria para o Brasil uma importância intelectual tão grande quanto o Iluminismo teve para a França e o mundo, sendo este período de 1870 considerado como a “ilustração brasileira”. Esta fase ficou conhecida na história das idéias como o momento em que chegou ao Brasil “ um bando de idéias novas”, expressão cunhada por Sílvio Romero em um de seus textos sobre a vida intelectual do fim do Império<sup>11</sup>. Crítico literário importante, Romero teve grande participação na vida intelectual do País, construindo reflexões sobre cultura e identidade nacionais.

Sílvio Romero, ao falar deste período, enfatizara a importância do mencionado “bando de idéias novas” que o Brasil importava através de seus intelectuais, a partir de leituras estrangeiras. A perspectiva de Romero foi adotada pela historiografia oficial, qualificando como “novas” idéias não tão novas assim, ou ainda atribuindo-lhes uma importância tal, que parecem agir independentemente dos atores e do contexto sócio-político.

O positivismo, a partir do cânone estabelecido por Sílvio Romero, também ganhou *status* de “novidade”. Na realidade, a doutrina não denotava, efetivamente, tamanha novidade. Augusto Comte iniciou a publicação de seu *Cours de Philosophie Positive* em 1830. Segundo os historiadores do positivismo, em 1837 vários brasileiros tiveram contato com Augusto Comte em seus cursos livres na Escola Politécnica, sendo encontradas, ainda, referências ao positivismo em teses brasileiras desde 1844 (Cruz Costa, 1967:130). Se foram poucos os trabalhos em que citava-se nominalmente a doutrina positivista (até o “bando de idéias novas”), foi através da influência de um método científico-positivo que se fez presente o positivismo no Brasil antes de 1870. A importância em declarar-se o positivismo como uma “novidade” talvez resida na maior visibilidade da doutrina nesta época, pela formação de grupos positivistas e pelo crescimento de sua influência política.

A doutrina positivista trazia em si uma concepção evolucionista da história, em que o progresso da humanidade nos “condenaria” à civilização. Teorias evolucionistas ligadas às ciências naturais – as teorias de Darwin e de autores

---

<sup>11</sup> Uma das críticas de Angela Alonso ao tratamento que a historiografia deu à geração de 1870, foi a incorporação das classificações dos grupos feitas pelos agentes (como Sílvio Romero) sem uma análise crítica. ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

próximos as suas idéias, como Herbert Spencer e Ernest Haeckel – tiveram forte influência no Brasil nas últimas décadas oitocentistas.

Embora Darwin tenha publicado *The origin of species* em 1859, suas teorias sobre seleção natural foram alvo de muita discussão até o fim daquele século. O modelo darwinista disputou espaço com outras teses evolucionistas e ainda com propostas criacionistas de interpretação da origem da vida. No Brasil, ao mesmo tempo em que Darwin era lido, também Quatrefages, Agassiz, Nott, Spencer e Haeckel, entre outros filósofos, médicos e naturalistas, faziam parte das “idéias novas” que eram debatidas e que influenciavam intelectuais e a elite política em geral. O estudo das origens do homem despertou grande interesse no Brasil a partir de 1870, principalmente nos pontos onde todo este aparato científico encontrava os temas raça, miscigenação e formação da nação.

O interesse por estas teorias ocorreu em uma fase de grandes mudanças na sociedade brasileira: a urbanização e o crescimento das cidades; a lei do ventre livre (1871), que foi promulgada em meio a um debate crescente sobre a falência da escravidão, iniciado com o fim do tráfico escravo (1850), e a guerra do Paraguai.

Nos anos 70, o desmonte da estrutura escravista era um fato incontestável. Tal afirmação pode ser explicada pelo fato de os debates abolicionistas, a discussão em torno da necessidade de mão-de-obra para suprir a falta de escravos e a preocupação com as políticas de imigração terem crescido a partir desta década. Evidenciava-se, então, na segunda metade do século XIX, que o fim da escravidão seria uma questão de tempo.

Foi neste contexto que o Brasil imperial iniciou a construção de uma imagem de modernidade através da ciência e do progresso. A começar pelo monarca Pedro II, eleito sócio estrangeiro da Academia de Ciências de Paris pelo seu contato com grandes “homens de ciência” de sua época, como Agassiz e Quatrefages, e ainda por financiar trabalhos científicos como o de Louis Pasteur (Domingues & Sá, 2003: 101). A imagem de monarca ilustrado era cultivada pelo próprio Pedro II, que costumava dizer “A sciencia sou eu”(Schwarcz, 1993:31)<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Uma clara referência à célebre expressão cunhada por Luís XIV: “O estado sou eu”

Através de jornais como o *Província de São Paulo*, que garantia “publicidade a todo um ideário evolutivo-positivista”, e cuja prática era “a divulgação cotidiana de mestres europeus, entre eles Darwin, Spencer e Comte”, e de romances naturalistas e científicos era possível perceber o fascínio pela ciência (Schwarcz, *Idem*:32). O romance naturalista estava saturado de conceitos evolucionistas e inspirados em teorias raciais como a poligenia. As teorias apareceram em obras como: *A carne*, de Júlio Ribeiro (1888); *O chromo*, de Horácio de Carvalho (1888); *O cortiço* de Aluísio Azevedo(1890), entre outros romances e autores. A partir daí podemos perceber que neste contexto as teorias deterministas foram utilizadas de forma ampla, não só em produções especializadas – o que demonstra uma valorização dos saberes científicos e a vontade de aplicá-los à realidade nacional (Schwarcz, 1993: 34).

Nesta atmosfera, onde todo um conjunto de idéias científicas circulavam entre as elites, as teorias raciais foram inseridas no conjunto de explicações sobre os problemas brasileiros. Assim, temas como a inferioridade dos negros e indígenas (e, mais tarde, dos chineses) e a degeneração dos mestiços foram utilizados com o objetivo de explicar o “atraso brasileiro” frente às nações civilizadas. Se por um lado os determinismos mesológicos e raciais são explicações convincentes para boa parte das elites do País, por outro, estas explicações trazem em si a idéia de fracasso do País enquanto nação.

O censo de 1872 revelou uma população de 62% de negros índios e mestiços (Skidmore,1976:62), numa perspectiva de avanço da mestiçagem e das populações “de cor”. Nessa conjuntura, adotar explicações nas quais a presença de “raças inferiores” e a mestiçagem seriam considerados fatores de atraso, significava também aceitar o inevitável futuro para o Brasil, previsto por estas mesmas teorias.

Devido à mestiçagem no Brasil e à profusão de diferentes matizes de mestiços, a mistura de raças era tema constante no relato de viajantes naturalistas e cientistas, alguns destes formuladores de teorias raciais, que encontraram em nosso País, terreno fértil para tentar comprovar suas teorias.

O próprio Louis Agassiz visitou o Brasil, juntamente com sua esposa Elizabeth, em 1865, com o objetivo de experimentar no Amazonas as suas teorias sobre a origem das espécies, que era contrária às teses evolucionistas (Kury, 2001b). O relato de viagem do casal deixara registrado, além das conclusões sobre suas teorias, impressões sobre o Brasil e os brasileiros, e principalmente sobre a miscigenação no Brasil:

(...)que qualquer um que duvida dos males dessa mistura de raças, e se inclina, por mal entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam – venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente do amálgama das raças, mais geral aqui do que em outro País do mundo, e que vai apagando, rapidamente, as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental. (Agassiz, 1975: 180)

A obra de Agassiz influenciou intelectuais no Brasil como Nicolau Moreira, Nina Rodrigues e Sílvio Romero. Este último escreveu no capítulo sobre raças de sua *História da Literatura Brasileira*

Eu acredito na origem poligenista do homem, defendida por Morton, Nott, Agassiz, Littré e Broca. Parece-me um exagero, ditado por uma velha preocupação ortodoxa, reduzir todas as raças humanas a uma só origem avita primitiva. (Romero, 1953:120).

Outro teórico racialista que esteve no Brasil foi Arthur de Gobineau, representante do governo francês no Rio de Janeiro de 1869 a 1870, autor da obra *“Essai sur l’Inégalité des Races Humaines”* (1854). Em um artigo intitulado *L’Émigration au Brésil*, o autor chegou à conclusão de que a miscigenação sem controle resultaria em uma alta degenerescência do brasileiro, que acarretaria em menos de duzentos anos, que os habitantes do Brasil desaparecessem completamente até o último homem (Raeders, 1988)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> O artigo, sob o título traduzido de “O Brasil de 1873, segundo Gobineau”, é anexo ao livro *O inimigo cordial do Brasil* de Georges Raeders.

Após a publicação de *A origem das espécies* (1859), além do início de uma mudança de paradigma que levaria em poucas décadas à hegemonia do evolucionismo nas ciências naturais, houve também um processo de apropriação das idéias de Darwin para teorias sociais e políticas. “Conceitos como ‘competição’, ‘seleção do mais forte’, ‘evolução’ e ‘hereditariedade’ passaram a ser aplicados aos mais variados ramos do conhecimento[...]” (Schwarcz, 1993:56).

Neste contexto, o evolucionismo social de Herbert Spencer influenciou significativamente o pensamento brasileiro. Seu raciocínio traduzia uma mistura de influências do liberalismo clássico, do evolucionismo e cientificismo. Segundo Cruz Costa:

A doutrina evolucionista de Herbert Spencer(...) negando a metafísica e afirmando que todo o conhecimento está contido nas ciências positivas, o evolucionismo, como o positivismo, declarava que o homem pode apenas investigar o mundo dos fenômenos. (Cruz Costa, 1967:229)

Esta teoria de visão organicista considerava que as sociedades seriam sujeitas às mesmas leis que regiam organismos dos corpos vivos, e que evoluíam do estado mais simples para estágios evolutivos mais complexos. Desta forma, as sociedades (e por extensão, as raças) estariam em diferentes estágios de progresso. Sendo assim, as diferenças adviriam do resultado do maior ou menor progresso dos povos.

Influenciados por estas idéias, muitos intelectuais adotaram doutrinas racistas para explicar o atraso brasileiro: a miscigenação, o grande número de negros e mulatos na sociedade, nos impediriam de alcançar o “progresso”, a “civilização”. Intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Euclides da Cunha consideraram o mestiço racialmente inferior. Em uma memória apresentada à Academia Imperial de Medicina em 1869, o Dr. Nicolau Moreira escreveu:

Na Europa oriental, o cruzamento da raça branca com a amarela dá uma progênie fraca, pouco inteligente e de vida curta. Os mestiços do branco e do negro são de fecundidade limitada(...). (Moreira, 1869a:362)

Aceitar a inferioridade do mestiço, seria aceitar que o Brasil fracassou como nação. No Brasil do final do século XIX, na difusão de teorias evolucionistas como as de Jean Baptiste Lamarck, Charles Darwin e Herbert Spencer, fora encontrada a “solução”, na chamada tese de branqueamento. Na realidade, o branqueamento não era uma tese única. Representava muito mais um desejo das elites do que uma teoria fechada, explicada por vezes com idéias diferentes, e com práticas diferentes.

Uma das formas de branqueamento era a defendida por Nicolau Moreira, evitando a miscigenação com o negro ou com o mestiço, trazendo imigrantes brancos (norte-americanos, alemães, italianos). Moreira, influenciado pela teoria poligenista, acreditava na pouca fertilidade do mulato. Com o tempo o mulato se extinguiria, ficando no Brasil apenas as raças puras e um mestiço “superior” (fruto da miscigenação das raças brancas).

Embora tenham diferenças essenciais, os discursos de branqueamento têm algo em comum: a necessidade de imigração em massa de europeus e norte-americanos brancos.

Sobre a imigração, Joaquim Nabuco escreveu:

(...)onde atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração européia traga sem cessar para os trópicos uma corrente de sangue caucásico e vivaz, energético e sadio, que possamos absorver sem perigo. (Nabuco, *apud* Skidmore, 1976: 40)

As idéias raciais, juntamente com as idéias evolucionistas, foram usadas por parlamentares em seus discursos contra a imigração chinesa, ou de outro grupo não-branco; ou ainda fazendo apologia à vinda de imigrantes europeus, que pudessem ser cultural e racialmente absorvidos. Tornava-se evidente, portanto, o objetivo: branquear o Brasil.

No contexto em que surgiu o interesse pela interpretação racialista da sociedade brasileira, Nicolau Moreira foi um dos primeiros a discutir o assunto em

locais de saber privilegiados, como a Academia Imperial de Medicina e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para compreendermos melhor as concepções racialistas deste médico, é fundamental conhecer aspectos de sua vida.

## **2 SOBRE RAÇA, NAÇÃO E LIBERDADE: TRAJETÓRIA E IDÉIAS DE NICOLAU MOREIRA.**

Nicolau Joaquim Moreira participou ativamente dos mais importantes processos sociais das últimas décadas do século XIX. Foi neste contexto que formou suas bases teóricas e iniciou sua vida social, intelectual e política. Lutou pela abolição da escravidão ao lado de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e André Rebouças, tendo participado das mais importantes instituições intelectuais do império. Foi também um dos mais combativos defensores da imigração européia e, ainda, administrador da Capital Federal no alvorecer da República no Brasil.

Viveu em uma época repleta de mudanças e disputas, tanto sociais e políticas quanto intelectuais, e suas idéias traziam a marca de sua época. Suas concepções sobre a natureza trouxeram as contradições entre a crença em uma natureza fixa e a transformação da vida. A visão de Nicolau Moreira acerca das diferenças dos homens está tensionada entre a explicação biológica, determinista, e a explicação das diferenças baseadas na diversidade cultural. A tensão entre idéias antagônicas, aliada as suas preocupações sociais, gera uma teoria racial que serve de base para suas idéias de projeto nacional, em que a abolição da escravatura e o incentivo à imigração européia são pontos essenciais.

Para entender a especificidade das teorias de Nicolau Moreira, suas concepções de raça, de imigrante e de nação serão analisadas em confronto com

sua biografia, tentando compreender como através de idéias, muitas vezes contraditórias, consegue criar uma concepção de raça original e coerente com seu projeto de Brasil.

### **Nicolau Moreira na historiografia**

Mesmo tendo uma vida intimamente ligada ao país nas últimas décadas do oitocentos, é extremamente tímida a inserção do médico na historiografia sobre o Império Brasileiro e a Primeira República. Algumas obras citam seus trabalhos e sua participação em movimentos sociais e processos históricos da época, mas ainda assim não há um estudo aprofundado sobre sua carreira política e profissional. No entanto, dentre as poucas informações que temos, existem dados e interpretações muito interessantes, sobretudo de sua produção científica, dignos de serem mencionados.

Gilberto Freyre cita os trabalhos médicos e racialistas de Nicolau Moreira em *Casa Grande e Senzala* e em *Sobrados e Mucambos*, demonstrando interesse particular por um trecho do relatório “*Questão étnica-antropológica*”, no qual Moreira, com a intenção de comprovar os efeitos degenerativos da mestiçagem, cita como exemplo duas fazendas dos Beneditinos:

No Brasil mesmo achareis frisantes exemplos nas fazendas de Camorim e de Campos, pertencentes aos religiosos beneditinos. Naquela, fundada há quase três séculos, uma população negra, homogênea e vigorosa tem atravessado este longo período, aumentando de inteligência e modificando seu crânio que se aproxima hoje ao da raça caucásica; na segunda uma proliferação mista pouco extensa, pela razão de sucumbirem muitos indivíduos da terceira geração. (Moreira, 1869a:365)

Freyre recorre, em suas duas obras, à referida citação para ilustrar a discussão a respeito do “abrasileiramento” dos escravos, especificamente a mudança da conformação física do negro brasileiro em comparação com o negro africano (Freyre, 1999:403) e, em *Sobrados e Mucambos*, ao escrever sobre as representações relativas à inteligência do mulato.

O sociólogo, ao discutir as “experiências” de miscigenação feitas pelos Beditinos em suas fazendas, se mostra entusiasmado com as constatações do Dr. Moreira sobre a inteligência dos negros do Camorim e da mudança craniana destes. Segundo Nicolau Moreira, os três séculos de “pureza racial” dos negros desta fazenda promoveram o aumento da inteligência desta população e a modificação do crânio, aproximando-se da forma craniana da “raça caucásica”, que sugeria implicitamente um progresso de civilização deste grupo.

O entusiasmo de Gilberto Freyre é tal que compara as constatações de Nicolau Moreira com os famosos estudos de seu “mestre”, o antropólogo Franz Boas:

E digno de maior atenção é o reparo do Dr. Moreira quanto ao crânio vir se modificando em população apresentada como tão pura e homogênea. No que talvez se antecipasse numa das possíveis interpretações dos resultados das experiências de Franz Boas com imigrantes europeus nos Estados Unidos. (Freyre, 1961:605)

Freyre refere-se às pesquisas feitas por Boas entre 1908 e 1910 para a Comissão de Imigração dos Estados Unidos, que resultaram no estudo *Changes in Immigrant Body Form* (1910). Neste estudo o antropólogo chega à conclusão que “as cabeças dos filhos de imigrantes tinham se tornado mais compridas no ambiente americano” (Stocking, 2004: 230).

Este desenvolvimento físico dos filhos dos imigrantes na América era analisado como uma influência do novo ambiente, entendendo ambiente de uma forma ampla, incluindo-se alimentação, educação e higiene. Assim, as conclusões de Freyre apontam para a plasticidade dos tipos humanos, argumento que utilizaria para combater as idéias de fixidez de tipos raciais (Santos, 1996:127; Maio, 2002:153).

É muito interessante observar como Freyre utiliza um argumento do século XIX, cuja intenção original era provar a inferioridade do mestiço, relacionando-o com uma obra fundamental do culturalismo boasiano que justamente tinha como objetivo criticar as teorias racialistas. Talvez Freyre estivesse muito mais interessado pelos relatos empíricos sobre o desenvolvimento dos crânios dos

escravos da fazenda de Camorim, do que propriamente pelos argumentos de Moreira acerca da superioridade das raças puras com relação aos mestiços.

Nicolau Moreira também foi objeto de pesquisa de historiadores que pesquisaram a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Edgar Carone, em seu livro *O centro industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827 – 1977)* (Carone, 1978), e José Luiz Werneck da Silva, em sua dissertação *Isto é o que me parece: a sociedade auxiliadora da indústria nacional (1827-1904) na formação social brasileira* (Silva, 1979), apontaram o médico como um dos últimos presidentes da Sociedade Auxiliadora que dirigiu a instituição em circunstâncias de grandes dificuldades, de intensas e profundas mudanças nas estruturas sócio-econômicas brasileiras: a transição da escravidão ao trabalho livre e do Império à República. Este contexto de profundas reformulações políticas e sociais do Brasil, segundo os autores, propiciara a decadência da Sociedade, culminando em sua dissolução 1904.

Os dois trabalhos priorizaram aspectos da criação da indústria no Brasil, ou de mudanças sócio-econômicas no Império, onde Nicolau Moreira é, senão um ator secundário, um coadjuvante nos movimentos estruturais da história.

A produção historiográfica recente gerou duas obras em particular interessantes para a história das ciências, em que Nicolau Moreira é um dos objetos de estudo: *Um sopro de destruição* de José Augusto Pádua (2002) e *Ciência, um caso de política* de Heloísa Bertol Domingues (1995).

Pádua, em seu livro *Um sopro de destruição*, faz o resgate da crítica ambiental feita por pensadores brasileiros desde a “Ilustração luso-brasileira” até o fim do Império, refletindo sobre o problema da destruição do ambiente natural. O historiador resgata Nicolau Moreira como defensor de uma agricultura racionalizada, com utilização de novas técnicas e equipamentos, viabilizando o uso permanente de uma mesma área para plantio, o que permitiria um “cuidado ambiental” (pois evitaria desmatamentos). Insere o médico em uma tradição intelectual abolicionista e liberal, onde a escravidão era vinculada à agricultura arcaica, a uma “cultura esgotadora” do solo. A preocupação do Dr. Moreira com as questões de agronomia e com a natureza, está diretamente vinculada as suas preocupações com o progresso e a civilização (Pádua, 2002:258-259).

Heloísa Bertol, que em sua tese *Ciência, um caso de política* trata das relações entre os conhecimentos científicos e a agricultura durante o século XIX no Brasil, considera Nicolau Moreira uma importante figura no período a partir de 1860, em que as relações entre ciências e agricultura tomam novos contornos (Domingues, 1995: 201). Neste contexto, é grande a preocupação das ciências com o esgotamento do solo. Os focos da relação entre os conhecimentos científicos e exploração da terra passam a priorizar o estudo da química agrícola e de fisiologia vegetal, preocupados tanto com a fertilização do solo, quanto com o controle de pragas. O procedimento tradicional acarretava uma constante mudança para o cultivo de novas áreas, resultando no desgastaste dos solos. O que estava em primeiro plano agora era a manutenção das qualidades produtivas do solo, evitando o abandono das antigas áreas cultivadas. Segundo Heloísa Domingues, Nicolau Moreira tem participação fundamental na divulgação dos conhecimentos de química agrícola, fisiologia para a agricultura e ensino agrícola. Tais preocupações com as questões agrícolas seriam fundamentais para o desenvolvimento da agricultura no período seguinte, a partir de 1870. A autora declara que “Talvez se possa dizer que Nicolau Moreira foi um dos que melhor expressou a idéia da importância do conhecimento da relação entre planta e o solo, que daria a chave do desenvolvimento da agricultura na década seguinte” (Domingues, 1995: 219-220).

As referências que temos sobre Nicolau Moreira privilegiam sua trajetória na SAIN ou as contribuições na área agrícola. E, nestes poucos estudos que resgatam Nicolau Moreira, existem muitos aspectos não abordados na biografia do médico, devido tanto a uma escassez de informações sobre sua trajetória quanto ao pequeno grau de importância que os dados biográficos teriam nas investigações destes pesquisadores.

Embora as informações sobre a vida de Nicolau Moreira sejam escassas, os arquivos encontrados foram acumulados, privilegiando-se os elogios históricos, elogios fúnebres discursos em homenagem ao médico, sendo ainda utilizados os dados apontados por Carone, Werneck da Silva, Bertol Domingues e José Augusto Pádua. Um trabalho com o objetivo de juntar indícios, acumular informações pulverizadas, dando forma a uma “biografia mínima” de Nicolau

Moreira, entendendo que a biografia neste estudo tem por finalidade contextualizar o seu pensamento, buscando as relações entre as idéias de Nicolau Moreira e sua trajetória de vida, principalmente suas inserções em meio aos intelectuais de seu tempo e as relações entre seu pensamento racial e o ambiente em que ele e suas idéias se constituem.

### **Vida de Nicolau Moreira**

Fazer uma pequena biografia de Nicolau Moreira tem por objetivo, assim como aponta Silvia Figueirôa, “permitir melhor compreensão da produção científica em si mesma, nem acima nem desconectada do seu tempo, mas profundamente enraizada na história, transformando-a e sendo por ela transformada através da praxis individual e coletiva” (Figueirôa, 2001:246).

Os dados biográficos sobre Nicolau Moreira foram encontrados em sua maioria em necrológios e elogios históricos. Neste tipo de escrita costuma-se mitificar a trajetória de vida (Figueirôa, op.cit.) mesmo que não estivesse entre as figuras mais evidentes de seu tempo. Fez -se necessário identificar os aspectos de sua vida, suas relações pessoais e profissionais dentro de discursos em grande parte laudatórios, que desenhavam sua vida com uma coerência linear, principalmente em relação à carreira de médico e às preocupações com a ciência e o progresso. A análise destes textos procura respeitar as preocupações de Silvia Figueirôa uma vez que “não se trata, porém, de partilhar uma ilusão romântica de totalidade do relato, muito menos de imparcialidade e neutralidade no trato das fontes, mas sim de consciência dos condicionantes e limites inerentes ao trabalho.” (*Ibidem*: 241)

A carreira acadêmica de Nicolau Moreira começou em 1840, quando ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no curso de farmacêutico, passando depois para o curso de médico, onde doutorou-se em 1847, defendendo a sua tese intitulada *Breves considerações sobre a febre esscarlatina*. Foi nomeado 2º cirurgião do Hospital Militar da Corte no ano de 1852 e em 1855 tornou-se membro da comissão sanitária de Sant’Anna.

## Academia Imperial de Medicina

O Dr. Nicolau Moreira é admitido como membro da Academia Imperial de Medicina em 1859. Na ocasião apresentou a memória *O aborto provocado sob o ponto de vista médico - legal e humanitário* para a apreciação da Academia. Na memória sobre o aborto, o médico fez um estudo completo sobre o aborto natural e o provocado, demonstrando conhecer profundamente o assunto, as técnicas e as questões que envolviam o tema tão polêmico. A favor de tal prática, quando a vida da mãe estava em risco, julgava necessário interromper a gestação no início da gravidez para não sacrificar um feto formado. A defesa do aborto fez com que o médico criticasse a legislação vigente, que considerava crime o aborto provocado e a penalidade era duplicada para parteiros, boticários, cirurgiões ou médicos que o praticassem. O “aspirante” à Academia Imperial de Medicina critica a legislação e, reinterpretando as leis, dividiu o aborto provocado em “medical” e “criminoso”, iniciando ao mesmo tempo uma defesa “científica” do aborto, o que demonstra o caráter cientificista de seu pensamento: a ciência tem o poder de vida e morte sobre o feto, em defesa da mãe. Assim, o conhecimento científico está acima das legislações dos homens. O médico, interpretando as leis naturais, não está cometendo um crime causando o aborto e sim salvando a vida de uma mulher.

Sua participação na AIM foi bastante ativa, debatendo em reuniões os assuntos propostos pelos sócios. Apresentou boa produção intelectual no periódico da agremiação médica, o que lhe rendeu o respeito profissional dos seus pares. Seus artigos versavam principalmente sobre temas ligados à higiene. Entre os principais estavam as doenças epidêmicas como a febre amarela, assuntos morais como o aborto, a educação da mulher, o elemento moral na civilização, considerações sobre o suicídio e em 1869, escreve a memória sobre miscigenação *Questão étnica-antropológica* cuja relevância para o entendimento do pensamento de Nicolau Moreira justifica o detalhamento de seu processo de criação.

A Academia de Medicina tinha por costume promover anualmente um concurso de memórias. De acordo com as regras, durante o ano os candidatos deveriam enviá-las para a análise e os acadêmicos nomeavam um relator considerado capaz de julgar o tema. A divulgação do resultado do concurso ocorria na “sessão aniversária”, data solene no calendário da Academia Imperial de Medicina. A reunião comemorativa contava sempre com pomposos discursos e convidados ilustres, como o Imperador Pedro II.

Durante o período entre 1868 e 1869, somente uma memória foi enviada sobre o tema: *O cruzamento das raças, acarreta e produz a degradação intelectual e moral do híbrido resultante?*<sup>14</sup>.

A memória foi entregue ao Dr. Nicolau Moreira para análise e o seu relatório resultou em um estudo sobre cruzamento de raças<sup>15</sup>, que segundo os acadêmicos era superior à primeira. Neste relatório o médico faz considerações sobre as idéias do autor, Dr. João Batista Ulhesperger<sup>16</sup>. Infelizmente a memória original do Médico bávaro não foi encontrada. Embora a análise da memória original pudesse trazer muitas possibilidades de estudo, interessa-nos o pensamento racial do Dr. Moreira, que em seu relatório se mostra bem claro. Moreira tenta provar que o mestiço de raças diferentes é debilitado e biologicamente inferior aos tipos raciais “puros”.

Dr. Moreira apresentou o relatório para a apreciação da Academia oferecendo uma menção honrosa para o autor da memória. A Academia aprovou seu relatório por unanimidade, o que nos faz crer que as idéias propostas pelo acadêmico em seu relatório seriam então as que melhor respondiam à questão, tanto do seu ponto de vista, quanto de seus pares. Segundo parecer oficial:

---

<sup>14</sup> Os temas propostos no ano de 1868 foram:1)O cruzamento das raças, acarreta e produz a degradação intelectual e moral do híbrido resultante?;2)O “*anchylostomum duodenale*” é efeito ou causa da hypohemia intertropical, vulgo “opilação”, ou chlorose do Egypto?3) A elephantiasis dos gregos manifesta-se sempre no Brasil da mesma forma?4) Quais as indicações, e contra indicações para a desarticulação da côxa? E dos acidentes consecutivos dessa operação, quais são os mais graves? E como prevenir e combater?5) Terá o vírus Syphilitico experimentado alguma modificação? Ou dever se há atribuir a diminuição dos seus estragos aos progressos da higiene pública?

<sup>15</sup> O relatório foi publicado em brochura; o próprio Nicolau se refere a ele como “estudo sobre as raças humanas” e os acadêmicos tratam como uma memória.

<sup>16</sup> Ulhesperger foi médico “do duque de Leucktemberg e de Santa Cruz, membro e laureado de muitas academias e sociedades médico-literárias da Europa e da América, residente em Munich, capital da Baviera”. *Annaes Brasilienses de Medicina*. Tomo XXI, Julho de 1869.

[...]nos fez nosso infatigável colega, Dr. Moreira um relatório antropológico, que por assim dizer, é uma nova e bela memória, sobre uma matéria ainda entre nós pouco estudada, e que por isso ainda torna apreciável esse seu trabalho. Ele achou no escrito que nos foi remetido da Alemanha bastante merecimento mas não tal de lhe fazer adjudicar o 1º prêmio, o da medalha proposta, visto não ter perfeitamente resolvido a questão e a ela plenamente respondido; julgando-o contudo digno do segundo prêmio, o de uma menção honrosa, juízo que, ouvidas as razões do relator, foi pela Academia unanimemente confirmado<sup>17</sup>. (Annaes Brasilienses de Medicina: 1869: 145)

Com o apoio unânime da academia ao laurear com o segundo prêmio a única memória que concorria ao concurso, simbolicamente o médico premia a sua memória, o que é aprovado pelos seus pares. Assim, seu estudo sobre raças humanas ganha legitimidade entre os médicos membros da agremiação.

Embora muito envolvido com as questões médicas e até o final dos anos 70 tivesse uma grande participação na Academia Imperial de Medicina (publicando diversos artigos, atuando em comissões, emitindo pareceres), a área em que mais atuou foi a agricultura, em toda a sua extensão, desde a química agrícola até a preocupação com a mão-de-obra das lavouras.

O interesse por variados assuntos estava muito mais próximo da regra do que da exceção no século XIX. Era comum entre a elite letrada a diversidade e a diversidade temática, como mostrou Mariza Corrêa:

E se as opções profissionais eram limitadas, isto seria compensado pelo amplo leque de interesses que atraiu a atenção destes intelectuais, o que pode ser explicado tanto pelo número reduzido deles, que os obrigava a se desdobrarem em 'especialistas de várias áreas', quanto por seu envolvimento político e funcional. (Corrêa, 1998:39)

Moreira escreveu diversos artigos relacionados à agricultura no periódico da SAIN e na Revista Agrícola e de ambas as publicações foi redator. Seus trabalhos nestes dois periódicos tinham como principais assuntos a química agrícola, zootecnia, botânica, agricultura e imigração. Seu envolvimento com estes temas nos mostra o quanto era importante como formador de opinião nestas áreas. Tal

---

<sup>17</sup> Relatório dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro e seu Estado, durante o ano acadêmico de 30 de junho de 1868 a 30 de junho de 1869.

constatação não poderia mostrar-se contrária, pois de todos os vínculos intelectuais e sócio-políticos de Nicolau Moreira, provavelmente o mais forte tenha sido com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de onde era membro desde 1863, permanecendo ativamente até 1894, quando faleceu, então presidente da instituição.

### **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**

A Sociedade Auxiliadora é uma das mais antigas instituições imperiais (Silva, 1979:61-72; Domingues, 2001a:85). Criada em 1825, tinha como objetivo “promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento, e prosperidade da indústria no império do Brasil”(Estatutos da SAIN 1831 *apud* Carone, 1978:19).

Durante todo o período imperial, intelectuais e políticos importantes no cenário do século XIX passaram pelos quadros da SAIN, de ministros do Império a ativistas da causa abolicionista. A SAIN foi então naquele século importante espaço de sociabilidade dos intelectuais do Império. É comum, ao analisarmos os quadros desta instituição, encontrarmos membros influentes de outras instituições e associações como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Museu Nacional, sociedades literárias e círculos abolicionistas<sup>18</sup>. Destas associações, duas nasceram dentro da SAIN: o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e o Instituto Imperial Fluminense de Agricultura.

O IHGB teve sua fundação aprovada no ano de 1838 em reunião da Sociedade Auxiliadora, com unanimidade de votos e voto de louvor (Silva, 1979:90). Segundo Werneck da Silva: “a maior parte dos 27 sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico pertencia à sociedade Auxiliadora.” O Instituto Imperial Fluminense de Agricultura também nasce das propostas da SAIN, criado em 3 de novembro de 1860, pelo decreto do governo imperial n.º 2681. O presidente da SAIN, o Marquês de Abrantes, tornou-se o primeiro presidente da

---

<sup>18</sup> Mariza Corrêa ao descrever as formas de sociabilidade dos intelectuais do século XIX, revela ser comum a filiação em vários “círculos”, que assim obtinham aprovação social e reconhecimento como intelectuais. (Corrêa,1998).

IIFA. A maior parte de seus sócios também pertenceram à Sociedade Auxiliadora. A ligação entre as duas instituições é tão forte que em 1871 grande parte de seus quadros diretores, formado por presidente, vice presidente, secretário, tesoureiro, presidente do conselho fiscal e vice presidente do conselho fiscal, era constituído de membros efetivos da SAIN. (*Ibidem*:128)

As ligações também são fortes com o Museu Nacional, do qual a sociedade era hóspede, e cujo diretor na época era o botânico Francisco Freire Alemão (no período de 1866 a 1874), sócio efetivo da sociedade. Os laços entre as instituições continuaram fortes até o fim do século XIX, com o diretor posterior também sócio da SAIN, o botânico Ladislau de Souza Melo e Neto (*Ibidem*:128).

Outras entidades da Corte tinham estreita ligação com a SAIN: Academia Imperial de Medicina, o Instituto Politécnico, a Imperial Sociedade Amante da Instrução, a Sociedade Farmacêutica Brasileira, entre várias outras sociedades (*Ibidem*:131). De todas estas instituições mencionadas Nicolau Moreira foi membro, fazendo parte dos mais importantes círculos intelectuais do país do século XIX. Além dos já citados, ele também foi sócio do IHGB, do Conservatório Dramático Brasileiro, do Liceu de Artes e Ofícios e Sociedade de Aclimação, e também da Sociedade Velosiana (Blacke, 1970).

Nomeado para o Museu Nacional em 1872, em 1876 ocupa aí a cadeira de agricultura (Domingues, 2001b:50). Em seu curso de agricultura privilegiava o estudo da química agrícola. Entretanto, tinha profundo conhecimento em botânica. Publicou inúmeros artigos sobre as utilidades das plantas brasileiras, dentre os quais se encontra um dicionário das plantas medicinais do Brasil publicado em 1862 (Domingues,2001a:95). Ocupou o cargo de subdiretor da seção de botânica do Museu Nacional de 1876 a 1883, tendo demitido-se do museu para assumir a direção do Jardim Botânico.

Diretor do Jardim Botânico (que então era subordinado ao IIFA) no período de 1883 até 1887, Nicolau Moreira é reconhecido por Heloísa Domingues por iniciar um processo de retorno à tradição do Jardim Botânico como uma instituição de classificação e divulgação das espécies botânicas. Este processo, segundo a autora, se consolidou durante a direção de João Barbosa Rodrigues, já no período republicano (Domingues, 2001b:27-56). Em Dezembro de 1887 pediu demissão

do cargo, provavelmente por incompatibilidades com o então presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Dr. Pedro Dias Gordilho de Paes Leme (Rodrigues, 1989). Neste mesmo momento demitiu-se também da redação da Revista Agrícola, da qual era redator desde 1879.

### **Política e luta contra a escravidão.**

O “infatigável Dr. Moreira” teve participação contundente na vida política do Império brasileiro, engajado na luta contra a escravidão, de acordo com o Dr. José Pereira Rego Filho, desde 1860 (Rego Filho, 1924:15). Foi vice-presidente da Sociedade Emancipadora e secretário honorário da Sociedade Brasileira contra a Escravidão. Sobre o discurso de Nicolau Moreira em uma das conferências abolicionistas, o boletim da Sociedade Emancipadora informa: “Impossível descrever a ovação recebida pelo exímio democrata; não contente de aplausos e vivas no recinto do teatro, o público ainda aclamou-o na rua, respondendo-lhe o Dr. Nicolau com um cordial e entusiástico “viva a emancipação” (Associação Central Emancipadora, 1880:10).

O médico gozava de prestígio entre as lideranças abolicionistas reconhecido, inclusive, por José do Patrocínio como “veterano dos abolicionistas brasileiros” (Pádua, 2002:211).

Desde o princípio as conferências foram sempre presididas por homens de grande merecimento e prestígio, e para não causar extensa nomenclatura lembrarei que elas foram honradas quase sempre pela presidência de Nicolau Moreira, de Muniz Barreto, o cego, e do senador Silveira da Mota. (Patrocínio, 1996:163)

É curioso como um abolicionista notório ocupa nas décadas de 1870 e 1880 cargos ligados ao poder imperial, sendo o Brasil um país escravocrata. Eram contradições próprias de uma sociedade economicamente estruturada no latifúndio dependente da exploração mão-de-obra escrava. Assim, o “veterano dos abolicionistas” teve estreitas ligações com o Império brasileiro, do qual

recebeu várias condecorações como o hábito da Ordem de Cristo em 1867 e a comenda da Ordem da Rosa em 1874. E ainda mais interessante, tornou-se conselheiro do Imperador, após atender ao pedido do ministro da agricultura Henrique D'Ávila, que o nomeou para examinar a Escola Agrária da Bahia, em 1883, com o objetivo de reformá-la, segundo Domingos S. Carvalho:

De volta daquela comissão, lhe foi conferido o título de conselho que ele aceitou por mera condescendência, como anteriormente havia feito em relação aos de cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador da Ordem da Rosa, com que o governo imperial entendeu significar-lhe o elevado apreço, que lhe mereciam os seus trabalhos científicos. (Carvalho, 1895:334)

Recebeu o título de Cavaleiro da Legião de Honra, em 1889 por presidir a exposição preparatória para a Exposição Universal de Paris. Participou de outras exposições internacionais como a Exposição do Centenário de Filadélfia em 1876, que comemorava o centenário da independência americana, da qual participou como membro.

Em 1875, o então senador João Lins Cansanção de Sinimbu teria convencido o Ministro da Agricultura, Coelho de Almeida, a pedir que Nicolau Moreira examinasse o processo de imigração nos Estados Unidos. Os objetivos de Sinimbu provavelmente eram que o médico mudasse de idéia com relação à imigração chinesa<sup>19</sup>, mas sua posição continuou radicalmente contrária à “importação” de trabalhadores asiáticos.

Neste contexto, Moreira escreveu um relatório intitulado *Relatório sobre a imigração nos Estados Unidos da América*. Nele faz duras críticas à contratação de trabalhadores chineses. Seus comentários tiveram ampla divulgação e uma rápida circulação entre as elites, criando um “medo da competição econômica e da mistura étnica” que comprometia os projetos de imigração de chineses naquele momento (Lesser, 1999:51).

Em 1891, em pleno governo Republicano, é nomeado presidente da Intendência Municipal e permanece no cargo até 1892. Podemos perceber sua

---

<sup>19</sup> Sinimbu foi o grande articulador da imigração chinesa neste período. Em sua carreira política, empenhou-se em vários momentos para obter apoio ao seu projeto imigrantista. Para maiores informações ver: *A negociação da identidade nacional* (Lesser, 1999).

proximidade com o governo republicano e verificamos aí as informações em seus necrológicos que o citavam como republicano no período do império: “Tendo passado a melhor porção de sua vida entre aqueles que mais deificaram o trono, foi republicano, convivendo com escravistas, fez-se corifeu da redenção dos cativos.”(Carvalho, 1895:329).

Nicolau Moreira faleceu no dia 12 de setembro de 1894, com 70 anos. Era presidente da SAIN. A sociedade que desde o fim do Império contava com pouco apoio do governo republicano, agora entra em franca decadência, encontrando seu fim em 1904. A Sociedade Auxiliadora prestou homenagens a seu presidente, assim como outras instituições das quais ele participou. No *Jornal do Comércio* foi publicada uma notícia biográfica, de autoria de Domingos S. de Carvalho. O final de suas homenagens a Nicolau Moreira sintetiza a visão que se tinha sobre sua carreira intelectual:

Inteligência dúctil, que se amoldava, sem reação ou constrangimento, as mais diversas adaptações, médico e jornalista, literato e homem de ciência, ele trabalhou, no percurso de quase meio século de vida pública, pela grandeza de seu país, enriquecendo-o com as límpidas fulgurações de seu espírito. (Carvalho, op. cit.:336).

### **Influências de Nicolau Moreira**

Nicolau viveu a efervescência cultural das últimas décadas do século XIX influenciado pelo crescente liberalismo, o cientificismo, pelas teorias evolucionistas e conceitos e idéias que eram criadas, discutidas, negociadas, aceitas e rejeitadas nos últimos trinta anos daquele século. Porém, muitos conceitos anteriores permaneciam em sua obra, fruto de uma carreira ligada às tradições naturalistas e do pensamento médico. O fato de viver em uma época de rupturas e de “idéias novas” não fazia do intelectual brasileiro mero receptáculo de novidades, nem tampouco garantiria o abandono de antigos conceitos e enraizadas formulações teóricas. Embora os homens de ciência do fim do século XIX tivessem grande admiração por determinadas “idéias novas”, eram “iniciados” em saberes

tradicionais. Em suas práticas e seus escritos era comum uma tentativa de conexão entre as antigas idéias e novas interpretações do mundo, criando novos padrões para a compreensão da natureza e da sociedade brasileira. As concepções de raça e mestiçagem de Nicolau Moreira são exemplos desta práxis intelectual. A mistura de teorias antigas e novas, ora rejeitando “modas intelectuais” ora reformulando tradições, juntando teorias opostas e defendendo idéias contraditórias, fez dele um cientista na fronteira de idéias que estavam em atrito. Esta tensão entre diversas teorias proporcionou a sua visão de natureza, que ajudou a criar um discurso voltado para a formulação de políticas sociais implementadoras do seu projeto de nação.

### **Conceito de Raça na obra de Nicolau Joaquim Moreira**

O conceito de “raça” estava em constante transformação. Esta palavra foi utilizada em contextos diversos, preenchida de significado de acordo com as interpretações de grupos diferentes em épocas diferentes. É preciso muito cuidado para identificar as diversas definições atribuídas a este pequeno vocábulo no século XIX, não apenas pela distância temporal, mas do lugar de onde se utilizava tal conceito. Portanto, é necessário buscar a definição que os próprios agentes atribuíam à palavra.

Talvez a melhor maneira de compreender os diferentes usos do conceito seja acompanhar a produção textual do Doutor Moreira, verificando o significado de raça em seu discurso. É nos artigos, panfletos, relatórios que a palavra dota-se de significado, revelando as intenções do autor quando fala e escreve sobre raça e compartilhando das definições de outros naturalistas, médicos e filósofos.

Em sua definição sobre “raça”, Nicolau concorda com as teses que consideram a fixidez do tipo racial:

Raça é um grupo de indivíduos da mesma espécie, saídos de um mesmo tronco e reproduzindo-se segundo um tipo determinado e que não pertence senão ao grupo e que por conseguinte o faz distinguir de todos os outros. Por demonstrações tiradas das observações de todos os grupos

conhecidos, naturais e artificiais, de animais domésticos, tem-se estabelecido que a cada raça verdadeira é composta de indivíduos homogêneos por seus caracteres típicos, os quais tem por atributo especial reproduzir-se com uma fixidade inabalável, através das gerações, por mais esforços que se empreguem para variá-los. Assim tem sido posta em evidência a permanência do tipo natural que constitui a lei fisiológica da raça. (Moreira, 1869b:428)

A fixidez das espécies é um conceito importante em suas concepções sobre raça e central nos seus escritos sobre zootecnia. Segundo ele, “o estudo dos fatos da natureza nos fornece inumeráveis provas da fixidade das espécies”(Moreira, 1871:101).

Nicolau Moreira era adepto das concepções fixistas nas ciências naturais mas, ao contrário de Cuvier, tratava as raças humanas como espécies diferentes, certamente por influência de um famoso discípulo de Georges Cuvier: o zoólogo suíço fundador do museu de zoologia comparada de Harvard, Louis Agassiz, importante teórico da poligenia americana (Gould, op.cit.:30). As idéias de Agassiz influenciaram muitos intelectuais brasileiros. Em 1865, quando o naturalista visitava o Brasil na expedição Thayer, que tinha como objetivo estudar os peixes da bacia amazônica em uma tentativa de mobilizar provas contra as teorias evolucionistas (Kury, 2001b), o Doutor Moreira propôs à Academia de Medicina que Louis Agassiz fosse nomeado membro honorário, devido a sua produção acadêmica como naturalista e a sua visita ao Brasil. A proposta foi aprovada pelos Acadêmicos, demonstrando o prestígio do zoólogo naquela agremiação<sup>20</sup> e o apreço e admiração do médico brasileiro pelo poligenista.

A crença na fixidez das espécies que Nicolau Moreira adota, acompanhada da concepção de que cada raça é uma espécie, são os principais postulados das teorias poligenistas, idéias que exercem profunda influência no médico brasileiro. Numa crítica à idéia de que o ambiente é capaz de modificar profundamente os seres, especificamente transformar um homem branco em negro e vice-versa, o autor se fundamenta nas idéias de Agassiz:

Socorra-nos, finalmente a autorizada palavra do Sr. Agassiz, quando na Universidade de Cambridge discorrera sobre o assunto que nos ocupa. A

---

<sup>20</sup> Outra prova de prestígio entre os médicos brasileiros foi a publicação das aulas públicas dadas por Agassiz no Colégio Pedro II, no periódico da Academia de medicina.

diversidade dos animais [e] das plantas que vivem em circunstâncias físicas idênticas demonstra tanto a independência em que elas estão em relação a sua origem, quanto esta independência torna-se de novo evidente quando se considera que tipos idênticos se encontram por toda a terra nas mais variadas condições. Os seres organizados manifestam a mais surpreendedora independência das forças físicas no meio das quais vivem, independência tão ampla que é impossível não atribuí-la ao Poder supremo que, governando as forças físicas e a existência dos animais e das plantas, mantém entre elas uma relação harmônica por adaptação recíproca na qual não se distingue a causa nem efeito, e quando os naturalistas procuraram determinar o valor das influências cósmicas sobre os seres vivos não reconheceram que as modificações eram superficiais e secundárias, não influiu sobre o plano geral da estrutura animal. (Moreira, 1969:398)

A idéia de que as raças humanas são tão diferentes entre si a ponto de serem espécies distintas é o principal mote das teorias poligenistas. Certamente Moreira era familiarizado com a literatura que tratava do estudo dos tipos humanos e possuía, particularmente, grande conhecimento das teses poligenistas. Costumava citar em seus textos livros de importantes poligenistas, como *Types of mankind* (1855) de Josiah Nott e Gliddon e *The races of man* (1850) de Robert Knox, além de demonstrar conhecimento dos trabalhos de Paul Broca, Samuel G. Morton, Charles White, Desmoulins, Cabanis, entre outros teóricos, talvez desconhecidos dos leigos, mas muito citados nos debates em seus círculos intelectuais. O aspecto que liga fortemente Nicolau Moreira aos poligenistas é a questão da mistura de raças. Se as raças são espécies diferentes, a mistura de raças seria considerada um problema.

### **Problemas da miscigenação**

As definições sobre raça adotadas por Nicolau Moreira ficam mais nítidas em sua aplicação com relação à mestiçagem. O autor cria categorias diferenciadas de raças sob o ponto de vista do cruzamento. O que comprova sua crença na classificação de cada raça humana como uma espécie diversa (Negros, Brancos, Amarelos, etc.), chamando muitas vezes o fruto desta união de híbrido, ser degenerado e de pouca fertilidade:

Em relação a inteligência os mestiços não são superiores a nenhum dos tipos de que procedem. Além dos diversos fatos que vos havemos citados no decorrer deste relatório poderíamos juntar as observações de Tschudi, Squier, de Gobineau e de Cabanis sobre mestiços que não passarão de homens abastardos e incapazes de perfectibilidade[...]  
A experiência ea observação nos mostra que mesmo os negros não são inferiores aos mestiços. (Ibidem:384)

A comprovação da degeneração do mestiço estaria sob os olhos de todos os que habitavam a capital do Império. O médico apresenta como prova da debilidade física dos mestiços o relatório da Junta Central de Higiene Pública, que revela um aumento da mortalidade, equilibrando-se com a taxa de crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro, conhecida pelo grande número de mestiços (Ibidem: 365).

Se os tipos “híbridos” de “raças puras” preocupavam o médico, ele admitia que nem toda mestiçagem seria negativa. Em determinados casos seria benéfica a miscigenação, como demonstra neste trecho:

Se a mistura dos povos não enfraquece a natureza humana[...] é somente em nosso modo de pensar, nos casos em que a fusão se faz por meio de uma boa seleção entre povos de uma mesma raça.  
As alianças entre povos da mesma raça são essencialmente benéficas.  
Um povo, que pudesse cruzar-se numerosas vezes, seguindo todas as regras de uma verdadeira seleção, reunindo uma grande soma de boas qualidades e fundindo-as em sua constituição e em seu caráter, engrandecer-se-ia. (Ibidem:362)

Moreira acredita na possibilidade de melhoramentos através de bons cruzamentos entre indivíduos saudáveis. Essa idéia nos parece muito próxima dos conceitos da eugenia, especificamente no que tange ao casamento entre indivíduos com “boas características” físicas e mentais.

Embora o conceito de eugenia somente fosse criado em 1883 por Francis Galton, nas décadas anteriores haveriam condições de estabelecer idéias próximas. As concepções de Moreira acerca do “bom cruzamento” provavelmente advém das experiências de zootecnia feitas com o intuito de melhorar a qualidade de rebanhos e plantações. O autor escreveu vários artigos sobre o tema no periódico da SAIN, divulgando os conhecimentos sobre melhoramento em

animais e plantas, e além disso, a revista publicava a tradução de artigos estrangeiros sobre cruzamento de raças animais.

Pierre Thuillier, entrevistado por Émile Noël sobre a teoria Darwinista, ressalta que a idéia de seleção natural de Charles Darwin é concebida a partir da observação da seleção artificial feita por criadores de animais e horticultores: a “idéia de seleção andava no ar” (Thuillier *apud* Noël, 1981:35-37). Dessa forma, é aceitável que os conhecimentos de zootecnia da época tenham constituído o aparato teórico para algumas das concepções raciais de Nicolau Moreira. Principalmente a idéia de uma “boa seleção” em casamentos, pois no seu entendimento as mesmas leis que se observam nos cruzamentos animais podem ser aplicadas aos seres humanos (Moreira, 1869a:364). Assim, os casamentos dos homens e mulheres deveriam ser orientados de forma a escolherem parceiros “saudáveis”, física e mentalmente. Seguindo sempre os critérios do “bom cruzamento”.

As suas idéias sobre a mistura de “povos da mesma raça” encontrariam fins práticos em seus escritos sobre imigração, pois utilizou-se deste argumento para defender o seu tipo ideal de imigrante. De acordo com suas observações os “povos” que deveriam se amalgamar no Brasil seriam os latinos e os anglo-saxões, pois acreditava que “[...] fundindo pelo cruzamento estes dois ramos antropológicos, dotados cada um deles de qualidades *sui generis* e apreciáveis [poderia] obter a mais perfeita e completa civilização que se pôde imaginar[...]”(Moreira, 1870:394)

Determinados tipos como os latinos e os saxões, embora pertençam à raça caucasiana, são tratados portadores de características diferentes, como sub-raças. Muitas vezes utiliza a palavra raça como sinônimo de povo ou grupo nacional. Segundo o médico, os dois “povos” teriam qualidades complementares. Os saxões são “metódicos, econômicos, dotados de uma perseverança levada à tenacidade”. Por este motivo, a Inglaterra “envolve o mundo inteiro em sua vastíssima rede industrial”, a Alemanha era muito bem sucedida no campo da agricultura e os Estados Unidos encontrou rápido crescimento e prosperidade.

Embora não fossem “tipos ideais” e lhes faltasse “a razão prática dos negócios”, os latinos têm “a imaginação ardente com seus ímpetos arrojados e

enorme atividade intelectual”, a força militar de Napoleão e César e a “sedução da eloquência” de Cícero e Mirabeau.

A vinda de imigrantes anglo-saxões seria providencial devido a nossa ancestralidade latina, fruto da colonização ibérica. Em muitas hierarquias raciais, portugueses e os seus descendentes eram considerados inferiores na escala de povos “brancos”. Justifica-se então o motivo da sua preferência por imigrantes anglo-saxões, pois além de unir as qualidades destes dois grupos, resolveria a questão do sangue luso: “A raça caucasiana, senhores, é a que nos devemos dirigir debaixo do ponto de vista antropológico, preferindo o elemento anglo-saxônio em relação à indústria e comércio” (Moreira, 1869a:392).

Se as hierarquias raciais propostas pela ciência racial do século XIX considerava os Ibéricos inferiores a outros brancos, era de acordo com uma lógica de classificação interna entre os povos considerados “caucasianos”. Nas hierarquias raciais a constante era a classificação de raças em que os brancos estavam no ápice e os negros e asiáticos se revezavam em posições inferiores.

### **Civilização e Progresso**

Os adeptos da poligenia, de maneira geral, classificavam as raças por suas características biológicas intrínsecas. Portanto, a inferioridade de negros e asiáticos seria algo permanente, um dado da natureza que condenava todos povos a curvarem-se ante à supremacia dos europeus e seus descendentes. Nicolau Moreira rejeita esta classificação e hierarquização apriorística, acreditando numa potencial igualdade das raças e considerando que as diferenças de níveis de progresso técnico e de capacidade intelectual têm fundamento em aspectos históricos e sócio-culturais. Em seu entender, as posições de superioridade e inferioridade seriam conjunturais e passíveis de serem solucionadas. As raças humanas teriam a mesma aptidão para o desenvolvimento, embora fossem profundamente diferentes entre si:

Permiti, senhores, que nos pronunciemos contra a idéia de superioridade das raças. Todas elas em nossa opinião são aptas à civilização, e para manter nossa posição na atualidade não precisamos desonrar os seres que nos rodeiam, pois que o sopro divino lançado sobre a terra e encarnado no cérebro da humanidade, somente espera o momento apropriado para a sua evolução. (Moreira, 1869a:385)

Assim, os negros da África que estiveram no topo da civilização, quando contribuíram “em grande parte para a civilização egípcia”, encontrariam-se decadentes devido à escravidão, “estado que mata todas as aspirações e embrutecendo os espíritos.”(*Ibidem*:385)

Citando Cuvier, Dr. Moreira ressalta que a escravidão impede o desenvolvimento das capacidades morais e intelectuais dos humanos. Daí podemos concluir que, nesse sentido, o fim da escravidão seria uma das medidas a tomar para que o país se encaminhasse rumo à civilização.

Se os africanos alcançaram um avançado estágio de desenvolvimento e entraram em decadência principalmente por motivos morais, os asiáticos degeneraram porque sua cultura seria avessa à civilização. A imoralidade também seria evocada para justificar a decadência dos chineses: o vício do jogo, o consumo do ópio, a prostituição, concorreriam para a decadência do “Império celeste”. A antiguidade da cultura chinesa e o respeito às tradições que muitos ocidentais louvavam como suas grandes qualidades, eram apontadas por Moreira como resistência ao progresso, o que seria um impedimento ao processo civilizatório. Esta visão fundamentada numa perspectiva apologética do progresso é característica indissociável do pensamento científico produzido no século XIX.. Sendo assim, todos os grupos que estivessem fora do modelo de civilização construído na Europa pós Revolução Francesa seriam considerados o seu oposto: a barbárie<sup>21</sup>. Neste contexto de ascensão na Europa da idéia de civilização e sua associação ao conceito de progresso é que inicia-se a construção de uma visão negativa dos valores da cultura dos países orientais.

O elogio ao progresso e à civilização gera contradições quando Nicolau Moreira defende uma equidade potencial entre as raças humanas. O autor

---

<sup>21</sup> Sobre o conceito de Civilização ver Jean Starobinski: *As máscaras da Civilização* e Norbert Elias: *O processo civilizador* .

acredita que todas as raças podem alcançar altos estágios de civilização, cabendo aos povos em estado avançado de progresso a tarefa de proporcionar o desenvolvimento dos povos “atrasados”. Embora acredite na igualdade potencial das “espécies de homens”, a idéia de estágios civilizatórios diferentes pressupõe uma hierarquia dos povos, que se confunde com as hierarquias raciais. Está implícita uma inferioridade racial que daria ao europeu o papel de civilizador do mundo e “tutor” dos demais povos, sendo o desenvolvimento das demais raças uma missão dos povos tecnicamente “evoluídos”, pensamento que, aliás, justificou o imperialismo europeu no final do século XIX.

Embora Nicolau Moreira declare não acreditar na condição superior de certas raças, em outros momentos, refere-se aos negros e asiáticos como racialmente inferiores, atribuindo um legado de superioridade aos povos de origem caucasiana. A defesa da existência de diferentes níveis de progresso técnico e intelectual dos africanos e asiáticos apontados pelo médico confundem-se com hierarquias raciais e determinismo biológico criando uma forte tensão, provavelmente motivada pelo choque entre seu pensamento humanitário e as teorias raciais decorrentes dos conceitos poligenistas sobre a diferença dos tipos humanos.

Se existe um mesmo potencial entre as raças, ainda que sejam consideradas espécies diferentes, e ainda, se existe uma noção de superioridade biológica paralela à hierarquia do nível de progresso, está implícita então uma noção de evolução, já que o aperfeiçoamento social em sua teoria traz implícito o aperfeiçoamento biológico das raças. Como é possível que a idéia de evolução e progresso possa se adequar a um texto essencialmente ligado à tradição fixista de autores como Cuvier e Agassiz?

### **Uma concepção da natureza que nasce das contradições**

Os textos de Nicolau Moreira que contêm suas idéias sobre raças humanas e miscigenação, assim como os que tratam de zoologia e zootecnia, datam de um curto período: foram escritos entre 1869 e 1871. Neste período, as teorias de

Darwin tinham pouquíssima penetração nas instituições brasileiras e raros adeptos no Brasil. Segundo Terezinha Collichio, a primeira defesa pública do Darwinismo foi na tese de Miranda de Azevedo defendida em 1874 (Collichio, 1988). Decerto que Nicolau Moreira conhecia as teorias transformistas, principalmente o Lamarckismo, e ainda é provável que conhecesse a teoria de Darwin, mesmo que fosse através de outros autores, como Paul Broca<sup>22</sup>. Em um de seus textos, ao mostrar as diferentes definições de espécie, Nicolau cita as definições de Cuvier, Geoffroy Saint-Hilaire, Lamarck e Pouchet, alertando para as diferenças entre as teorias, em que o médico afirma que “se algumas delas obrigam a reconhecer a hibridéz [...] outras fazem do homem o primeiro dos macacos” (Moreira, 1869a:360). Esta frase é um forte indício de seu conhecimento dos textos darwinistas. Mas ainda que tivesse contato com a teoria de Darwin, neste período Moreira não fora influenciado pelo evolucionismo. A sua adesão ao fixismo estava presente em seus escritos, conforme tivemos a oportunidade de averiguar, principalmente sobre zootecnia. Porém, para dar conta da variação de tipos, recorreu ao transformismo em um grau restrito.

A variação das espécies era um ponto nevrálgico na explicação dos mecanismos da natureza pelos fixistas. O próprio Cuvier aceitava um grau de variabilidade dos organismos de acordo com as mudanças de ambientes. Para este, as variações seriam de dois tipos, as mais comuns, consideradas superficiais que modificariam características não essenciais; e variações mais profundas em órgãos vitais, produzindo desequilíbrios orgânicos, com resultados desastrosos (Mayr, 1998:35).

Além de aceitar as teses sobre variabilidade de Cuvier, Nicolau Moreira parece em certas ocasiões ter aderido à teoria de variação de organismos de Geoffroy Saint Hilaire. Este acreditava que a alteração de ambiente causa diretamente a mudança nos organismos, agindo no estado embrionário.<sup>23</sup> A teoria transformista de Saint Hilaire, com relação às modificações nos organismos, era mais próxima das teorias evolucionistas, embora o francês não acreditasse na

---

<sup>22</sup> Broca teve sua conferência intitulada *A ordem dos primatas, paralelo anatômico do Homem e dos Macacos* publicada em abril de 1869 e republicada na *Revue Scientifique* de 23 de Julho de 1870, quando discutiu as teorias Darwinistas. (Collichio, 1988:98).

<sup>23</sup> Sobre Geoffroy Saint-Hilaire ver: *Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J.*

descendência comum (Mayr, 1998:406) e na herança dos caracteres adquiridos, estando mais próximo das concepções de Cuvier que do pensamento Lamarckista.

A provável influência das idéias de Saint-Hilaire fez Nicolau acreditar na adaptabilidade dos organismos aos diferentes ambientes:

Um animal vivo em uma baixa latitude não pode ser transportado para uma região mais fria sem que seu corpo se cubra de longos pêlos; colocado em face de alimentos que não conhece o instinto de conservação o obriga a aceitá-los, enquanto que em virtude da lei da resistência, seu tubo digestivo tende a pôr-se em harmonia com o novo alimento que lhe é oferecido. (Moreira, 1871:99)

Além do ambiente, fatores como herança, alimentação e trabalho têm influência fundamental na variação dos tipos. O conceito de herança utilizado por Nicolau Moreira em alguns momentos parece se aproximar de Lamarck: “a observação nos mostra que os progeritores transmitem a seus filhos não só as formas exteriores do corpo, as aptidões intelectuais, as predisposições patológicas, como ainda as disformidades de que eles são vítimas” (Moreira, 1871:204). Embora não cite explicitamente Lamarck, seu conceito de herança se aproxima da transmissão dos caracteres adquiridos. Aceitar isto seria aceitar a idéia de evolução, o que impossibilitaria a aceitação da tese de que as espécies seriam fixas. Talvez não assumisse esta influência por filiar-se teoricamente ao fixismo de Cuvier. Assim, aceitar o transformismo limitado de Geoffroy Saint-Hilaire e a possibilidade de transmissão de características por meio da geração não o coloca em uma posição antagônica ao fixismo, ao mesmo tempo que estabelece coerência as suas concepções de indução de modificações na fisiologia animal em seus escritos sobre Zootecnia. Além disso, a mobilização destes aparatos teóricos proporciona uma plausibilidade as suas concepções de decadência civilizacional e biológica das raças, como no caso dos chineses, em que afirma que o costume alimentar deste povo foi um dos motivos de sua decadência.

A alimentação é mais um componente utilizado para explicar a variabilidade das espécies. Para Nicolau, “a influência da alimentação sobre a produção das raças e por conseguinte sobre as modificações que os animais podem experimentar se demonstra facilmente” (Moreira, 1871:308). O autor utiliza como exemplo os cavalos de corrida, que se alimentam de aveia por necessitar de velocidade, diferentemente dos cavalos de rodagem e de lavoura, que se alimentam de feno para ter força física. Ainda recorre ao exemplo das abelhas, cuja alimentação no período larval diferencia as abelhas operárias da rainha. A questão da alimentação é um dos motivos que Nicolau encontra para criticar a civilização Chinesa. Segundo ele, “a raça definhou pela nutrição insuficiente do arroz” (Moreira, 1870:385). Além disso, havia o reforço de Alfred Legoyt, um dos autores lidos por Nicolau Moreira. Legoyt em seu livro *L’émigration européenne, son importance, ses causes, ses effets, avec un appendice sur l’émigration africaine, hindoue et chinoise* (1861), ao tratar dos chineses afirma que a introdução de carnes na nutrição dos asiáticos teria um efeito positivo (Lesser, 2000:49).

A relação entre alimentação e modificações fisiológicas é tão significativa para Moreira que é de importância central em seu único artigo publicado na revista *Archivos* do Museu Nacional (Gualtieri, 2003: 67), instituição em que exercia o cargo de sub-diretor de Botânica, no qual analisava uma borboleta<sup>24</sup>.

O trabalho realizado pelos animais também tem influência na variação das espécies, e juntamente com a herança e ambiente exerce “uma ação poderosa sobre toda a série de seres organizados”(Moreira, 1871:446).

Este conjunto de teorias aplicadas na zootecnia para melhoramento de espécies animais também é aplicado aos seres humanos, que estão sujeitos às mesmas leis. A adesão de Nicolau Moreira a um transformismo “restrito”, unido às concepções fixistas de Cuvier e somados às teorias zoológicas e raciais de Agassiz, tornou possível ao médico acreditar em um mesmo potencial latente em todas as raças e concomitantemente, hierarquizar biologicamente negros, brancos e amarelos.

---

<sup>24</sup> O artigo será analisado adiante.

A idéia de degeneração está presente em sua explicação da diferença de estados de civilização, associada à idéia de níveis distintos segundo o grau de progresso técnico e intelectual dos povos. A imoralidade, as guerras, a escravidão, bem como a interrupção ou ausência de “progresso” poderiam ter degenerado a raça, tornando-a inferior. Tal “inferioridade biológica” seria uma situação condicional, fruto das variáveis históricas que estariam influenciando as condições biológicas das populações. Existiria, então, uma hierarquia, mas uma hierarquia transitória e relativa. Assim,

encarando os povos sem distinção de raça, [...] não posso todavia deixar de reconhecer que existem alguns, que, pelo seu isolamento do foco da civilização, pela opressão e nepotismo em que vivera, caíram no mais degradante estado de desmoralização e embrutecimento[...]  
 Não nego que a raça Indo-China, em seus primitivos tempos, tivesse seus dias de glória, sua idade de ouro; parou, porém, em seu caminhar, ficando esmagada sob o carro do progresso e, o que é mais ainda, corrompida em seus costumes[...] (Bocaiúva & Moreira, 1870)

Através desta interpretação é possível entender como Nicolau Moreira pôde afirmar, em texto já citado anteriormente, que os negros brasileiros nas fazendas beneditinas se aperfeiçoaram e seu formato do crânio foi se aproximando da “raça caucásica”, sugerindo que os crânios dos caucasianos seriam marca de homens evoluídos e com maior inteligência. Ao estabelecer a relação entre desenvolvimento intelectual e o formato da cabeça dos escravos dos beneditinos, o médico novamente entra em contradição, pois no mesmo texto apresenta críticas à craniometria.

Para comprovar que as medidas craniométricas não devem ser consideradas como parâmetro de medição, argumenta que a forma do crânio varia sem obedecer a critérios raciais (Moreira, 1869a:387). Para referendar suas opiniões, evoca a autoridade de Geoffroy Saint-Hilaire, que reuniu crânios de antigos habitantes de Paris. A coleção demonstrava “todas as modificações cranianas de que a espécie humana é suscetível”(Ibidem:388). Contrário a qualquer determinismo morfológico, critica medições de volume e de peso cerebral, estudos de fisionomia, narizes, sintetizando em um protesto “contra a idéia de se querer deduzir o estado moral e intelectual dos indivíduos, dos povos

e das raças de simples caracteres morfológicos e principalmente da grandeza do crânio e da quantidade de massa nervosa por ele contida.”(Moreira, 1869a: 400-401)

A ruptura de Nicolau com os modelos de determinismo morfológico não significam uma ruptura com a poligenia. O médico acredita na diferença indissolúvel entre as raças e principalmente na degeneração do mestiço. Por outro lado, a aceitação da perfectibilidade de todas as raças e a crença na idéia de humanidade o fazem acreditar em mecanismos que possibilitam a civilização dos brasileiros.

Se é possível crer na degradação, também é possível crer na recuperação dos potenciais dos homens. A grande solução proposta para o Brasil é o fim da escravidão e o incentivo à educação.

### **Educação, projeto civilizador.**

Um dos argumentos mais favoráveis à contratação imediata de trabalhadores asiáticos era a escassez de mão-de-obra para a lavoura. A estrutura escravocrata colocava os brasileiros pobres e livres à margem do mundo trabalho. Assim, era comum evocar o “despreparo” do brasileiro (caboclos, mulatos, negros e brancos) para o trabalho livre. Quanto aos *silvícolas*, estes não eram sequer cogitados. A maioria dos plantadores acreditava que os escravos não serviriam para o trabalho livre, pois só conheciam a “disciplina do chicote”, sendo ineficientes quando livres do cativo. Diante deste quadro pessimista, o *coolie* é visto como única saída para evitar o caos na agricultura brasileira.

Nicolau Moreira, em uma carta a Quintino Bocaiúva sobre como resolver o problema da falta de “braços” (já que as tentativas de trazer imigrantes europeus se mostravam infrutíferas e o médico era contra a vinda de chineses), demonstra através da experiência de outros países onde a escravidão teve fim, que a produção agrícola aumentou, pois “os ferros do cativo, pesando no pulso do infeliz operário, dificultam-lhe o trabalho e maculam os produtos” (Bocaiúva &

Moreira, 1870:435-436). Para aumentar a produção da lavoura era necessário dar condições aos trabalhadores nacionais e não trazer trabalhadores asiáticos.

Se os braços de uma nação são diminutos, sua aplicação, segundo as regras de ensino profissional, apoiadas no emprego das máquinas e aparelhos e fortalecidas pelo benefício influxo da liberdade, duplica os produtos e centuplica os valores. (*Ibidem*: 437).

Desta forma, o ensino agrícola é uma solução civilizadora, juntamente com o fim da escravidão. O entusiasmo de Nicolau Moreira com o ensino agrícola lhe rendeu em 1881 o convite do então ministro da agricultura Manuel Buarque de Macedo para a elaboração de um plano nacional para a criação de escolas de agricultura (Domingues, 1995:270).

A educação também é apontada como solução para a incorporação do indígena na sociedade, aumentando assim o número de “braços” (Moreira, 1870:394). O médico acreditava que a melhor forma de tratar os indígenas era a catequese, mas não a dos “brigadeiros com a sua disciplina militar”(Moreira, 1879:124) ou dos religiosos que transformavam os índios em “autômatos” ou “fanáticos” (*Ibidem*). Influenciado por Couto de Magalhães (Moreira, 1870:394), defendia uma catequese que promovesse a sociabilização dos autóctones à civilização.

A educação do trabalhador nacional e a catequese do indígena são esforços para demonstrar soluções para a substituição da mão-de-obra com o fim da escravidão, descartando a necessidade de contratação de *coolies* ou qualquer espécie de imigração asiática. Percebemos que estas atitudes em conjunto com a defesa da mão-de-obra europeia formam um projeto civilizador da nação. A educação para os nacionais e autóctones, o impedimento de entrada de imigrantes indesejáveis e o estímulo à imigração de “caucasianos” são partes de um quebra-cabeça que apontam para um projeto de nação nos moldes das nações européias.

### **Aproximações com o evolucionismo na década de 1880.**

O conjunto do pensamento racial de Nicolau Moreira, bem como suas idéias sobre imigração foram formulados no início da década de 1870, sendo seus textos datados de 1869 a 1872. Neste contexto, é forte a influência da tipologia racial nos seus escritos, o que justifica a posição radical de Nicolau Moreira contra a miscigenação entre “raças diferentes”. Porém, mesmo nestes escritos existe uma aceitação restrita à variação das espécies, o que poderia acenar para uma mudança de eixo teórico.

Embora sejam fracos os indícios, existe a possibilidade de que a partir do fim da década de 1870 o médico aderisse ao evolucionismo, verificável a partir do artigo publicado na Revista do Museu Nacional em 1881.

O artigo trata da descrição de uma borboleta, propondo a classificação de uma nova espécie (*aurea*), do gênero *Heliconia*, da família das *Heliconiidas*. O lepdóptero é similar a outro catalogado nas Antilhas, mas algumas alterações nas características corporais e a sua crisálida dourada fazem-no propor a diferenciação nomeando-a *aurea* (*Heliconea aurea*).

No artigo sugere que o surgimento do lepdóptero com crisálida dourada tenha sido provocado pela mudança de alimentação. Rememorando sua infância, Moreira afirma jamais ter encontrado uma crisálida dourada, apesar da abundância do inseto em sua região. Atentou para o aparecimento das ditas crisálidas somente após o cultivo das solanaceas, desse modo formula a questão :

Dar-se-há porventura que a larva nutrindo-se de uma outra planta, a crisálida modifique seus caracteres? Não seria desarrazoado aceitar esta hipótese à vista dos conhecimentos adquiridos sobre a influência que exercem, na morfologia, as diversas condições de existência em que se acham os animais e os vegetais. Entretanto, não fazemos nossa tarefa sustentar tal idéia, apenas a formulamos, atirando-a no tapete da discussão. (Moreira, 1881:10)

A proposta de descrever uma nova espécie pode ser um indício de que Nicolau Moreira abandonou o fixismo, radicalizando a aceitação das variações e passando a aceitar o evolucionismo. Não um evolucionismo darwinista, tampouco

baseado no uso e desuso, mas a influência do ambiente é fundamental em suas teses.

Embora o médico naturalista tenha escrito este artigo dez anos após os textos sobre raça, possivelmente mudando de posição sobre a fixidez das espécies, suas preocupações com o poder que o ambiente exerce sobre a morfologia e fisiologia dos seres continuou.

É importante ressaltar que não há provas contundentes sobre a conversão do médico ao evolucionismo de modelo darwinista. Apenas indícios de aceitação do evolucionismo. Em um discurso de encerramento dos cursos do Museu Nacional em 1881, Nicolau Moreira dá sinais de ter abandonado o conceito de fixidez das espécies, autodenominando-se adepto das doutrinas “transformistas”, o que significaria um afastamento dos modelos de Agassiz e Cuvier. Ainda em 1879, em uma preleção no Museu Nacional sobre a imigração chinesa<sup>25</sup>, Nicolau Moreira cita Darwin: “Ouviu-se em uma época essencialmente darwinística negar-se a influência da seleção no melhoramento das raças, e os perigos que provocam os cruzamentos entre tipos disparatados[...]” (Moreira, 1880). É interessante a relação entre darwinismo e seleção no sentido de melhoramento das raças, tendo esta mesma idéia constado em uma resenha feita sobre o livro *Estudos Econômicos*, do agricultor João José Carneiro da Silva, ao discordar das posições sobre a introdução dos chineses na lavoura:

Não discutiremos a questão sob o ponto de vista antropológico, pois que no Brasil há quem negue nos mestiços o acentuado dos caracteres da raça inferior, e quem, falando em Darwin, esqueça-se de que esse autor proclama a seleção das raças para o cruzamento e das sementes para obterem-se perfeitos produtos. (Moreira, 1878: 234)

As únicas observações de Nicolau Moreira encontradas sobre a obra de Darwin são referentes à seleção artificial. A seleção natural, idéia central nos mecanismos evolucionistas de Darwin não aparece em nenhuma referência do

---

<sup>25</sup> Esta preleção foi uma resposta à defesa da mão-de-obra *coolie* no Congresso Agrícola de 1878. Analisado no capítulo seguinte.

médico, o que sugere um interesse pontual e limitado pela obra do naturalista inglês.

Por outro lado, mesmo demonstrando aproximar-se das idéias evolucionistas, Moreira não abandona a idéia de degeneração dos mestiços de raças diferentes e ainda recomenda cuidados com a seleção de imigrantes, em uma conferência sobre imigração realizada em 1883:

[Se] da fixação do imigrante no solo nasce a indeclinável necessidade do cruzamento dos indivíduos estrangeiros com os nacionais, e finalmente, se o cruzamento das raças, sem a seleção deteriora o produto, limita a progênie, altera as faculdades físicas e intelectuais, como não pedir a antropologia e a etnologia os preceitos, ou regras as verdadeiras bases de uma valiosa imigração? (Moreira, 1891:1-2)

Assim, as mesmas idéias sobre o imigrante e mestiçagem defendidas em 1870, estão neste novo contexto em 1883, e ainda em 1891, quando foi publicado o texto da conferência citada no periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Se por um lado Nicolau Moreira, de alguma forma, mudou suas concepções sobre a fixidez das espécies, tornando-se evolucionista, por outro continuou defendendo as “raízes científicas” de suas concepções sociais: a degeneração do mestiço brasileiro e a necessidade de imigrantes europeus por sua superioridade racial-civilizacional.

## **O imigrante**

Nos artigos escritos na revista da SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), nos discursos, aulas e relatórios, Moreira delinea o tipo de imigração que considera interessante para o Brasil. O sistema de aliciamento subsidiado pelo estado é duramente criticado, propondo reformas na legislação que estimulasse a imigração espontânea. Assim, propõe muitas medidas que estruturariam o país, tornando o Brasil um lugar interessante para os grandes contingentes de europeus que procuravam outros países em busca de uma melhor qualidade de vida e oportunidade de trabalho.

Para tanto, era necessário garantir aos imigrantes a liberdade de culto, construindo cemitérios fora das igrejas católicas, e principalmente aceitando o casamento civil. Estas medidas junto ao incentivo da pequena propriedade seriam necessárias para atrair os imigrantes. O latifúndio e a monocultura não seriam eficientes para o crescimento da agricultura nacional e desenvolvimento econômico do país. Nicolau Moreira considerava estas estruturas ineficazes para o progresso agrícola, considerando de extrema importância para o crescimento agrícola a diversidade de plantio oferecida pela pequena propriedade.

A pequena propriedade estimularia a vinda de europeus em busca de oportunidades, o que promoveria um fluxo imigratório espontâneo, colonizando o país e aumentando a produção agrícola nacional. A prioridade do Dr. Moreira em suas reflexões sobre imigração é a colonização da vasta extensão do território; preocupação que vem desde a Ilustração brasileira do início do século XIX. O sistema de venda de terras para pequenos proprietários proposto por Nicolau teria como modelo o “homestead” norte-americano, que estimulava a ocupação do território e a fixação de colonos no solo dos Estados Unidos.

Implementando leis que garantissem a liberdade de costumes dos imigrantes e que agilisassem a naturalização dos estrangeiros, associadas à estruturação das localidades onde as terras devolutas estivessem à disposição (criando estradas, demarcações, etc.), o governo estaria fazendo o seu papel para promover a “boa” imigração, que garantiria a fixação das famílias no país. Assim se fazia desnecessária a subvenção do estado, que interessava apenas à grande propriedade e que atrairia majoritariamente imigrantes com desejo de enriquecer e voltar a sua terra natal.

De acordo com os planos de Nicolau Moreira, a entrada dos imigrantes no Brasil deveria ser fiscalizada pelas autoridades médicas, pois o bom imigrante deveria ser escolhido pelos moldes higienistas da época, permitindo a entrada dos imigrantes considerados saudáveis e “racialmente” convenientes para população do país. Além do crivo da raça, saúde e a “vontade de trabalhar”, a definição de imigrante ideal passava pela disponibilidade à aculturação.

Assimilação era para Nicolau antes um processo cultural do que biológico. Não era a assimilação dos discursos a partir de 1880, que previa a miscigenação

dos europeus com os mulatos e negros, com o objetivo de branquear a população, mas sim a adoção da cultura católica e latina, assim como propunham outros apologistas da imigração europeia de sua época (Seyferth, 2002).

Desta forma, os imigrantes deveriam ter a predisposição para adotar o país como sua “nova pátria” e passar por um processo de aculturação: “[...]toda a colonização, que não tem por objetivo a apropriação do solo, e não nutre desejos de deixar-se absorver pela nacionalidade em que se imerge, não passa de uma simples exploração prejudicial para o país[...].” (Moreira, 1877:91)

O bom imigrante deveria esquecer as suas práticas culturais e aglutinar-se aos costumes, língua e modo de vida brasileiros. Eram bem-vindos de sua cultura os elementos que fizessem do Brasil uma nação civilizada nos moldes europeus, tais como o gosto pelo progresso, a “ética” do trabalho e o comportamento “liberal”, que se somariam à matriz ibérica, latina.

Essa preocupação com a assimilação do imigrante terá uma grande ênfase no final do século XIX e irá permanecer até a década de 40 do século XX<sup>26</sup>. Segundo Giralda Seyferth (1991), por trás do “abrasileiramento” proposto nas idéias “assimilacionistas” estavam a escolha dos imigrantes por um critério biológico, a separação entre categorias de imigrantes desejáveis e indesejáveis delineando desde o fim do século XIX uma política de branqueamento do Brasil.

Se por um lado o “abrasileiramento” transformaria o estrangeiro em nacional, por outro, o imigrante teria como sua mais importante contribuição “civilizar” o país: “não se deve encarar a colonização unicamente como fontes de braços e sim como elemento civilizador, moral e técnico” (Moreira, 1877:92). Para o Dr. Moreira a civilização se daria com a vinda de imigrantes de países como Estados Unidos, Inglaterra e países germânicos.

Ainda para o autor, o imigrante caucasiano teria então a tarefa de ser o motor da “civilização”:

Não aceitamos o homem máquina como o embrutecido africano, nem o operário imoral como o desgraçado asiático; procuramos no braço que hoje

---

<sup>26</sup> É importante frisar que o conceito de assimilação muda. A partir da década de 1880, assimilação passa a ter o sentido de miscigenação do imigrante europeu com o tipo nacional, com a finalidade de branquear a população. Ver Giralda Seyferth, Jair de Souza Ramos, entre outros.

roteia, a cabeça que dirigirá amanhã; em um malhador um Stephson; em um tipografo um Franklin, em um calceteiro um Monge, em um lenhador um Lincoln, em um alfaiate um Johnson.. (Moreira, 1877:5)

Podemos perceber que Nicolau Moreira foi um intelectual ativo nos debates sobre imigração no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e que as discussões sobre a vinda de trabalhadores chineses é um problema chave tanto para a questão simbólica da identificação do Brasil com os países “civilizados”, quanto para a formulação aprofundada de suas concepções raciais.

Nicolau Moreira não propõe resolver o problema dos “incivilizados” do mundo. Pelo contrário, sua política imigratória é violentamente contra a imigração chinesa, indiana ou negra, defendendo um sistema em que se privilegiasse a vinda de imigrantes “caucasianos” e “civilizados”. O autor mobiliza as teorias raciais e concepções sobre civilização para compor suas explicações sobre questões sociais de seu interesse: o papel da mestiçagem na formação da nação, imigração e identidade nacional. As resoluções que serão propostas por Nicolau Moreira prevêm uma solução civilizatória para os grupos à margem do processo de ocidentalização experimentado pelo Brasil. Suas propostas atingem os índios, negros e mestiços brasileiros, o que reforça a idéia de um pensamento científico voltado para a resolução de problemas da nação.

As idéias de Nicolau Moreira vão ecoar em seus projetos para imigração, e serão lembradas em discursos anti-chineses no parlamento, assim como em livros sobre imigração, alimentando o desejo das elites pela imigração européia. Durante os debates sobre este assunto serão mobilizados argumentos raciais, abolicionistas, econômicos e morais, favoráveis e contra a imigração. Um debate sobre chineses que fala muito mais sobre construção da nação e identidade nacional do que propriamente sobre asiáticos.

### **3 OS FILHOS DO IMPÉRIO CELESTE: DEBATES SOBRE IMIGRAÇÃO DE CHINESES E SUA INCORPORAÇÃO À NACIONALIDADE BRASILEIRA.**

Os discursos de Nicolau Moreira foram exemplares no uso de teorias raciais para promover políticas imigratórias no século XIX. Durante o período estudado, muitos dos discursos sobre imigração chinesa apresentaram pontos semelhantes aos defendidos por Nicolau Moreira. Além disso, as idéias do médico influenciaram políticos, fazendeiros e intelectuais críticos da utilização da mão-de-obra oriental. Nas tribunas, textos e reuniões, Nicolau Moreira e suas idéias eram lembrados como exemplo e referência contra a vinda dos chineses para o Brasil.

Durante todo o século XIX, a imigração chinesa esteve em debate. A partir da década de 1850, cada vez mais este assunto ganha importância culminando na década de 1870, quando a questão torna-se um dos temas centrais com relação à imigração. Além de todo um arsenal de preconceitos, conceitos de raça e cultura foram mobilizados em muitos momentos decisivos nos debates sobre imigração chinesa nas últimas décadas do Império, com o objetivo de impedir a vinda de chineses para o país.

Estatisticamente, o número de chineses que efetivamente entraram no país foi mínimo. Desprezível se relacionado com outros grupos de imigrantes.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> O número é tão pequeno que não existem estatísticas oficiais separadas; os chineses entram na categoria "outros". O historiador Robert Conrad fez um esforço pessoal para traçar um quadro de chineses entrados no Brasil no século XIX. Um total de 2.947 chineses (Conrad apud Laumorian, 1988:131), em uma realidade de centenas de milhares de imigrantes de outras nacionalidades,

Embora a realidade dos números comparada com o volume e intensidade dos debates deixem uma sensação de “muito barulho por nada”, justamente esta desproporção que torna mais interessante o estudo da “questão chinesa”. As discussões acerca dos chineses dizem muito mais sobre a imagem que as elites têm da nação e a respeito de seus desejos futuros do que propriamente sobre os chineses. Esses debates devem ser entendidos principalmente no âmbito das imagens constituídas sobre os chineses e da relação do Brasil com o Oriente, formadores de nossas visões sobre o Império Celeste.

### **Representações sobre a China no século XIX.**

A civilização chinesa exerce um fascínio irresistível no Ocidente até o século XIX. A distância geográfica do centro da civilização europeia é tão grande quanto as suas diferenças culturais; um abismo de costumes que torna a China o limite da diferença, o exótico. Desde a viagem de Marco Polo, a China está no imaginário ocidental como o misterioso, exótico, maravilhoso. A idéia de uma civilização diferente, com homens e mulheres de costumes excêntricos, regidos por leis estranhas, um lugar quase fora deste mundo: geograficamente, devido às dificuldades para alcançar seu território, por muitos séculos no final do mundo conhecido e culturalmente pela extrema diferença de costumes com relação aos povos europeus.

A imagem positiva dos chineses é em grande parte tributária da divulgação feita pelos missionários católicos em missão no império celeste. Mesmo apresentando problemas como o choque com a cronologia cristã, que datava a criação do mundo no exato dia 7 de outubro de 3.761 antes de Cristo, período em que os chineses já veneravam os seus imperadores, segundo sua cronologia (Levy, 1988:11). Apesar do choque entre a antiguidade da civilização chinesa e a exegese bíblica, os jesuítas viam de forma otimista a possibilidade de conversão dos chineses. A identificação do monoteísmo próximo às tradições judaico-cristãs no confucionismo primitivo e ainda o conteúdo ético dos escritos clássicos do

---

principalmente portugueses e italianos, em todo o século XIX.

filósofo, provariam que os chineses teriam uma moralidade elevada e que sem muito esforço poderiam se converter ao cristianismo (Spence, 1995:143). Objetivo em que conseguiram grande êxito, pois converteram um número significativo de chineses com a estratégia de associar o cristianismo ao confucionismo primitivo, cerca de duzentos mil chineses no início do século XVIII. A colheita dos bons frutos dos jesuítas durou pouco, pois neste período o endurecimento da igreja com o sincretismo chinês modificou este quadro. Uma série de decretos papais rejeitaram a aproximação entre a doutrina cristã e a tradição milenar chinesa, principalmente proibindo os convertidos chineses de venerarem os ancestrais e Confúcio, o que reduziu drasticamente o número de cristãos na China e o poder dos jesuítas (Shaw, 2005:01).

Mesmo com a perda de referência na China e o declínio de sua influência na Europa, as obras de livros jesuítas sobre a sociedade e a cultura chinesa continuaram abundantes (Spence, 1995: 144). No século XVIII, alguns filósofos europeus seriam favoráveis aos chineses e sua cultura. Leibniz e Voltaire foram os exemplos de maior destaque.

Leibniz interessou-se pelo pensamento de Confúcio e o trabalho dos jesuítas, concordando com eles sobre a natureza religiosa do confucionismo, assim como pela estrutura dos hexagramas do *Livro das mutações*.

Voltaire escreveu sobre a China em suas obras. No seu dicionário filosófico registrou o verbete “China”, onde critica a posição dos setores da igreja que acusaram os chineses de idolatria. O famoso iluminista ainda elogia o imperador e as leis chinesas:

Deixemos, pois, nós que nascemos ontem, nós descendentes dos celtas, nós que ainda mal exploramos as florestas das nossas regiões selváticas, deixemos os chineses e os indianos gozarem em paz o seu belo clima e sua antiguidade histórica. Deixemos, principalmente, de chamar idólatras ao imperador da china e ao subabo do Deão. Nem nos é necessário sermos fanáticos do mérito dos chineses: a Constituição do império deles é na verdade, a melhor que há no mundo... (Voltaire, 1988:35)

O historiador J. Spence chama atenção para o “gesto historiográfico incomum” de Voltaire ao iniciar o seu ensaio sobre história (*essai sur le mouers et l’esprit des nations*) com uma grande seção sobre a China. Fazendo isto, demonstrava uma valorização da diferença de civilizações e ainda expunha a arrogância européia, disse Voltaire: “O grande mal entendido acerca dos ritos chineses surge por julgarmos as práticas deles à luz das nossas: pois levamos os preconceitos oriundos da nossa natureza contenciosa para os confins do mundo” (Spence, 1995:144).

A sinofilia do filósofo iluminista tem sentido no conjunto do seu pensamento. A defesa do pensamento chinês está ligada ao anticlericalismo de Voltaire e à defesa do despotismo esclarecido. Para ele, o imperador chinês encarna o seu ideal de monarca ilustrado. Quanto à religiosidade chinesa, o filósofo demonstra que não é necessário ser cristão para se construir uma civilização monoteísta em que se observa respeito às leis e aos valores morais.

Embora Voltaire exaltasse a cultura chinesa, outros filósofos iluministas começaram a questionar o modo de vida dos chineses, sobretudo com relação à questão da liberdade. Enquanto a preocupação principal de Voltaire era o regime monárquico e a figura do Rei Filósofo, Rousseau e Montesquieu questionavam o autoritarismo chinês e a falta de liberdade.

Para Montesquieu, os chineses viviam sob leis tirânicas e um regime político despótico, que gozava de pouca liberdade. Para o autor, o regime autoritário era a raiz dos problemas chineses. A imutabilidade dos costumes era fruto do medo de ousar mudar.

No contexto do final do século XVIII europeu, a civilização chinesa começa a ser vista de forma negativa principalmente em decorrência da emergência do moderno conceito de civilização e a importância crescente da noção de progresso (Starobinsky, 2001). O Chinês passa a ser considerado um povo antiprogresso, estático, estacionário. A idéia de decadência estava presente na crítica à China. Para Adam Smith, em sua obra *A riqueza das nações*, o império celeste havia alcançado o ápice de riquezas possibilitado pelo seu sistema de leis e instituições, mas a população não pararia de crescer, o que traria problemas para a China.

Problemas que seriam agravados pela política de isolamento comercial do império (Spence, 1995:145).

A imagem negativa sobre a China e os chineses será difundida e ampliada no século XIX, pela recusa de abrir seus portos para o Ocidente, entrando em choque frontal com o imperialismo inglês, e ainda devido ao crescimento assustador do consumo do ópio na China. Estes fatores, associados às duas Guerras do Ópio, foram preponderantes para a divulgação da imagem de uma China degenerada, bárbara e decadente.

### **O Brasil e os chineses**

Embora a imagem da China estivesse mudando rapidamente no Ocidente, no Brasil no início do século XIX, os chineses ainda gozavam de boa reputação. Reputação proveniente da nossa condição de ex-colônia do Império Português (Freyre, 1961:424), tempo em que o intercâmbio com a África e Ásia era intenso e nossos usos e costumes nos aproximavam muito mais da Ásia do que da Europa.

Plantas e animais do Oriente tropical e sub-tropical foram transplantados para o Brasil, dada a semelhança de climas. Foi esta mentalidade que propiciou a contratação de centenas de chineses para o plantio de chá no Jardim Botânico, no início do século XIX. Trazidos por ordem de Dom João VI, os chineses teriam como tarefa aclimatar a valiosa planta em terras brasileiras. O chá era um dos principais produtos de comércio de muitos países ocidentais, como a China. Plantá-lo no Brasil aumentaria de forma expressiva os lucros da Coroa Portuguesa. A experiência com o plantio do chá fracassou, desestimulando os planos de uma contínua imigração chinesa (Lesser, 1995:41 e Leite, 1999:97-108). Vale a pena ressaltar que embora o número de chineses fosse pequeno comparado com a população da Corte nas primeiras décadas de 1800, os imigrantes chineses não passaram despercebidos aos muitos viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro nesta época. A experiência do plantio do chá nos trópicos por trabalhadores chineses era algo exótico, pitoresco,

o que deve ter chamado a atenção dos visitantes europeus como Charles Darwin, Maria Graham, John Luccock, Maximiliano de Wied – Neuwied, entre outros.

Não foi apenas o plantio do chá que fez com que autoridades luso-brasileiras demonstrassem interesse pelos súditos do “Filho do céu”. No início do século XIX, os chineses eram vistos como excelentes agricultores e uma alternativa viável para a escravidão. As elites amedrontadas pelo fantasma do Haiti, começavam a se preocupar com o crescente número de negros escravos e libertos que habitavam o país. Neste contexto o chinês era cogitado como uma boa alternativa de imigrante. João Antônio de Sampaio Vianna, na memória *Ensaio sobre a utilidade da importação dos chinas para a colonização do Brasil*, demonstra bem a apreensão das elites com uma revolta escrava de grandes proporções.

João Antônio de Sampaio Vianna, advogado baiano, escreveu o ensaio sobre imigração em 1835. Considerava o chinês como melhor opção para o Brasil, devido à dificuldade de trazer imigrantes europeus, pois estes temiam perder sua liberdade assim como os africanos. Esta terrível mácula de país escravocrata e a pouca confiabilidade que gozava o direito de propriedade no início do Império dificultavam o estabelecimento de um fluxo migratório de origem européia.

Sampaio Vianna, ainda demonstrando as vantagens dos orientais, recorre à aproximação do “Chin” com a terra brasileira. São eles “próprios para suportarem o nosso clima nos trópicos”(Vianna, 1837:72) e “o povo mais agrícola do mundo”(ibidem:67), mais do que isso, acostumados a plantar todos os produtos de interesse do Brasil melhor que os brasileiros. Tornavam úteis produtos naturais brasileiros em que não se percebia utilidade, como o bambu, utilizado para fabricar diversos utensílios domésticos na China. Ainda, os produtos chineses teriam grande êxito no Brasil, como a cultura do bicho-da-seda e a produção de porcelana com os diversos tipos de barro das terras brasileiras.

A imagem que Vianna faz do chinês é como a de um brasileiro transplantado, sendo um elemento em perfeita harmonia com as proposições de um grande país agrícola nos trópicos. A percepção da semelhança física entre os chineses e os índios foi constatada por diversos viajantes desde de Pero de Magalhães Gândavo (Leite, 1999:253), o que possibilitaria a crença de que,

baseado na semelhança com os nativos, seria possível a adaptação não só ao clima mas aos costumes brasileiros. Mesmo tendo o chinês uma cultura diferente, a sua suposta facilidade de aclimação aos trópicos e a tendência ao trabalho agrícola seriam grandes vantagens para uma suposta imigração chinesa com vistas ao crescimento material do país.

O projeto defendido por Sampaio Vianna é voltado exclusivamente para o crescimento agrícola brasileiro. Neste período, embora existisse muito medo de uma revolta negra, não era comum a preocupação de ordem biológica. O autor não faz menção da mestiçagem de chineses com brasileiros e nem tampouco considera a heterogeneidade um problema com raízes nas diferenças raciais. Embora demonstre forte preconceito contra os africanos, não considera vantagem pragmática a imigração em massa de europeus:

Se o Brasil quer a colonização para converter seus incultos campos em fecundos mananciais de riquezas, então escolha dentre todos os povos, aqueles que mais aptos são para a agricultura, e entre estes os alemães e suíços levam a palma, sem falarmos dos chinas, que formaram exclusivamente o melhor povo para tal fim no Brasil, e de cuja aquisição imensas devem ser as vantagens já apontadas [...] Se o Brasil porém não quer colonização propriamente dita, e sim quer neutralizar a influência das massas heterogêneas, encarando unicamente a colonização com vistas políticas, então abram-se os portos a todos os homens da Europa, e seja qual for o seu préstimo, venham engrossar a massa homogênea que deseja acumular, e neste sentido, sobre todos os povos, os portugueses são preferidos. (Vianna, 1837:79-80)

A imigração e ocupação do território teriam uma função econômica de desenvolvimento agrícola do país. Cuidar das “massas heterogêneas” (leia-se negros e uma infinidade de tipos mestiços) era considerado muito mais um problema político do que da “verdadeira” colonização. Ainda, cuidar das massas heterogêneas era, antes de tudo, aumentar significativamente o número de europeus. Não está implícita a idéia de raça neste discurso, e sim de civilização diferente. Trocar a hegemonia negra e mulata pela predominância branca exorcizaria o fantasma do Haiti.

Domingos Alves Branco Moniz Barreto, em seu livro *Memória sobre a abolição do comércio de escravatura* (1837), também sugere os chineses como alternativa ao escravo africano. Neste alvorecer do século XIX, o Oriente ainda

era visto com bons olhos pelos brasileiros. A experiência de um passado colonial orientalizado ainda estava muito recente nos corações e mentes dos brasileiros (Freyre 1961:424-427). Assim, parece existir uma preocupação muito maior com questões ligadas ao desenvolvimento econômico do que com as feições mestiças da população do novo Império. A heterogeneidade da população, embora incômoda para muitos membros da elite, ainda não tem papel de destaque, a não ser nas narrativas dos viajantes que ressaltam a peculiaridade da diversidade de cores e formas dos habitantes do Brasil.

### **Os chineses 1850 – 1869**

Com as pressões inglesas sobre o tráfico de escravos, aumenta a preocupação com as possíveis formas de substituição da mão-de-obra escrava. Assim, acirram-se as discussões sobre a imigração e as alternativas para a lavoura. Tentativas de imigração européia são feitas desde a vinda da Família Real para o Brasil e os resultados ficam aquém do desejado. Os núcleos coloniais apresentam problemas que apontam para o fracasso e inviabilidade de uma grande imigração européia para o Brasil. A violência da escravidão, a falta de uma política de terras eficaz, a ausência de leis que garantam o livre exercício religioso (principalmente para os imigrantes de países protestantes) e ainda a propaganda negativa sobre maus tratamentos a colonos europeus no Brasil tornavam difícil o estabelecimento de um fluxo migratório consistente de países europeus. Esta realidade fez com que aumentassem os pedidos de latifundiários pela imigração de trabalhadores *coolies*, que eram utilizados como mão-de-obra em vários países do mundo. O aumento de interesse pelos asiáticos provocou a reação de partes das elites contra os chineses e em defesa de medidas que atraíssem a mão-de-obra de países Europeus. A partir de 1850, com a abolição legal do tráfico de escravos e a promulgação da nova lei de terras, começa a ganhar força a idéia de imigração em massa para substituição dos escravos. Os conceitos de civilização e progresso são utilizados para estabelecer uma diferenciação entre os

imigrantes. A crítica aos chineses ganha tons civilizatórios e seu mais contundente detrator foi o fazendeiro Lacerda Werneck.

Luiz Peixoto de Lacerda Werneck era filho do Barão de Pati do Alferes, poderoso cafeicultor da região fluminense. Publicou suas opiniões sobre colonização em editoriais no Jornal do Comércio, que logo foram compilados formando o livro intitulado *Idéias sobre colonização*, em 1855.

Bacharel em direito pela Academia de Paris e pela universidade de Roma, foi o mais contundente crítico da imigração chinesa antes de 1870. Seus comentários sobre o trabalhador chinês e sua civilização foram citados pela maioria dos críticos posteriores. Muitas vezes suas frases impactantes foram repetidas em discursos parlamentares, memórias e teses.

Os seus escritos criavam a imagem de uma china estática, onde o respeito à tradição é visto como uma repulsa ao progresso. Seus argumentos usados para repelir o imigrante chinês eram baseados em pressupostos culturais e biológicos.

Para Werneck, os chineses tinham hábitos moralmente reprováveis, como o “abandono e trucidamento dos filhos” e o vício do ópio. Os chineses seriam uma “raça inteiramente avessa aos pensamentos, as idéias de melhoramento e progresso” (Werneck, 1855:77). No auge de seu eurocentrismo, Werneck condena os chineses e todos os povos asiáticos com a previsão de que, devido às diferenças culturais em relação aos povos europeus “civilizados”, estariam todos fadados ao desaparecimento:

A raça chinesa, estacionária, de uma civilização duvidosa, inerte no progresso, há de ceder o lugar, e ser exterminada e destruída pelas nações provecas da Europa e da América, que, obedecendo a uma missão providencial, caminham, armadas do gládio evangélico e do farol da civilização, por avante na imposição das idéias , e na conquista e posses dessas para todo o globo.

Nesse tumulto, nesse roçar de povos com povos, de nações com nações, de idéias com idéias haverão senão lutas, pelo menos grandes agonias, e acerbos dores para os vencidos e conquistados. Não será seguramente o triunfo para as idéias retrógradas e as nações bárbaras, não será ainda para as raças decrépitas no espírito e disformes no corpo, não será de certo o triunfo para as nações asiáticas.

Sem força moral, sem fé no futuro, sem idéias de melhoramento e aperfeiçoamento, elas serão infalivelmente vencidas, e perecerão, porque pararam na sua marcha, esqueceram de progredir, e deram à indústria, ao comércio, as artes e à administração, uma forma fixa e invariável, que é contrária ao grande fim, que a humanidade tem de alcançar – o progresso infinito. (Werneck, 1855:75)

Essa negação do chinês é acompanhada por uma contundente defesa da imigração européia, pois somente os europeus teriam as qualidades necessárias para tornar o Brasil um país civilizado (Werneck, 1855:78).

Mesmo com o livro de Werneck condensando o pensamento de parte das elites contra os imigrantes chineses, as dificuldades em conseguir mão-de-obra européia e a visível diminuição do contingente escravo fazem com que se aumentem os clamores por uma política efetiva de contratação de mão-de-obra chinesa. Um de seus defensores foi o político liberal, deputado Tavares Bastos, que mais tarde acabou mudando de idéia, passando a condenar a vinda dos Chineses.

Aureliano Cândido Tavares Bastos foi um dos fundadores da Sociedade Internacional de Imigração. Abolicionista e defensor da imigração espontânea, em um primeiro momento via como positiva a contribuição da imigração chinesa à cultura brasileira. Jeffrey Lesser alerta que mesmo apoiando a imigração chinesa, Tavares Bastos tinha uma visão preconceituosa sobre aquela cultura (Lesser, 2001:46). De defensor da imigração chinesa, o deputado alagoano passa a ser crítico, considerando a mão-de-obra *coolie* uma escravidão mal disfarçada e uma ameaça para a composição da nação desejada:

[...] recentemente lembrara-se um ministro de renovar a importação de *coolies*. Fornecer braços à lavoura é o pretexto com que se invoca a intervenção do governo para tal fim. Condenemos, vivam ente condenemos, este desvio da opinião mal esclarecida: não é essa a imigração que carecemos. Estéril para o aumento da população, dispendiosa, bárbara como o próprio tráfico de negros, ela é acompanhada de um triste cortejo de imoralidades. [...] Demais, se vamos emancipar o escravo, cumprindo um dever com a humanidade, como é que oporemos ao trabalhador liberto o trabalhador asiático, concorrente insuperável pela modicidade de seu salário? E quem paga as despesas dessa importação hostil ao liberto? O povo inteiro, e, portanto, o próprio liberto prejudicado. (Bastos, 1996:298)

A ambígua posição de Tavares Bastos e sua posterior decisão pela negação da mão-de-obra *coolie* talvez fosse influência das lideranças da Sociedade Internacional de Imigração, contrárias à vinda da mão-de-obra chinesa. A mudança de idéia de Tavares Bastos é compreensível, tendo em vista

que a sociedade estava dividida com relação à origem preferencial dos imigrantes. Os dois lados da disputa tinham importantes representantes. Entre os defensores, dois se destacaram no fim dos anos 60, Quintino Bocaiúva e Xavier Pinheiro. Seus escritos influenciaram de forma preponderante o governo imperial na decisão de promover a imigração asiática.

Em 1868, Quintino Bocaiúva, o célebre republicano, escreveu o opúsculo intitulado *A crise da lavoura*, defendendo a restauração da lavoura através da contratação de trabalhadores *coolies* e medidas auxiliares como implementação de técnicas agrícolas, cuidados com o solo, impostos sobre terras não cultivadas e crédito rural. Quintino estava inteirado das questões sobre os imigrantes. Participou da criação da Imperial Sociedade de Imigração em 1866, compactuando com a idéia de trazer famílias sulistas dos Estados Unidos, descontentes com a recente abolição da escravidão norte-americana. Neste mesmo ano, partiu para Nova York onde foi agente de imigração até 1867. Segundo o próprio autor, a produção do opúsculo foi estimulada pelo Conselheiro Dantas, então ministro da agricultura, com quem havia conversado sobre imigração (Bocaiúva & Moreira, 1870:264).

Bocaiúva acreditava que a Lavoura estava prestes a passar por uma profunda crise devido à falta de mão-de-obra. Para o republicano, a interrupção do tráfico negreiro e a inevitável proximidade do fim da escravidão provocariam o abandono de parte dos futuros libertos do trabalho nas grandes plantações. A dificuldade de se atrair imigrantes europeus ou norte-americanos fazia com que Quintino concluísse que a única alternativa viável para evitar o colapso econômico seria a contratação de trabalho asiático. O trabalhador *coolie* asiático, contratado por um período restrito, era garantia de que não se fixaria no país.

A contratação de mão-de-obra *coolie* foi comum em países da América, principalmente Estados Unidos, Peru e Cuba. A maior vantagem oferecida por este tipo de mão-de-obra eram os baixos salários e a aceitação de trabalhar arduamente em tarefas pesadas, geralmente evitadas por outros trabalhadores. Quintino encarava a vinda de *coolies* essencialmente como uma questão econômica naquele momento. As questões sobre civilização eram consideradas de extrema importância. Bocaiúva aceitava, como a maioria dos que debruçavam

sobre esta questão, que para o processo civilizador brasileiro o melhor imigrante é o europeu, mas para fins econômicos, o chinês deveria ser prioridade, embora o considerasse inferior “antropologicamente”. Com isso, diferencia colonização e imigração com o intuito de diferenciar políticas de fixação de estrangeiros em nosso solo e estrangeiros utilizados apenas como mão-de-obra.

Se os chineses são considerados desejáveis apenas como mão-de-obra, sua experiência nos Estados Unidos faz com que elogie o americano como imigrante ideal, civilizador:

Considerar esta imigração como um viveiro de braços para substituir na lavoura aqueles que nos faltam, é um erro vulgar em que aliás me parece laborar a generalidade dos espíritos no nosso país. Essa imigração não pode nem deve ter tal caráter. Sua origem, sua índole, seus recursos legitimam ambições mais elevadas e mais nobres aspirações. Ela é antes o êxodo de uma classe, uma expatriação por fundamento social e político e não pode por forma alguma ser considerada à mesma luz que essas transmigrações estimuladas pela miséria e pela superabundância de população em um território determinado. É certo que pela influência dos acontecimentos políticos que tão profundamente abalaram a União Americana, muitos dos emigrantes que hão de concorrer ao nosso país chegarão aqui arruinados. Mas aqueles que se expatriam são homens já formados e educados, que trazem consigo uma tradição de inteligência, de atividade, de disciplina no trabalho e costumes adquiridos sob a influência de uma civilização mais adiantada do que a nossa. O caráter dessa emigração, a tendência que a distingue é – a do *animus manendi*, a de fixar perpetuamente os seus lares no nosso país, a de fundir-se na nossa sociedade aceitando o princípio da sua transfusão e solidariedade com o povo brasileiro. (Bocaiúva, 1986:244)

Para tanto, era necessário garantir que os imigrantes tivessem liberdade religiosa, priorizando a laicização da sociedade, neutralizando a influência secular da Igreja, através de leis que garantissem a liberdade de culto, a construção de templos, os cultos públicos, introdução do casamento civil, cemitérios laicos entre outras medidas. Mas esta imigração era muito dispendiosa e sem as medidas de laicização era muito difícil garantir um fluxo imigratório suficiente para o Brasil. Além disso, a lentidão deste processo inviabilizava este projeto como uma solução imediata.

O chinês, de acordo com Quintino Bocaiúva, apresentava as características ideais para o trabalho na grande lavoura. A experiência em Cuba e nos Estados Unidos é utilizada como exemplo de como poderiam ser utilizados na cultura

canavieira. As justificativas das vantagens e desvantagens do trabalhador chinês levantadas pelo autor são exemplares. Esta será a lógica seguida pela maioria dos defensores da imigração chinesa até o fim do século: embora defendam a utilização desta mão de obra, os chineses são considerados cultural e biologicamente inferiores – Úteis como mão-de-obra servil e barata, porém inaceitáveis como formadores da nação brasileira.

Quintino considera os chineses industriais, econômicos e ainda vê como vantagem a sua repulsa à assimilação. Acreditava numa “aptidão da raça” para a agricultura, uma mudança de visão com relação às qualidades do chinês, a racialização de algo que era considerado uma característica cultural milenar chinesa. Assim como naturalizava as “qualidades”, apontava também defeitos morais da “raça”, formada por viciados em ópio, jogos e moralmente pervertidos.

Quintino não queria que os chineses se instalassem no país. Por isso dá atenção especial à resistência dos chineses à assimilação. O *coolie* ideal, na concepção da maioria dos apologistas dessa mão-de-obra, é aquele que cumpre o seu período de contrato e volta para a china, sem se amalgamar com a população brasileira. Xavier Pinheiro compartilha desta visão de imigrante chinês ideal. Junto com *A crise da Lavoura*, de Quintino Bocaiúva, seu texto foi de importância capital nas discussões sobre imigração chinesa nas décadas seguintes.

A memória *Importação de trabalhadores chins* era uma obra apologética da imigração chinesa, impressa por ordem do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o que aponta o interesse governamental pela “importação de chins”.

Os argumentos são muito semelhantes aos de Quintino Bocaiúva. A necessidade de contratação de chineses advém da escassez de “braços”, o *coolie* deve ser usado devido aos exemplos positivos em muitos países do mundo. A diferença fundamental é que Xavier não se utiliza de argumentos raciais para depreciar o chinês, embora elementos do seu discurso indiquem a crença de uma relação entre atributos morais e raça.

Xavier elogia os chineses como excelentes agricultores, seguindo o exemplo da primeira metade do século XIX. Aponta o chinês como um excelente trabalhador, mesmo em países que utilizam mão-de-obra escrava.

A experiência *coolie* deveria ser experimentada com seriedade e em larga escala principalmente em razão das semelhanças com Cuba. O clima da “Rainha das Antilhas” era semelhante ao de muitas províncias do norte do país, propício para o plantio dos mesmos produtos agrícolas, produtos estes cultivados nos dois países. A cana-de-açúcar, o café e o fumo. A economia baseada no trabalho escravo também é comum aos dois países.

Assim, comparando os dois países, Xavier propõe que o Brasil utilize os exemplos positivos e negativos da experiência cubana como exemplo para melhor aproveitamento de sua mão-de-obra (Pinheiro, 1869:24-26). Aconselha que se procure imigrantes em províncias onde se cultiva produtos intertropicais (*Ibidem*:63), indicando a necessidade de escolha de *coolies* baseada na experiência com o trabalho agrícola. Aos opositores dos chins, faz críticas em um tom irônico:

Não foram poucos os que se receiaram da superstição dos chins, da sua fealdade repugnante, do cruzamento de sua raça com alguma das raças existentes no país, dos seus hábitos extravagantes. Da sua linguagem pouco eufônica e até seus trajes sem elegância.

Ouvindo esses prudentes encarecer temores, crera qualquer um que o povo brasileiro corria o risco de perder a sua fé de católico ante o exemplo dos adoradores de Buda, de assombrar-se com a vista, mais jocosa do que terrível, dos súditos do filho do céu, de contaminar o seu bom gosto imitando a moda de pekim e nanking, de degenerar na pureza de sangue pela aliança com esses homens emigrados do extremo oriente.

Deviam tranquilizar-se. Não vinham eles nem para nos converter à sua religião, nem para se casarem com brasileiras, nem para fazerem competência com os mestres do bom gosto parisiense que abriram escola na Rua do Ouvidor.

Vinham trabalhar muito, ganhar salários módicos e depois de um prazo tornariam a sua terra com algumas escassas economias. Não poderia haver mais modesta ambição, nem mais inocente viver. (*Ibidem*:20-21)

Mesmo acreditando na tendência para retornar a sua terra natal, o autor recomenda como imigrante chinês preferencial o homem jovem casado, avesso ao uso do ópio e dado à intemperança.

A memória de Xavier Pinheiro não passou despercebida a Nicolau Moreira. Redator do periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, publicou uma nota sobre o lançamento da obra de Xavier Pinheiro. O médico demonstra pela primeira vez a sua preocupação com uma imigração em massa de chineses e seu impacto na formação da nação:

[...] diremos desde já que para nós a colonização é uma questão complexa, e que não é possível tratá-la, como convém, olhando tão somente para os colonos como máquinas brutas de trabalho, porém que devemos ter uma grande atenção, sobretudo em um país como o nosso, as condições orgânico – fisiológicas dos imigrantes, o estado de adiantamento intelectual em que se acham, a raça a que pertencem, os resultados prováveis dos cruzamentos que necessariamente se hão de verificar, e que devem vir a constituir a população nacional, mais ou menos robusta e inteligente conforme a natureza de seus progenitores. (Moreira, 1869c:444)

A importância dada a esta obra não representava um exagero. Influenciado pelos clamores por trabalhadores do Império Celeste, o ministro da Agricultura mostrava-se favorável à promoção da imigração chinesa, principalmente devido às falhas das tentativas de imigração europeia. O ministro adotou os argumentos de Quintino Bocaiúva e Xavier Pinheiro, elogiando os trabalhadores asiáticos como os melhores agricultores, o baixo custo desta imigração e ainda a tendência de retornar ao seu país e não se misturar à população local. Também a Comissão para a Reforma do Elemento Servil da Câmara dos Deputados em seu parecer orientava o governo brasileiro a incentivar a vinda de chineses (Lamounier, 1988:133). Esta movimentação de setores da sociedade e da burocracia imperial em favor da imigração chinesa foi responsável pelo início da discussão deste tema na Sociedade Auxiliadora em 1870, dando início a “questão chinesa”.

### **Os debates sobre imigração chinesa 1870 – 1880**

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, atenta à importância da discussão sobre imigração na economia agrária brasileira, cria uma comissão

para estudar a necessidade de imigrantes chineses. O parecer foi apresentado ao conselho daquela sociedade na sessão de 14 de junho de 1870.

No mês seguinte, o governo imperial, convencido pelos partidários da mão-de-obra *coolie* da necessidade de se conseguir “braços para a lavoura” imediatamente, aprovou um decreto que garantiria por dez anos a vinda de milhares de chineses.<sup>28</sup> Esta medida do governo, embora não diretamente associada ao parecer da SAIN, acirrou os debates sobre imigração asiática em 1870 naquela Sociedade, o que estimulou ainda mais a reação anti-chinesa.

O parecer da comissão da Sociedade Auxiliadora concluía que a importação de *coolies* era necessária para suprir os braços da lavoura, embora concordasse que o trabalhador chinês não deveria se fixar ao solo (Galvão & Macedo & Montmorency, 1870). Entre os seus argumentos, afirmavam que o “*coolie*” era “o meio natural de transição”, entre o “regime de trabalho servil” e o “regime de trabalho totalmente livre”. Os trabalhadores asiáticos não teriam um “sentimento de igualdade e independência”, e ainda, não tendo desejo de colonizar, “sua única aspiração era voltar ao país natal, logo que tenha ganho algum pecúlio”(Ibidem). O parecer não agradou ao conselho da instituição seguindo-se um longo debate que ganhou a imprensa e foi discutido por setores da elite do Império. Para Jeffrey Lesser, o que estava na pauta de discussão da Sociedade Auxiliadora neste momento era muito mais do que a aceitação ou não da mão-de-obra asiática pois, “embora o tópico fosse a imigração chinesa, o assunto era a identidade nacional”(Lesser, 2001:47).

Entre os contrários à imigração chinesa, estava Nicolau Joaquim Moreira, que torna-se a partir de então o principal polemista e detrator da imigração chinesa na década de 1870. Em sua exposição de argumentos contra a imigração chinesa, inicia apontando a medicina como a ciência que deve ser consultada sobre todos os aspectos da imigração. Seu discurso reivindicava para o médico o direito de cuidar de um assunto até então delegado aos “políticos” e “bacharéis de direito”. Segundo Nicolau, somente o médico possuía o conhecimento necessário

---

<sup>28</sup> O Decreto 4547 de julho de 1870 concedia à Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antônio de Miranda e Silva autorização para “importarem trabalhadores asiáticos”.

para escolher o imigrante ideal, não só para a lavoura, mas também para composição da população nacional:

Que a medicina senhores, deve intervir na resolução do problema que discutimos (a imigração), é fato que está fora de toda a contestação. Ai se acham essas nações civilizadas, cujas pegadas procuramos seguir, consultando a cada momento a divina ciência de Hipócrates sobre as vantagens ou desconveniências das imigrações de certos povos, consideradas quer debaixo do ponto de vista antropológico, quer relativamente à necessidade de homens como puras máquinas de trabalho. (Moreira, 1870:377)

O centro da crítica era a possibilidade de fixação do chinês no território e a inevitável miscigenação com a população nacional, ocorrendo a temida “mongolização do Brasil”. Segundo Nicolau Joaquim Moreira, a união de chineses e brasileiros daria como fruto um mestiço inferior, aumentando ainda mais a heterogeneidade da população, já debilitada pela mistura com o “sangue africano”.

Estes argumentos raciais mobilizados contra a imigração chinesa eram fundamentados nas teorias poligenistas, influenciadas pelas leituras de teóricos racialistas, principalmente no que se refere à miscigenação.

Os defeitos atribuídos aos “chins”, considerados características inerentes à raça, seriam transmitidos aos seus descendentes. Assim, ao miscigenar-se (principalmente com negros e mulatos), teriam uma prole degenerada de “corpo e alma”.

Moreira utiliza todo um arsenal de argumentos anti-chineses construídos nos dois últimos séculos para acusar os chineses de avessos ao progresso, moralmente devassos e racialmente inferiores e degenerados. Ainda contestava a imigração de *coolies* porque o estrangeiro que viesse para o Brasil não deveria ser visto apenas como um trabalhador contratado para substituir o escravo, ele deveria ser visto como um colono, pronto para fixar-se e tornar-se brasileiro. Para Nicolau Moreira e Joaquim Antônio de Azevedo não fazia sentido uma imigração sem colonização. E no caso dos orientais, a colonização seria uma ameaça à formação da nação.

As críticas de Moreira à contratação de chineses são extremamente contundentes, e suscitam a resposta de Ignácio C. Galvão, membro da comissão que produziu o parecer e diretor da sessão de colonização da Sociedade Auxiliadora. A sua resposta ao discurso do presidente da seção de agricultura não foi apenas uma defesa do parecer da seção de colonização e estatística, Galvão era também presidente da agência geral de colonização do Império. Portanto, o discurso de Nicolau Moreira era uma dura crítica às concepções sobre importação de mão-de-obra do agente responsável pelas políticas de colonização do Império.

A discussão sobre os chineses transpõe as paredes da sala do conselho da SAIN e dos gabinetes do Estado Imperial. A questão chinesa ganha espaço em jornais e revistas da época, tornando-se uma discussão da sociedade. Na revista *Vida Fluminense* de agosto de 1870, uma caricatura de Angelo Agostini retrata o “futuro” do país com a vinda em massa de imigrantes chineses: os transeuntes com feições e hábitos orientais, mostrando a imagem de um Brasil “mongolizado”. No jornal *Correio Nacional*, Quintino Bocaiúva (um dos ícones nas campanhas pró-chineses) e Nicolau Moreira trocam cartas polemizando sobre a imigração chinesa. O ilustre republicano defendeu nas cartas a Nicolau seus pontos de vista em favor dos chineses, já publicados em *A crise da lavoura*, que lançara em 1867 (Bocaiúva & Moreira, 1870). Em uma das cartas, Dr. Moreira, respondendo a Quintino Bocaiúva sobre como resolver o problema da falta de “braços”, demonstra através das experiências de outros países onde a escravidão teve fim que a produção agrícola aumentou, pois “os ferros do cativo, pesando no pulso do infeliz operário, dificultam-lhe o trabalho e maculam os produtos” (*Ibidem*: 435-436). Para aumentar a produção da lavoura era necessário dar condições aos trabalhadores nacionais, e não trazer trabalhadores asiáticos:

Se os braços de uma nação são diminutos, sua aplicação, segundo as regras de ensino profissional, apoiadas no emprego das máquinas e aparelhos e fortalecidas pelo benefício influxo da liberdade, duplica os produtos e centuplica os valores. (*Ibidem*: 437).

Desta forma, o ensino agrícola é uma solução civilizadora, juntamente com o fim da escravidão. A educação também é apontada para a incorporação do indígena à sociedade (Moreira, 1870: 394-395), aumentando assim o número de trabalhadores. O possível aproveitamento dos indígenas como mão-de-obra agrícola era reflexo de suas preocupações com a civilização da população nacional: “na nossa necessidade de braços que venham em auxílio de nossa lavoura e indústria, chamemos pelos meios convenientes ao seio da sociedade esses milhões de ícolas que erram em nossas densas florestas[...]” (Moreira, 1870:297). A “catequese” dos indígenas, a educação agrícola dos nacionais e a imigração europeia são as principais medidas propostas pelo médico para superar a falta de mão-de-obra.

Os defensores da importação de *coolies* alegavam que estas medidas levariam muito tempo para serem implantadas e, como era necessária uma solução imediata, a melhor opção seria contratar a mão-de-obra asiática, que teria as melhores características para a transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Muitos dos defeitos apontados pelos críticos seriam vantajosos para o Brasil. Como os chineses viviam em um “estado de incompleta civilização” e “sem o sentimento desenvolvido de igualdade e independência, hoje disseminado na Europa por todas as camadas sociais”(Galvão & Macedo & Montmorency, 1870:324), estas características os tornavam sujeitos a aceitar com facilidade o despotismo e poderiam ser contratados com baixa remuneração. Além disso, seriam resistentes à assimilação, e sua única aspiração era retornar ao seu país no fim do contrato (*ibidem*). Mesmo acreditando na resistência à aculturação, a crença na superioridade racial dos “caucasianos” era patente entre muitos dos partidários dos *coolies*. Para Miguel Calmon Menezes de Macedo, conselheiro da SAIN e membro da comissão, mesmo se parte dos chineses permanecesse no Brasil e se “fundisse” com a população, os poucos imigrantes europeus que entravam no Brasil seriam suficientes para solucionar o problema. Exemplifica com o caso da miscigenação com africanos:

Essa cifra assombrosa de africanos que durante séculos invadiu aos milhões os nossos campos, as nossas cidades, as nossas casas, e até os

nossos berços, inoculando-se pelo leite em nossas veias o sangue africano, não tem conseguido destruir ou sufocar entre nós o predomínio da espécie caucásica. Entretanto a propagação se deu do mesmo modo e em larga escala.

Quando julgou-se conveniente assinalamos imediatamente a nossa supremacia, sustando e arredando para longe de nós a corrente introdutora desses míseros negros que eram despejados em nossas praias pelo vil e sórdido interesse que não conhece o cristianismo.

Desde então, os nossos hábitos tem se amenizado, nossa moral aperfeiçoou-se diariamente sob o influxo da pequena imigração européia, conservando - nos contudo o distintivo caráter brasileiro.

A vista do exposto como poderemos temer que alguns milhares de chins tomados temporariamente, venham alterar profundamente a progênie, religião, hábitos e caráter de nossa sociedade? (Macedo, 1871)

A defesa da vinda dos chineses não conseguia esconder os preconceitos. Seus apologistas - membros da comissão que emitiu o parecer - estavam preocupados com a questão imediata da lavoura e com um possível colapso da economia, enxergando a vinda dos chineses como uma medida provisória e nunca como uma imigração permanente com povoamento e nacionalização dos chineses. Isto está explicitado no parecer: “Mas só e simplesmente nesse caráter de meros elementos de trabalho é que a seção entende conveniente a sua aquisição temporária; e não como verdadeiros colonos que se venham fixar no solo”(Galvão & Macedo & Montmorency, 1870:326). Embora a comissão não aprofunde o tema da colonização, relegou aos europeus a tarefa de fixar-se ao solo nacional:

[Referente] ao desenvolvimento da produção nacional; ao povoamento do solo; a renovação da nossa seiva vital e regeneração, pelo cruzamento, da nossa raça que decai; não foi a seção chamada a dizer, ela limita-se aqui a fazer votos para que venham contingentes das diversas nações da Europa com suas diferentes aptidões e qualidades características, estimular e levantar a vitalidade do povo brasileiro. (Ibidem).

Embora apenas dois dos seis conselheiros que discursaram se mostrassem contrários à imigração chinesa no conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora (por consequência, contra o parecer da comissão da sessão de colonização), as propostas da comissão foram rejeitadas, sendo aprovada apenas

uma questão proposta por Nicolau Moreira em meio aos debates: “Se deve preferir o elemento Anglo-Saxonio como o mais próprio para acelerar o desenvolvimento da indústria e comércio, como únicos capazes de inspirar o entusiasmo industrial?”. A questão foi aprovada por unanimidade na sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 15 de Junho de 1871 (Auxiliador da Indústria Nacional, 1870:281-284), o que demonstra que os argumentos de Nicolau Moreira e Joaquim Antônio Azevedo foram suficientemente convincentes para os conselheiros negarem apoio à vinda de chineses e aprovarem os anglo-saxões como imigrantes preferenciais.

As elites brasileiras acompanhavam o debate sobre a imigração chinesa pelos jornais (Lesser, 2001:37-85). O interesse se justifica na medida em que a sociedade brasileira estava em um momento de reconstrução das bases simbólicas para uma identidade nacional: negociar o tipo de imigrante e o papel dele neste processo é fundamental para todos que buscavam impor seus projetos políticos e sociais.

A questão sobre a imigração chinesa na SAIN abre um canal de discussão entre governo e sociedade sobre o tipo de imigrante ideal. Após ser discutido na Sociedade Auxiliadora, o assunto se mantém como uma questão relevante para o estado, e continuarão os debates através de relatórios sobre imigração e a convocação no fim da década de 1870 do Congresso Agrícola. Neste Contexto, o discurso imigratório de Nicolau Moreira influenciou muitos dos envolvidos nas discussões sobre imigração, como o Conselheiro Menezes e Souza, que escreveu uma das principais obras sobre imigração da década de 1870.

João Cardoso de Menezes e Souza<sup>29</sup> escreveu a obra intitulada *Teses sobre colonização*, em que defende uma política imigratória muito parecida com a de Nicolau Joaquim Moreira.

Neste relatório apresentado ao Ministério da Agricultura em 1875, o autor defende a política de colonização baseada na pequena propriedade, cultivada por

---

<sup>29</sup> Nasceu em Santos, a 25 de abril de 1827. Formou-se em 1848 como bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, aos 21 anos de idade. Foi Deputado pela Província de Goiás de 1873 a 1876. Por essa época, foi elevado a dignatário da Ordem da Rosa, chamado para o Conselho do Imperador e eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Recebeu do Imperador D. Pedro II o título de Barão de Piranapiacaba.

agricultores brancos (Seyferth, 1991:167), onde o estímulo para a vinda de imigrantes europeus e norte americanos era preponderante.

O político analisa os tipos mais comuns de imigrantes, estabelecendo uma hierarquia, baseada no tipo de imigrante que considerava ideal. Os critérios para o estabelecimento de uma ordem de preferência eram a diferença de civilização e ainda critérios raciais. Em sua ordem de preferência de nacionalidades, podemos perceber claramente uma distinção qualitativa entre os europeus. Assim como em muitas classificações raciais, os brancos não são considerados todos iguais. Eram ordenados de acordo com as qualidades desejadas pelos formuladores das políticas de imigração. Para Menezes e Souza, os germânicos seriam o tipo preferencial de imigrantes:

A experiência suficientemente nos tem convencido da exatidão e segurança deste juízo. São ramos da raça germânica os únicos que, bracejando pelo império, conseguiram vingar no nosso solo, e dele abrolhar, expandindo-se n'alguns floridos rebentos. São Leopoldo, a mais feliz tentativa de colonização no Brasil, e outras colônias de S. Pedro, Blumenau e Itajaí em Santa Catarina, as colônias de S. Paulo e do Rio de Janeiro são provas vivas e eloquentes de que o alemão é o colono por excelência e que dos países habitados pela variedade teutônica é que nos há de vir o êxodo fundador. (Souza, 1875:403)

Ainda entre suas preferências estão os belgas, suíços, espanhóis, italianos, portugueses e anglo-saxões, sendo suas características como agricultores o fator preponderante para a priorização das preferências (Seyferth, 1991:169).

Enquanto os europeus são arrolados em uma lista de tipos de imigrantes “desejáveis”, africanos e asiáticos são inscritos na categoria de imigrantes indesejáveis. Sua visão sobre os chineses é influenciada por autores como Lacerda Werneck e Nicolau Moreira. Em sua crítica a uma possível vinda de asiáticos e principalmente de chineses, detém-se longamente a fazer imprecisões contra os orientais.

Para que nos servem, pois, os grotescos súditos do filho do sol e os habitantes das margens do Brahmapoutra? Para com seus corpos, que hão de ser esmagados sob as rodas, criarem empecilhos na estrada, por onde vai passando o carro triunfal de nossa civilização. Para trás, por todo o sempre, a colonização de *coolies* e chins [...] (Souza, 1875:421-422)

A aversão ao progresso, o repúdio pelas inovações técnicas e o isolamento cultural são os principais argumentos contra os chineses. Menezes conclui através deste quadro que a China é uma nação em decadência: “Creio que as nações, como os indivíduos, caem também em senil incapacidade, em irremediável decrepitude, prenuncio de morte.” (Idem :416)

É provável que Menezes e Souza tenha sido influenciado pelos argumentos de Nicolau Moreira. A preferência por imigrantes germânicos e a repulsa pelo chinês são elementos comuns de suas propostas para imigração, além disso, Menezes cita Nicolau Moreira como autoridade sobre a imigração chinesa:

Sinto muito não poder aqui reproduzir as duas eloquentes e bem traçadas memórias em que o ilustrado Sr. Dr. Nicolau Joaquim Moreira, Lidador incansável e laureado, que muitos serviços tem prestado e prestará no país, levou à evidência a tese de que a colonização chinesa será para nós um transbordamento de flagelos, porque nos virá abastardar a raça, inocular-nos o vírus da imoralidade, por um cravo na roda do progresso agrícola e industrial e diminuir as fontes de produção do país. (Souza, 1875:418)

Assim como Menezes e Souza, foi encomendado a Nicolau Moreira um relatório sobre imigração, neste caso, um estudo sobre a política de imigração norte-americana, por conta de sua participação na comissão brasileira na Exposição Internacional da Filadélfia em 1876<sup>30</sup>. No seu relatório, Moreira defende o estímulo à imigração espontânea para o Brasil. O médico novamente faz duras críticas à imigração chinesa (Moreira, 1877:91*et seq.*), tendo a publicação do relatório ampliado o alcance da propaganda anti-chinesa, revigorando os argumentos de Nicolau Moreira.

---

<sup>30</sup> A participação de Nicolau Moreira na Exposição Internacional da Filadélfia foi citada no capítulo

Os debates entre governo e sociedade sobre a imigração *coolie* estruturam um diálogo sobre o tipo ideal de imigrante e qual o papel deste na formação da identidade nacional. Se os questionamentos sobre imigração e incorporação dos chineses à nacionalidade duram até a última década do século XIX, em linhas gerais, a seleção dos tipos de imigrantes desejáveis tornou-se um assunto de grande importância para a nação até o Estado Novo.

### **O Congresso Agrícola e os debates sobre a mão-de-obra.**

A convocação do Congresso Agrícola reforça o diálogo entre governo e sociedade sobre a imigração, reacendendo os debates sobre os *coolies*. Este evento foi extremamente oportuno para os proprietários da grande lavoura, que levaram ao governo suas prioridades: “capitais e braços”. As reivindicações dos latifundiários demonstram as suas concepções sobre os tipos de imigração desejada, muitas vezes em choque com a “necessária”, e as disputas pela formulação do tipo ideal de imigrante.

Em julho de 1878, o Ministro da agricultura, Cansação de Sinimbu, e membro do Partido Liberal, convocou os “lavradores”<sup>31</sup> de quatro estados, que eram Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para colher suas opiniões sobre os problemas da grande lavoura. Pela primeira vez o governo procurava soluções em conjunto com os fazendeiros.

O Congresso obedeceu a uma dinâmica que reduzia o número dos participantes com o objetivo de ampliar o rendimento dos debates. O critério que baseou a escolha dos estados foi principalmente a “ falta de braços”, que era mais crítica na região de plantio cafeeiro. Entretanto, a importância do café para a economia brasileira e a influência política dos cafeicultores foram preponderantes para a escolha dos estados. A prioridade era resolver o problema da grande lavoura cafeeira.

---

anterior.

<sup>31</sup> No Século XIX, donos de terras, fazendeiros ou latifundiários se auto denominavam lavradores, assim, para diferenciar o pequeno agricultor dos donos das grandes propriedades, utilizei a denominação da época apenas em citações.

O sistema escravocrata sofreu um duro golpe com a proibição do tráfico em 1851, e agonizava desde 1871 com a lei do ventre livre. Além disso, a dificuldade de atrair imigrantes de origem européia e a crise financeira que se abateu no país após a Guerra do Paraguai justificavam a preocupação com a escassez de mão-de-obra e de crédito para investimentos no setor. Preocupações esboçadas no programa do Congresso e nos discursos e comentários dos fazendeiros. Dentro dos eixos temáticos do Congresso, algumas soluções foram propostas e muitas reclamações foram feitas. Em geral, as maiores preocupações dos proprietários de terras eram a escassez de mão-de-obra e a necessidade de políticas eficientes de crédito para o plantio. Pouco se falou em mecanização da lavoura, em novas técnicas agrícolas e de cuidado do solo com fins de otimização das plantações. Os cafeicultores estavam particularmente preocupados com as relações do Estado e a agricultura. Muitos dos oradores, inspirados nas idéias liberais, demonstravam o desejo de uma menor participação do governo nas questões agrícolas, mas no fim concluíam que a lavoura necessitava do incentivo público.

Definitivamente, é a falta de homens considerados aptos para o trabalho na grande lavoura que mais preocupa aos participantes do Congresso. Na maioria dos discursos é perceptível a preocupação com as formas de se superar a falta de mão-de-obra. Entre as soluções apresentadas estavam a estruturação do ensino agrícola para treinamento de trabalhadores nacionais, criação de leis que tornassem o trabalho obrigatório aos brasileiros, incentivos para a imigração e o trabalhador *coolie*.

O trabalhador nacional é citado diversas vezes nos discursos dos fazendeiros participantes do Congresso Agrícola, muito mais como uma impossibilidade do que uma alternativa ao escravo. Entre os defensores da “colonização nacional” havia a preocupação com a população ociosa: “De dia em dia, de ano em ano, a escravidão vai se extinguindo, e os ex-escravos, pelas nossas leis, tornam-se cidadãos brasileiros. Convém que aproveitemos dando-lhes vantagens, prêmios pecuniários”(Congresso Agrícola, 1878:132). O receio maior dos agricultores quanto ao trabalhador nacional (livre) era o não cumprimento dos contratos de trabalho, a indisposição para tarefas árduas e a preguiça, recorrentes nas falas dos fazendeiros. Alguns sugerem formas de se

transpor isto: punições que seriam previstas em lei, polícia rural, ou ainda premiações após 5 anos de trabalho e isenção do serviço militar (*Ibidem*:133).

Quanto à imigração, embora a preferencial fosse a de europeus, alguns poucos projetavam as vontades em africanos livres e chineses, como colonos, imigrantes que permaneceriam no território. Quanto ao trabalhador oriental, a maioria dos fazendeiros deixava claras as preferências pelo trabalhador *coolie*, inclusive o ministro Sinimbu, que em seu discurso de abertura do congresso demonstra suas preferências pela mão-de-obra *coolie* (*Ibidem*:129). A justificativa principal era a que o trabalhador *coolie* não iria fixar-se ao solo, seria um trabalhador “jornaleiro”, argumento muito comum entre os seus defensores dos chineses, mas que também agradava os opositores, principalmente os preocupados com a miscigenação entre chineses e brasileiros e consequentemente o “abastardamento” da raça (*Ibidem*:211).

É importante frisar que este discurso de trabalhador ideal vem dos fazendeiros da grande lavoura, cujo interesse é por um trabalhador que ganhe o menos possível, através de contrato de trabalho e se sujeite a todas as privações (ao contrário do trabalhador europeu que teria como objetivo tornar-se dono de suas próprias terras). Assim o chinês trabalhará como o africano, sem estar escravizado. Para a grande lavoura e para o governo o chinês representava um elemento de transição entre o trabalho livre e o escravo, podendo propiciar uma transição sem sobressaltos e sendo substituído depois por uma “mão-de-obra civilizada.”

O ponto de vista eurocêntrico - hierarquizador dos povos - é constante nos discursos dos fazendeiros. O chinês continua sendo visto como inferior, seja por sua civilização ou por sua raça, mas existem muitos pontos de vista divergentes em meio aos debates, principalmente acerca do lugar dos chineses na hierarquia entre as raças, de suas funções no mundo do trabalho e quanto ao seu impacto no processo de civilização, se incorporado à população nacional.

Os argumentos biológicos e civilizacionais foram muito utilizados na crítica à imigração chinesa por parte dos agricultores presentes no Congresso Agrícola. Alguns dos participantes do Congresso eram médicos, habituados aos argumentos de inferioridade racial, citando as principais autoridades nos estudos

“antropológicos”, incluindo entre estes o médico brasileiro Nicolau Joaquim Moreira<sup>32</sup>. A china “decadente” e “brutal”, pátria de uma “raça inferior” e “degenerada” era quase uma unanimidade entre defensores e detratores, o que movia a discussão era se conviria trazer trabalhadores asiáticos como mão-de-obra de transição, através de contratos, e se havia a garantia de que eles voltariam para a China sem se misturarem à população local.

Um médico paulista (“leitor” de Nicolau Moreira), Dr. Eduardo A. Pereira de Abreu, acredita que os chineses são bons em “trabalhos morosos e de difícil empreendimento artístico”( *Ibidem*:39), por serem metódicos e pacientes, existindo aí uma noção de divisão do trabalho através das características intrínsecas de cada raça. Para ele, os chineses são “fracos e indolentes por natureza”, defeitos atribuídos à “depravação dos costumes e hábitos que desde o berço adquirem” e ao vício do ópio. E evoca o “conhecimento médico” para condenar o chinês:

Não serei eu, como profissional e homem pratico na “sciência” do velho de Cós, que vá com o meu voto procurar abastardar mais do que está a nossa população jornalreira e laboriosa, inoculando em nossas veias um sangue pobre e degenerado, tóxico e nocivo às grandes leis do cruzamento de raças. Basta as ações climatéricas do nosso país, a educação, a alimentação, o sangue impuro do africano, e a pouca ou acanhada civilização que nos foi imposta pelos primeiros possuidores deste Império[...](*Ibidem*:39)

A crítica à civilização chinesa não era uma unanimidade, pois ainda persistia a visão da China como uma cultura milenar de rica sabedoria, mas poucos ousavam evocar esta tradição em discussões sobre a conveniência dos *coolies*. Um dos poucos exemplos, o Sr. Dr. José Fernandes Moreira, do Rio de Janeiro, louva a antigüidade da china:

[...]todos sabem que os chins formam uma nação que existe politicamente há milhares de anos e não é uma raça tão corrupta, tão pervertida como se quer fazer crêr. Pode ter uma civilização diferente da nossa, mas é uma civilização

---

<sup>32</sup> Nicolau Moreira participou do congresso agrícola como representante da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, não se manifestou no congresso, mas em muitos discursos foi citado.

própria e bem adiantada. Um país que teve um filósofo como Confúcio, até hoje respeitado, um país que tem governo regular há centenas de anos, quando uma tribo na América ainda não tem, como pode ser chamado de país degradado, aviltado, rebaixado, cujos filhos podem vir barbarizar-nos? (*Ibidem*:193)

A idéia de uma China berço de uma antiga e respeitosa civilização sem dúvida está no imaginário social, mas talvez existam dois fatores que fazem esta visão sobre a China tornar-se negativa: o fortalecimento de uma “ideologia do progresso” durante o século XIX e ainda a noção de decadência dos povos, como a do Império Romano, difundida por Gibbon.

Assim, mesmo quem defende a vinda dos súditos do celeste império pode acreditar em sua decadência e imoralidade, ao defender que são bons trabalhadores advindos de um país de tradição agrícola secular. João Batista Brasiel fala dos chineses ideais:

É a raça que melhor preencheria a necessidade de nossa lavoura quanto a colonos, mas é preciso que eles venham de centros agrícolas, e não dos focos populares das grandes cidades, onde a desmoralização é certamente muito adiantada, porque ela acompanha a idade dos impérios: a nação chinesa é a mais desmoralizada do mundo, porque é o império mais antigo que se conhece. (*Ibidem*:142)

Esta idéia não é uma novidade nos discursos pois, na maioria das vezes, há a indicação de qual região da China devem vir os trabalhadores, preferindo as regiões rurais da China e determinadas regiões de clima temperado. As características ambientais da região se mostram muito importantes na classificação do trabalhador ideal, demonstrando uma influência, na maioria das vezes indireta, de um determinismo que mistura o espaço geográfico, clima e meio social.

Este determinismo ambiental foi evocado pelos dois lados do debate sobre a mão-de-obra chinesa desde o início do século, e em algumas vezes foi usado para eleger o trabalhador nacional como o mais apropriado para a grande lavoura. Chegou-se a elogiar o caboclo como o tipo ideal de trabalhador, sendo

considerado por um fazendeiro que alegava ter experimentado a colonização de várias nacionalidades, melhor que qualquer estrangeiro pois “entra no mato incólume, derruba árvores; ao passo que o estrangeiro que entra no sertão fica inutilizado pelos insetos que lhe atacam.” (*Ibidem*:161)

A identificação com o clima também influenciou na escolha do Cônego Joaquim Camilo de Brito, que propôs a vinda de africanos livres. Assim, além de dar sua força de trabalho seriam catequizados e retornariam à África educados, multiplicando a catequização (e a civilização). O Cônego prefere os africanos porque eles teriam “identidade com o clima”; “organização mais robusta e dotada de uma transudação oleosa que impede a absorção dos raios de sol, ainda mesmo durante a mais elevada temperatura”, “boa índole, na maioria das tribos, docilidade, e mesmo hábitos de trabalho agrícola e honestidade”; “não se presumirem superiores a nós, como os das raças civilizadas” e finalmente “contentarem-se com alimentos menos esquisitos, bastando-lhes uma nutrição sólida, em suficiente quantidade”(*Ibidem*:153).

Os defensores do uso do trabalhador nacional apontavam ainda como vantagens os custos de contrato, comparando com os gastos estruturais para viabilizar a vinda de imigrantes (passagens, agentes, hospedagens, etc.), não haveria choque cultural, principalmente nos aspectos religiosos, e ainda dissolveria o perigo de se ter uma boa parte da população ociosa. Mesmo assim, concordavam que os brasileiros livres eram despreparados para o trabalho na lavoura e, por isso, uma das maiores reivindicações do congresso foi a estruturação do ensino agrícola. Ensinar técnicas agrícolas e de cuidado com o solo foi considerado fator preponderante para a superação da crise da grande lavoura. A grande crítica ao trabalhador nacional era que este não estava interessado em “trabalhar duro”, e ainda o não cumprimento dos contratos de trabalho. Seus defensores consideravam este desinteresse fruto dos baixos salários e propunham medidas que estimulariam aos nacionais: salários “justos”, isenção do serviço militar, premiações por período de trabalho cumprido e, quanto à garantia do trabalho, mudança nas leis, de forma que obrigassem aos trabalhadores a cumprir os contratos e reprimissem à “vadiagem”.

A maior parte dos fazendeiros via com desconfiança o uso dos “patrícios” na lavoura. Mesmo os que se mostravam favoráveis pediam a contratação de *coolies* para resolver o problema de imediato, acreditando que os nacionais seriam uma aposta para o futuro (próximo, mas ainda assim para o futuro). Muitos dos discursos que atribuem ao trabalhador nacional uma inaptidão para a lavoura usavam como justificativa a degeneração da raça propiciada pela mistura do “português com o africano”. A mesma retórica que condena o chinês através do discurso racista, influenciado pelas teorias deterministas utilizadas por Nicolau Moreira.

Apesar da grande discussão em torno da mão-de-obra chinesa no congresso agrícola, não se atingiu um consenso quanto ao uso da mão-de-obra chinesa. Apesar do empenho pessoal de Sinimbu na defesa do trabalhador *coolie*, o máximo que conseguiu foi “convencer os fazendeiros a aprovar uma resolução fraca, que incentivava a ‘aquisição de trabalhadores de outros povos de raça ou civilização inferior à nossa’”(Lesser, 2001:53).

O Ministro Sinimbu, continuou empenhado em seus projetos de efetivação da imigração chinesa, provavelmente por ser um cafeicultor paulista, como muitos dos defensores da mão-de-obra *coolie* (Lamounier, 1988:144). Em 1879, agora presidente do conselho de ministros, o Visconde de Sinimbu encomendou a Salvador de Mendonça um relatório sobre a imigração chinesa. Este relatório, que mais tarde foi publicado com o título de *Trabalhadores asiáticos* foi muito criticado, principalmente por abolicionistas contrários à imigração chinesa. Este mesmo relatório foi utilizado pelo Ministro para justificar o financiamento de uma viagem diplomática à China.

### **O sentimento anti chinês na última década do império.**

Não ficaram sem resposta as investidas em favor da imigração chinesa no final da década de 1870. Neste crepúsculo da ordem imperial, foram principalmente os abolicionistas que se opuseram à imigração asiática. O principal mote era a denúncia de uma nova escravidão, a escravidão amarela que substituiria a escravidão negra. A participação de grupos articulados contra a

“importação de chins”. e a estratégia de denúncia a órgãos internacionais, diplomatas e ainda discursos parlamentares e artigos em jornais correntes e periódicos institucionais aumentou a visibilidade da questão dos chineses. Embora os debates em torno dos chineses ganhassem maiores espaços, principalmente na política imperial, os discursos continuam racializados.

No mesmo ano em que o Gabinete Sinimbu, intensificando as políticas de incentivo à imigração *coolie*, Costa Ferraz, médico editor do periódico da Academia Imperial de Medicina, escrevia um editorial intitulado *O mongolismo ameaça o Brasil*. Diferente de Nicolau Moreira, Costa Ferraz não tenta justificar através de um aparato teórico a intervenção médica no campo da imigração. Seu texto dá indícios de que a questão de raça e imigração é uma discussão já encaminhada, não havendo assim necessidade de maiores esclarecimentos. As características da estrutura e finalidade do texto demonstram isto: um editorial é a opinião do redator sobre um tema de interesse público corrente. Para tanto, expressa suas idéias e talvez o posicionamento da academia, mesmo que não oficial. O texto está de acordo com a maioria dos argumentos raciais anti-chineses. O povo brasileiro, “abatido física e moralmente” devido à herança da escravidão (podemos entender também, a mistura racial com os africanos) estaria novamente sob ameaça, devido à iminência da “invasão mongólica”. As metáforas médicas do autor tratam a imigração asiática como uma doença prestes a ser “inoculada” no “debilitado” organismo da nação brasileira. Sendo assim, a intervenção do higienista se faz necessária para recuperar o país. Esse artigo demonstrava que os olhos dos médicos continuavam voltados para a questão da escolha do imigrante ideal, e ainda requisita mais uma vez para os médicos a autoridade de escolha dos imigrantes.

A vinda dos chineses e a degeneração da população local também preocupava alguns dos principais abolicionistas, como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio André Rebouças, Taunay e Koseritz, os três últimos membros da Sociedade Central de Imigração, que sistematicamente atacou a imigração chinesa. A sociedade Central de Imigração, criada em 1883, tinha como principal função promover a imigração européia. Entre seus principais membros estavam os abolicionistas O membro do partido conservador Taunay, o engenheiro André

Rebouças, Koseritz e ainda Nicolau Moreira, que provavelmente não participava tão ativamente quanto Taunay e Rebouças, visto que não escrevia no periódico da Sociedade, intitulado *A imigração*, entretanto era membro do conselho desta sociedade.

No periódico *A imigração*, eram veiculadas duras críticas aos chineses, considerados como o “pestilento fluido emanado da podre civilização da china”, “uma raça atrofiada e corrupta”, “bastardizada e depravada”.( *apud* Hall, 1976:160)

Taunay, que foi presidente da Sociedade, era senador do império em 1888, e em seus discursos fazia duras críticas à imigração asiática. Seu ataque aos chineses passava principalmente pela questão racial, e não só os chineses eram alvo de suas críticas, mas orientais, de uma maneira geral, não deveriam viver no país . Em um de seus discursos no Senado, reclama da “contínua entrada desses vagabundos e mendigos chamados turcos e árabes” e o senador ainda afirma que “não há nenhum habitante desta capital que não sinta quotidianamente o asco, o desgosto e o incômodo que nos dá a visão destes desgraçados.”( *apud* Hall, *Ibidem*).

A exemplo de Nicolau Moreira, Taunay associava a imigração européia à civilização dos brasileiros. Para ele, é do “sangue ativo dos filhos das regiões européias de que nos vem a civilização e as luzes.” ( *apud* Hall, 1976:161)

A questão posta por Taunay é a inconveniência de qualquer imigração não-eurpéia. A sua defesa, que é a representação da visão da Sociedade de Imigração, é que o Brasil necessita da imigração européia muito mais por matizes culturais e civilizatórios do que apenas como mão-de-obra, apoiando a todas as diretrizes que facilitassem a vida do imigrante europeu no Brasil, bem como a sua naturalização.

Não importando de que lado estivessem os interlocutores, a favor ou contra os trabalhadores *coolies*, a maioria concordava que o asiático pertencia a uma raça ou civilização inferior e em hipótese alguma deveria se amalgamar com os brasileiros. A exceção coube ao Apostolado Positivista, cuja posição contrária à imigração chinesa não comungava com o discurso racializado; pelo contrário, sua posição tinha sentido como parte da agenda anti-escravista do grupo.

## Os positivistas: A visão não racializada da questão chinesa

O positivismo marcou profundamente o pensamento brasileiro no fim do século XIX, sendo de grande importância nas campanhas abolicionistas, na campanha republicana e influenciando diretamente o golpe militar de 1889. A doutrina positivista teve grande influência no Brasil entre os intelectuais na sua “forma difusa”(Cruz Costa, 1987): não foram os dogmas da “religião da humanidade”, mas sim o seu rigor “científico”, a necessidade da observação como método de verificação, e a apuração do fato, do fenômeno por si, em detrimento das causas finais. Junto a isto, sua concepção evolucionista da história criava uma sensação de inevitabilidade do progresso, “condenando” o Ocidente à civilização<sup>33</sup>. Estes foram conceitos que influenciaram todos os homens de ciência brasileiros na virada do século XIX.

Os positivistas classificados por Cruz Costa como “ortodoxos” formavam um pequeno grupo bastante ativo nas questões políticas do fim do Império, principalmente nas questões da Abolição da escravatura, liderado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes.<sup>34</sup> Os dois jovens positivistas promoveram a institucionalização deste círculo intelectual: o que inicialmente era uma “sociedade” depois tornou-se centro e por fim Igreja positivista (Alonso, 2002:206).

O apostolado positivista começa sua crítica à imigração chinesa devido à decisão do Ministro Cansanção Sinimbu de aprovar a vinda de chineses em 1879. Os manifestos contra a decisão alertavam para o fato de que se o chinês fosse

---

<sup>33</sup> Esta é uma das principais concepções do positivismo, a qual considera que as sociedades passam por três estágios de evolução histórica. O teológico, no qual os fenômenos são considerados como produto da ação de seres sobrenaturais que interferem arbitrariamente no mundo. O metafísico, no qual os fenômenos são produzidos por forças abstratas; e o positivo, em que se desiste de procurar as causas dos fenômenos para, através da observação e do método científico, estabelecer as leis gerais que os regem. O estado positivo corresponderia à maturidade do espírito humano.

<sup>34</sup> É importante ressaltar que Angela Alonso não aceita as nomeações de ortodoxos e heterodoxos, sua classificação dos grupos é baseada no posicionamento político dos grupos. O grupo liderado por Miguel Lemos e Teixeira Mendes é denominado por ela de “Positivistas abolicionistas”. (Alonso, 2002)

tratado como elemento de transição, ele seria um novo escravo. Trocando a escravidão negra pela amarela, o país continuaria fora dos rumos da civilização.

Em seus textos, os positivistas se posicionam claramente contra a ciência racializada. Miguel Lemos, ao criticar a exploração da África, trata as teorias raciais como discurso que justificava o Imperialismo europeu:

Para que nada faltasse, pretensos sábios, mantidos por tais governos, sistematizaram tamanha perversidade, formulando a teoria das raças, em virtude da qual o conjunto do gênero humano tem de ser fatalmente sacrificado à raça mais eminente. Quanto a determinação dessa raça execranda que está destinada a ser algoz universal, constitui um problema facilmente acomodável aos interesses e ambições de todos os potentados. (Lemos,1881:06)

O texto citado é parte de uma mensagem ao embaixador da China na França e na Inglaterra, publicada em um opúsculo e, como outras publicações do apostolado positivista, provavelmente distribuído publicamente. A mesma carta endereçada ao embaixador da China na Europa, aqui no Brasil tinha um papel político importante para o grupo, pois era um panfleto contra a escravidão.

Duas são as principais críticas dos positivistas contra a vinda dos chineses para o Brasil. A principal é a continuidade do regime de trabalho escravo. O sistema de contratos proposto ao trabalhador *coolie*, aliado ao costume despótico dos senhores de escravos, fariam da imigração asiática uma nova escravidão. O segundo motivo era a incompatibilidade entre as civilizações do Ocidente e Oriente, culminando num choque cultural que consideravam maléfico para ambas as culturas (*Ibidem*:17).

Os positivistas tinham uma visão particular com relação a diferenças entre as raças. Segundo Angela Alonso, os positivistas:

[...]hierarquizavam os grupos étnicos conforme funções sociais: intelectual (branco) ativa (amarelo) e afetiva (negro) [...] A hierarquia entre as raças dependeria de especializações adquiridas ao longo do desenvolvimento social, não havendo superioridade biológica absoluta. (Alonso, 2002: 219)

É uma explicação sociológica das diferenças, tendo em vista que as raças se encontram em estágios diferentes de civilização, “mas que isso não denota inaptidão social e intelectual intrínseca” (Falcão *apud* Alonso, 2002:219). Desta forma, os positivistas propõem um projeto diferenciado, preocupados com o aspecto civilizacional da questão imigratória, mas criticando uma hierarquia racial biologizante.

Os esforços do Gabinete Sinimbu em estabelecer um fluxo imigratório de *coolies* asiáticos não obteve sucesso. As estratégias de denúncia a órgãos internacionais anti-escravistas e a entrega de cartas e relatórios à diplomacia chinesa na Europa obtiveram bons resultados, ampliando as dificuldades de se estabelecer um fluxo imigratório da China. Após acirrados debates no parlamento brasileiro durante a década de 1880, após o fim da escravidão e o ocaso do Império, o novo governo republicano publica um decreto que torna transparente a visão do governo sobre os imigrantes não-brancos.

### **O decreto 528**

Em 1890, o recém formado governo republicano promulgou o decreto n.528, com a finalidade de regularizar a introdução e localização de imigrantes no Brasil. Logo nos três artigos que iniciam o documento nos é mostrado de maneira clara o sentido projetado pela nova República para a imigração para o Brasil:

“art. 1.º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, **excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos** de acordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2.º Os **agentes diplomáticos e consulares** dos Estados Unidos do Brasil **obstarão pelos meios a seu alcance a vinda dos imigrantes daqueles continentes**, comunicando imediatamente ao Governo Federal pelo telégrafo quando não o puderem evitar.

Art. 3.º A **polícia** dos portos da República **impedirá** o desembarque de tais indivíduos, bem como dos mendigos e indigentes.” (Grifos meus)

O documento era assinado pelo presidente da República, Deodoro da Fonseca e pelo ministro da Agricultura, Francisco Glicério. A “restrição” de entrada dos imigrantes da África e da Ásia tinha ares de proibição, pois seria permitida apenas com autorização do congresso nacional. O mesmo decreto incentivava os fazendeiros a instalar imigrantes europeus, desvendando uma política imigratória que durará até o governo Vargas, embora este decreto fosse revogado em 1907 e o seu substituto não mencionasse a preferência por alguma raça ou nacionalidade (Skidmore 1976: 155).

Mesmo não tendo notícias de uso prático do decreto 528, um pequeno artigo publicado no periódico *A imigração* demonstra a força simbólica do decreto e como ele efetivamente pode ter sido utilizado para desarticular, em um primeiro momento, tentativas de imigração de asiáticos e africanos:

Tendo a Sociedade Central de Imigração denunciado ao Sr. Ministro da agricultura as tentativas dos especuladores afim de fazerem entrar no Brasil trabalhadores, já asiáticos, já africanos, a título de imigrantes livres e espontâneos, aqueles contratados para as obras de dessecamento dos pântanos do fundo da baía do Rio de Janeiro, e estes oferecidos aos poderes públicos e a particulares por agentes de uma companhia inglesa que viaja diretamente entre a costa d’África e a cidade da Bahia, o mesmo Sr. Ministro da Agricultura, por aviso n.º 39, de 24 de outubro, respondeu do seguinte modo:

Em resposta ao vosso ofício de 14 do corrente mês, cabe-me declarar-vos que, conquanto o decreto n.º 528 de 28 de junho próximo findo, estabeleça medidas para impedir a entrada nesta república de indígenas dos continentes africano e asiático, deixando ao congresso a faculdade de legislar sobre o assunto, todavia não cessarei, quando por ventura se discutir a matéria na câmara, onde terei de funcionar, de sustentar as idéias que professo como membro do atual governo’ – Francisco Glicério [Ministro da Agricultura] (*A imigração*, n.72,1890)

Em 1892, foi aprovada a lei n.º 97 que permitia a entrada de imigrantes chineses e japoneses no Brasil. Assim, o decreto de 1890 praticamente perdia seu efeito. Ainda que o decreto não tenha alcançado resultado prático, é de extrema relevância o fato do Estado iniciar uma política que dificultava a imigração de não-

brancos (negros e asiáticos, principalmente), enquanto incentivava a imigração de Europeus.

A questão a ser colocada para avançar elementos que ajudem a refletir é: porque os chineses despertam sentimentos tão profundos e contraditórios nos brasileiros?

Desde a vinda da Família Real para o Brasil, a visão que se consolidou sobre imigração era a do imigrante que vem para povoar o país, ocupar o território. Unido a isso, via-se como necessária a inversão da “pirâmide racial”. Aos olhos das elites, éramos um país africanizado nas feições e oriental nos costumes, legado de séculos de escravidão e da administração do Império Colonial português, que por muito tempo nos aproximou do Oriente.

O desejo por parte das elites de europeizar o Brasil aponta para a solução de aumentar o número de brancos. E esse pensamento vigora desde o início do século XIX, quando se iniciam as reflexões de como deveria ser o Brasil.

O episódio da proibição dos chineses demonstra o quanto as questões de colonização estão ligadas à construção de uma identidade européia. A imigração era vista ao mesmo tempo como colonizadora e civilizatória, dirigida por uma elite preocupada em homogeneizar a nação, europeizando o Brasil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que as reflexões sobre as relações entre o discurso científico de Nicolau Moreira e seus projetos de imigração para o Brasil sejam menos propícias a respostas conclusivas do que abundantes em indicações e possibilidades de aprofundamento de estudos.

A concepção de Nicolau Moreira de uma política imigratória que excluía não-brancos tornou-se possível graças ao uso do ideário baseado no determinismo biológico construído nas primeiras décadas do século XIX. A influência das concepções poligenistas sobre as origens do homem foi fundamental na construção do discurso de Nicolau Moreira contrário à mestiçagem, assim como as influências de Geoffroy Saint Hillaire possibilitaram suas idéias sobre o aperfeiçoamento das raças puras. Suas teorias em constante tensão mostram um cientista em conflito numa época de mudanças tanto no campo do conhecimento quanto em relação a importantes transformações político-sociais, como os debates sobre o fim da escravidão, a crise do Império brasileiro e o crescente movimento republicano.

Anos após os seus primeiros escritos sobre raça e imigração, mesmo estando na fronteira entre a fixidez das espécies e o evolucionismo, Moreira continuou condenando a miscigenação, com a intenção de criticar a entrada de asiáticos no país, fazendo uso de argumentos de base poligenista, apesar de suas tendências para a aceitação das idéias evolucionistas. Isto indica a valorização das idéias raciais como suporte para seu projeto de nação.

Possivelmente, foi através de sua crítica incisiva à importação de

trabalhadores chineses e também da defesa da imigração europeia como a única que interessava ao país, que angariou adeptos em momentos chave da discussão sobre a imigração, possibilitando a desmobilização das tentativas de estabelecimento de um fluxo imigratório contínuo de *coolies* para o Brasil. A visão negativa do chinês difundida no Brasil a partir da segunda metade do século XIX ajudou a construir sua imagem como um imigrante indesejável. As idéias de inferioridade racial do chinês e da ameaça de “mongolização” do país difundidas pelos debates de 1870 e depois sustentadas em relatórios, conferências, discursos e artigos escritos por Nicolau Moreira e outros membros da elite letrada, além de inviabilizarem a vinda de chineses, consolidaram as bases para a política imigratória da República Velha, orientada para o aumento do fluxo imigratório branco e restringindo a imigração de não-brancos, principalmente africanos e asiáticos.

Assim, os debates sobre imigração propiciaram a criação do terreno de discussão sobre os tipos de imigrantes ideais para o país. A partir destes debates possivelmente estabeleceram-se os critérios de definição dos imigrantes “desejáveis” e “indesejáveis”, sendo o principal deles a possibilidade de criar um país de feições europeias.

A possibilidade de formar uma civilização tropical, europeia no corpo e no espírito, mobilizou homens como Nicolau Moreira, o qual definiu um projeto de nação predominantemente branca, na qual haveria a convivência com indígenas e negros, num espaço onde a miscigenação entre os tipos inexistisse, sob pena de falência desse projeto nacional.

Os debates sobre a imigração chinesa e as idéias de Nicolau Moreira são fortes indícios de que o desejo das elites de tornar o Brasil um país branco nas feições e nos costumes é bem anterior à sistematização das teses de branqueamento do fim do século XIX. A preocupação da ampliação da população branca pode ser verificada desde o início do século XIX, no pensamento de homens como José Bonifácio, que almejavam a construção de uma nação homogênea e civilizada (Ramos, 2002:135). Entretanto, a formação de uma maioria branca difere dos projetos de branqueamento do fim do século, nos quais a miscigenação seria o mecanismo fundamental para a formação de uma nação

homogênea onde predominariam as características da “raça superior”. Assim, concordamos com Maio:

Há de se diferenciar uma política de alteração do quadro demográfico brasileiro, com a gradual prevalência dos brancos sobre a população negra, de um projeto influenciado por teorias evolucionistas de viés racista, em que a miscigenação seletiva e a imigração seriam os parâmetros da via brasileira para a criação de uma sociedade branca, civilizada e européia, com a eliminação da raça negra. (Maio, 2004:29-30)

O pensamento de Nicolau Moreira se distingue do projeto de branqueamento justamente por excluir a possibilidade de formação de um mestiço de tipo “superior”, que se incorporasse às características brancas.

A diferença essencial entre as duas concepções era a aceitação da miscigenação como elemento transformador da população. Acreditamos que este ponto de vista, defendido por homens como João Batista Lacerda, tornou-se possível a partir da popularização do Darwinismo no Brasil. A idéia de seleção de Darwin reinterpretada pelos formuladores de idéias de branqueamento, em que a sobrevivência de características superiores seria o elemento de transformação que, atrelado ao discurso de hierarquização das raças, possibilitaria, através da imigração européia, a homogeneização da população em pouco mais que uma centena de anos.

Contudo, mesmo o projeto imigratório de Nicolau Moreira sendo justificado por teorias racistas principalmente poligenistas, que condenavam a miscigenação, a argumentação para a aplicação das políticas de uma imigração “orientada” são as mesmas para Nicolau Moreira e para as propostas de branqueamento do fim do século: degeneração do brasileiro, inferioridade biológica, degradação. A diferença está na sua aplicabilidade final. Desta forma, a racialização da política imigratória efetuada por Moreira parece ter influenciado os formuladores do branqueamento do fim do século, no sentido de justificativa da necessidade de evitar imigrantes indesejáveis e facilitar a entrada de europeus e norte americano brancos. Ao aliar as “teorias evolucionistas de viés racista” à seleção dos imigrantes, o branqueamento dá um novo sentido à formação da identidade nacional, em que o legado de outros grupos formadores da nação seria lentamente apagado.

A história da formação da identidade nacional brasileira está intimamente ligada às concepções sobre miscigenação. Embora existam excelentes estudos sobre miscigenação, acreditamos ser necessário um estudo sobre as diferentes visões do papel da mestiçagem na formação da identidade nacional desde o início do Império até o Estado Novo, comparando as representações sobre a mistura de raças, especificidade do Brasil, contextualizando ao processo de formação da nacionalidade.

A política de restrição das imigrações não-brancas foi objeto de disputa até a década de 1930. Durante este período, a entrada de imigrantes africanos, japoneses e de outras etnias foi discutida, negociada e algumas vezes proibida, enquanto a imigração de europeus “desejáveis” era estimulada.

Este ambiente de supervalorização do imigrante europeu relegou as populações negras brasileiras a posições subalternas na sociedade, bem como dificultou sua ascensão social, considerando que as possibilidades da ampla maioria de negros e mestiços tinha acesso muito restrito ao mundo do trabalho formalizado e à educação.

Desta forma, se o desejo das elites do século XIX de branquear o Brasil não foi um sucesso, por outro lado, as populações afro-descendentes têm uma séria dificuldade de ascensão social. A pouca representação de negros e mestiços nas classes médias ainda hoje reforça diversos preconceitos contra a população negra brasileira, o que aponta para a necessidade de políticas de inclusão social para essas populações.

Entretanto, o estudo das teorias raciais do século XIX nos mostra que devemos evitar qualquer tipo de classificação que use o conceito de raça. Embora o ambiente científico do pós-guerra tenha favorecido o abandono da idéia de divisão da humanidade em raças biológicas, esporadicamente este conceito é evocado. Vale aqui lembrar o alerta contra o nazismo feito por Bertold Brecht em *A resistível ascensão de Arturo Ui*, mas que serve perfeitamente para o determinismo biológico: “Uma coisa dessas chegou quase a dominar o mundo! Os povos conseguiram dominá-lo, porém, que ninguém saia por aí triunfando precipitadamente – é fértil ainda o colo que o criou!”

## 5 BIBLIOGRAFIA

### Fontes primárias

AGASSIZ, Elizabeth Cary; AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A província*. Brasília: Senado Federal, 1996. Ed. Fac-símile de: Rio de Janeiro: Garnier, 1870

BLAKE, Augusto Sacramento. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, Brasília, Conselho Federal de Cultura, 1970 . Primeira edição em 1898 .

BOCAIÚVA, Quintino. *A crise da Lavoura*. In: SILVA, Eduardo (Org.). *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986. 2v.

CABRAL, Francisco Alves. *Da cephalotripsia e suas indicações*. 1872. Tese (Medicina). Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1872.

DIAS, Joaquim Bernardes. *Procedimento do Parteiro nos casos de Aborto*. 1872. (Medicina) Tese. Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1872.

JAGUARIBE FILHO, Domingos José. *Do aclimamento das raças sob o ponto de vista de colonização em relação ao Brasil*. 1874 Tese (Medicina) Faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1874.

LEMOS, Miguel. *Imigração chinesa: mensagem a S. Ex. o Embaixador do Celeste Império junto aos governos de França e Inglaterra*. Rio de Janeiro: Sociedade Positivista, 1881.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Relatório sobre a imigração nos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1877

PATROCÍNIO, José do. *A Campanha abolicionista*, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

PINHEIRO, J.P. Xavier. *Importação de trabalhadores chins: Memória apresentada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Impressa por sua ordem*. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignácio da Silva, 1869.

REGO FILHO, José Pereira. *Homenagem à memória do conselheiro Dr. Nicolau Joaquim Moreira. lida à academia de medicina do Rio de Janeiro, na sua sessão ordinária de 5 de junho de 1924*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1924.

RODRIGUES, J.B. *Hortus Fluminensis*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.1989. Primeira edição,1894.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1953. Primeira edição, 1888.

SANTOS Júnior, Joaquim Pereira dos. *Cephalotripsia e suas indicações*. 1871. Tese (Medicina) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1871.

SOUZA, João Cardoso de Menezes e. *Theses sobre colonização do Brazil: projeto de solução às questões sociaes, que se prendem a este difícil problema*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1875.

VIANNA, João Antônio de Sampaio. *Ensaio sobre a utilidade da importação de chinas para a colonização do Brasil*. Bahia: Typographia do Correio Mercantil. 1837.

VOLTAIRE. *Dicionário filosófico in: Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WERNECK, Luiz peixoto de Lacerda. *Idéias sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855.

### **Documentos oficiais**

CONGRESSO Agrícola. *colleção de documentos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1878.

DECRETO 4547 de 9 de julho de 1870. In: IOTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

DECRETO 528 de 28 de junho de 1890. In: IOTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

## Periódicos e revistas

ASSOCIAÇÃO CENTRAL EMANCIPADORA. Rio de Janeiro, Boletim n.2, 28 de agosto de 1880.

BOCAIÚVA, Quintino; MOREIRA, Nicolau Joaquim. Colonização asiática. polêmica entre o Sr. Quintino Bocaiúva e o Dr. Nicolau Moreira. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n.10, 1870.

CARVALHO, Domingos S. Esboço Biográfico do Dr. Nicolau Moreira. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t.58, v.91, 1895.

CHINS e negros novos. *A imigração*, Rio de Janeiro, ano VII, n.72 out. 1890.

COSTA FERRAZ. O mongolismo ameaça o Brasil. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, n.2, t. XXXI, 1879.

GALVÃO, Ignácio C.; MACEDO, Miguel Calmon M. de; MONTMORENCY, Thomaz Deschamps. Parecer da seção de colonização e estatística sobre a questão "Se convirá ao Brasil a importação de colonos chins". *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 7, 1870.

MACEDO, Miguel Calmon Menezes de. Colonização chinesa discurso pronunciado na sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 30 de Dezembro de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n.8, 1871.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Agricultura: segunda preleção do Dr. Nicolau Moreira. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n.6, 1879.

\_\_\_\_\_. Convirá ao Brasil a importação de colonos Chins? Discurso pronunciado na sessão da sociedade auxiliadora da indústria nacional em 16 de Agosto de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 9, 1870.

\_\_\_\_\_. Estudos econômicos do Sr. Dr. João José Carneiro da Silva. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 10, 1878.

\_\_\_\_\_. Parte bibliográfica: imigração. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 10, 1869c.

\_\_\_\_\_. Imigração. Extrato de uma conferência feita pelo Dr. Nicolau Joaquim Moreira no Museu Nacional em 1883. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n.1, 1891.

\_\_\_\_\_. Insectologia. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, 1881.

\_\_\_\_\_. Questão chinesa, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, 1880.

\_\_\_\_\_. Questão étnica-antropológica: o cruzamento das raças acarreta degradação intelectual do híbrido resultante? *Annaes Brasilienses de Medicina*, t. XXI, 1869a.

\_\_\_\_\_. Zootechnia . *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, 1871.

\_\_\_\_\_. Zootechnia: o que é raça? *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, 1869b.

PARIGOT, J. . Proposta. *Annaes Brasilienses de Medicina*, n.1, Tomo XXII. 1870.

SESSÃO do conselho administrativo 15 de Junho de 1871. *Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro n.6, 1871.

### **Bibliografia citada**

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática. 1989.

AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições70. 1977

BOURDIEU, Pierre. *A retórica da cientificidade: contribuição para uma análise do efeito Montesquieu*. In: Bourdieu, Pierre. *Economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

CARONE, Edgar. *O centro industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro: Cátedra. 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

COLLICHIO, Terezinha. *Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.

CRUZ COSTA, João. *O pensamento brasileiro sob o império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. t. II, v.3.

DOMINGUES, Heloísa Bertol. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as ciências naturais no Brasil Império*. In: DANTES, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços de ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001a.

DOMINGUES, Heloísa Bertol. *Ciência: um caso de política* Tese, 1995 (Doutorado) -Departamento de História, São Paulo, USP. 1995.

DOMINGUES, Heloísa Bertol. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. In: DANTES, Maria Amélia M. (Org.). *Espaços de ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001b.

DOMINGUES, Heloisa Bertol; SÁ, Magali Romero. *Controvérsias evolucionistas no Brasil do Século XIX*. In: Domingues, Heloisa Maria Bertol (Org.) *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

EDLER, Flávio Coelho. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1999.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

FERREIRA, Luiz Otávio. *Uma interpretação higienista do Brasil imperial*. In HEIZER, Alda; VIDEIRA Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

FIGUERÔA, Silvia. *Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais*. In HEIZER, Alda; VIDEIRA Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 35. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 3 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961

GERBI, Antonello. *O novo Mundo: História de uma polêmica (1750 - 1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. *O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915)*. In: Domingues, Heloisa Maria Bertol (Org.) *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

HALL, Michael. Reformadores de classe média do império brasileiro: a Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, São Paulo, n.105, 1976.

HARRISSON, Mark. The tender frame of man: disease, climate and racial difference in India and the west Indies, 1760-1860. *Bulletin of the History of Medicine*, 70:68-93, 1996.

KURY, Lorelai. A sereia amazônica de Agassiz: geografia zoológica e racismo científico na Viagem ao Brasil (1865-1866). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n.41, 2001b.

KURY, Lorelai. *Ambiente, aclimação e raça: apropriações da ciência colonial no Brasil. (1780 – 1870)*. 2001a Projeto para bolsa de produtividade do CNPQ.

KURY, Lorelai. Ciência e Nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.2, jul.- out. p. 267-91, 1998,.

- KURY, Lorelai. *Descrever a pátria, difundir o saber*. In: KURY, Lorelai (org.) *O patriota (1813 – 1819)*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Fundação biblioteca nacional. 2005 (no prelo)
- KURY, Lorelai. *O império dos miasmas: A academia imperial de medicina (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado), Pós-graduação em história, UFF, Niterói, 1991.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEITE, José Roberto Teixeira. *A china no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.
- LEVY, André. *Novas cartas do extremo ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MAIO, Marcos Chor. *O debate sobre raça após a 2ª Guerra Mundial*. In: PENNA, Sérgio D. J. (Org.) *Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socio antropológicos da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2002.
- MAIO, Marcos Chor. *Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX*. In: MONTEIRO, Simone. *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.
- MAYR, Ernest. *O desenvolvimento do pensamento biológico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- NÖEL, Emile. *O Darwinismo hoje*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1981.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- PADUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- PESTRE, Dominique. *Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens*. *Cadernos IG/Unicamp*, Campinas, v.4, n.1, 1996.
- RAEDERS, Georges. *O inimigo cordial do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RAMOS, Jair de Souza. *O Brasil sob o paradigma racial*. In: PENNA, Sérgio D. J. (Org.). *Homo brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2002.
- SANTOS, Ricardo Ventura. *Da morfologia às moléculas, de raça a população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX* In: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v.20, p.165-185, 1991.

SHAPIN, Steven. *A revolução científica*. Lisboa: Difel, 1999.

SHAW, Yu-Ming. *A cultura chinesa na visão do Ocidente*. Disponível em: <<http://www.geocities.com/historiaoriental/ccvo.htm>> Acesso em: 16 fev.2005.

SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que lhe parece*.1979. Dissertação (Mestrado) Instituto de ciências humanas e filosofia, UFF, Niterói, 1979.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1976.

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China Moderna. quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STOCKING, George W., Jr. *A crítica ao formalismo na antropologia física*. In: BOAS, Franz. *A formação da antropologia americana 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1993.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.